



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

Kátia Carina Mesquita Cruz de Araújo

**CRISE DO SISTEMA LATIFÚNDIO/MORADIA E A REINVENÇÃO DO FAZER
POLÍTICO DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA (PB)**

Campina Grande PB
2017

Kátia Carina Mesquita Cruz de Araújo

**CRISE DO SISTEMA LATIFÚNDIO/MORADIA E A REINVENÇÃO DO FAZER
POLÍTICO DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA (PB)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Luis Henrique Cunha

Campina Grande – PB
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A663c

Araújo, Kátia Carina Mesquita Cruz de.

Crise do sistema latifundiário/moradia e a reinvenção do fazer político da família Gaudêncio em Serra Branca (PB) / Kátia Carina Mesquita Cruz de Araújo. – Campina Grande, 2017.

120 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Luis Henrique Cunha".

Referências.

1. Latifúndio/Moradia – Serra Branca - PB.
2. Serra Branca - PB – Poder Local.
3. Família Gaudêncio. I. Cunha, Luis Henrique. II. Título.

CDU 332.021.8 (043)

Kátia Carina Mesquita Cruz de Araújo

CRISE DO SISTEMA LATIFÚNDIO/MORADIA E A REINVENÇÃO DO FAZER
POLÍTICO DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA (PB)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Campina
Grande (UFCG), em cumprimento às
exigências para obtenção do título de Mestre
em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luis Henrique Cunha - PPGCS/UFCG
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Mércia Rangel Batista - PPGCS/UFCG
(Examinadora Interna)

Prof^a. Dr^a. Kaliane de Freitas Maia - UFCG/CH
(Examinadora Externa)

Campina Grande PB
2017

À minha avó materna Severina Maria da
Conceição - que sempre acreditou em mim (*in
memoriam*).

À minha família por todo o incentivo, em
especial aos meus filhos Gabriel e Sofia,
fonte de minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

Muito já ouvi falar da pieguice dos agradecimentos em um trabalho acadêmico e sempre me questioneei sobre como seria a hora em que tivesse de construir os meus. Será ou não necessário esse ritual? É banal ou não? E sempre deparo-me com a mesma resposta: Sim! Dedicar uma página ou mais de um trabalho para os agradecimentos é de fundamental importância, pois é nessa hora que muitas histórias e memórias da caminhada vem a nossa mente e a nosso coração. Afinal, são tantas pessoas a agradecer que provavelmente após alguns anos pensaremos que tínhamos ainda mais pessoas e momentos que aqui não foram lembrados.

Dessa forma, tenho muito a agradecer ao grande Deus, mestre do universo e força, a quem eu me apego para viver essa grande aventura chamada vida. Sou muito grata por tudo e, em especial, por minha vida mesmo com tantas atribuições, afinal ter a vida que "Kátia Carina" tem não é para qualquer um. Vez por outra pego-me pensando como consigo dar conta de tanta loucura junta, e apenas uma resposta vem a minha mente: Deus! Somente essa força me sustenta.

Ao meu orientador, Luis Henrique Cunha, que surgiu em minha vida de forma tão espetacular, com sua paciência, serenidade e, principalmente, respeito. Sempre deixando claro que esse era "meu" trabalho. Sem impor vontade ou ideias. Por me dizer sempre: "- Mulher, escreve!". Sem sua orientação e compreensão, nada teria sido possível.

À meus pais que me deram a vida, mas especialmente a minha mãe, Helena, que mesmo em meio a sua pouca formação acadêmica, sempre fez tudo e até mais do que pôde para que eu estudasse e vivesse meus sonhos. Minha mãe que lutou e luta por mim. Apesar de tantos desencontros, tantas divergências de gênio e opinião, sei de seu amor por mim, "Mainha". Apesar de tudo sempre estarás comigo, mesmo quando eu não quiser que estejas.

Às minhas irmãs, Laudilina e Sabrina, tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais. Parece que foi ontem que vi cada uma de vocês chegarem. Tantos sentimentos juntos e conflitantes. Raiva de Laudilina por ela ter tomado o colo que me acalentava, e amor por tantas vezes quando, ainda menina magricela, olhava para mim e pegava minha mão como se eu fosse tua heroína. Raiva de Sabrina por

eu ter de balançar a rede até teres dormido, deixando assim de ir brincar a sombra das algarobeiras. Porém, sinto muito amor por ti, por seres tão igual a mim.

Agradeço a você, meu companheiro, José da Paz Marculino, pois desde que entrastes em minha vida, és o meu ponto de equilíbrio, o meu lugar seguro, o guerreiro e herói que aguenta meu humor sem graça, meu mal humor insuportável. É você, meu companheiro, meu amigo, meu anjo protetor que está comigo em todas as horas. Que mesmo quando sabes que vai dar errado, mesmo assim, alertas, mas não me impede de seguir. Obrigada por tantas aventuras juntos. Obrigada por seres o que és. Obrigada pela paciência que abre mão de sua vida para viver por nossos filhos. Meu querido, agradecer a ti é tão pouco diante do que és e do que representas para mim, que eu poderia escrever uma dissertação inteira somente para ti.

À meus anjos, luz da minha vida, razão do meu ar, meus amados filhos, Gabriel e Sofia. Sem vocês hoje minha vida não teria sentido. É por vocês, meus queridos e amados, que eu luto e lutarei sempre. Obrigada pela paciência e amor incondicional. Por muitas vezes ficar ausente de suas vidas, mesmo estando em casa, não estar junto a vocês. Perdão! Sei que um dia poderão entender que tudo foi e é necessário. Sempre estarei em suas vidas, torcendo por vocês, doando meu amor incondicional.

Às minhas amigas, Simone Calixto e Ana Luísa, que estiveram presentes desde os primeiros capítulos dessa trajetória. Em especial à Simone. Obrigada simplesmente por seres minha amiga que no silêncio de seu olhar me diz tudo. Por dizeres quando eu tenho de ir devagar ou acelerar. Obrigada por não me julgar ou criticar.

Obrigada a meus colegas das Escolas: Senador José Gaudêncio e Maria Balbina que sempre acreditaram em mim. E aos alunos do PIBID de sociologia do CDSA por entenderem minha ausência nesses dois anos.

À meus amigos do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido a quem sempre que necessitei de ajuda estiveram presentes. Obrigada a Valdonilso Barbosa, Marciano Monteiro, Paulo Diniz, Vilma Soares e, muito especialmente, a Sheyla Galvão, que foi e é tão importante para o empoderamento do meu conhecimento, aquela que toda hora está dizendo que sei mais do que eu mesma acho que sei.

À meus amigos e colegas. À Eline Brito que mesmo com os medos da chegada da Cecília foi tão importante na construção desse trabalho. Ao meus queridos companheiros de aula Denise Farias, Ceciliano Neto, Ricardo Cruz, Lucinei Cavalcante, Hidelberto Neto, Thelma Flaviana e, muito especialmente, Jéssica Vieira que no fim de tudo fomos confidentes dos dilemas da pesquisa, das lamentações, dos medos e das gargalhadas. Quando uma dizia: "vamos fazer?" A outra dizia: "vamos!" e agora a história: Coragem é meu sobrenome. Obrigada, Jéssica, por tanto teres me ajudado na pesquisa e por termos formados a dupla dinâmica.

À todos os professores da Universidade Federal de Campina Grande, onde cheguei sonhando e paquerando com a política, me apaixonando e namorando com antropologia e finalmente casando com a sociologia. Aos professores PPGCS obrigada por tudo que me ensinaram. Vocês foram, e sempre serão, muito importantes para meu crescimento acadêmico e pessoal, pois em vocês me espelho para ser docente e pesquisadora.

E finalmente, não como agradecimento mas em um momento político tão difícil no cenário de político de nosso país, onde a resistência e a luta pela manutenção de nossos direitos de cidadão são tão importantes não poderia deixar dizer: - Fora Temer!

Sonhe com o que você quiser. Vá para onde você queira ir.
Seja o que você quer ser, porque você possui apenas uma vida
e nela só temos uma chance de fazer aquilo que queremos.
Tenha felicidade bastante para fazê-la doce. Dificuldades
para fazê-la forte. Tristeza para fazê-la humana. E
esperança suficiente para fazê-la feliz.

Clarice Lispector

RESUMO

A presente dissertação de mestrado teve por objetivo analisar transformações no fazer político da família Gaudêncio, no Cariri Ocidental da Paraíba e, mais particularmente, no município de Serra Branca, num quadro de mudanças provocadas pela crise do sistema latifúndio/moradia. A decadência do sistema de latifúndio, que não deve ser confundida com o desaparecimento da grande propriedade, pode ser associada com a perda de poder político, nos níveis nacional e estadual, a partir da década de 1980. Neste período, o desempenho eleitoral de representantes da família Gaudêncio em pleitos regionais foi se deteriorando, ainda que o grupo político tenha conseguido manter sua predominância no nível local, mesmo tendo enfrentado alguns revezes eleitorais. A pesquisa envolveu trabalho de campo na fase exploratória da pesquisa, quando se buscou informantes que pudessem indicar trajetórias de membros da família Gaudêncio em Serra Branca, suas práticas de produção, relação com a terra e a política; realização de entrevistas com membros da família Gaudêncio vinculados à atividade política e consulta e tratamento de dados secundários do Tribunal Superior e Eleitoral; da Secretaria municipal de agricultura e dos acervos pessoais dos entrevistados. A pesquisa revela as maneiras pelas quais os próprios membros da família Gaudêncio narram às transformações no contexto local e como elaboram, nestas narrativas, explicações para as permanências e mudanças no fazer político, que permitem a continuidade de um tipo de poder local dominando pelas famílias tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Latifúndio/moradia. Serra Branca. Poder Local. Família Gaudêncio.

ABSTRACT

The next Post-Graduation dissertation aims to analyze the changes in the political making in the Gaudêncio family, in the Western Cariri of Paraíba and, being more particular, in the city of Serra Branca, in a change board provoked by the crisis in the latifundio/dwelling system. The decadence of latifundio, which cannot be confused with the large property disappearance, can be associated with the political power loss, in national or state levels, which started during 1980s. In this period, representatives of the Gaudencio Family electoral performance in regional elections were deteriorating, although the group has managed to maintain its predominance at the local levels, even having to face electoral setbacks. The research involved fieldwork in the exploratory phase of researching, when they started to search for informants who could indicate trajectories of the Gaudencio family members in Serra Branca, their production practices, properties and political relations, conduction of interviews with Gaudencio Family members linked to political activity and consultation and processing of secondary data of the Superior and Electoral Tribunal; the municipal agriculture secretary and the personal collections or lands of the interviewees. The research reveals the ways in which the members of the Gaudencio Family narrate the changes in the local context and they elaborate, in these narratives, explanations to the permanence and changes in the political making, which allow the continuity of a type of local power which is controlled by the traditional families.

KEYWORDS: landlordism; Serra Branca; local Power; Gaudêncio family.

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

ARENA - Aliança Renovada Nacional

BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento

CDP – Coligação Democrática Paraibana

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação da Educação Básica

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PDS – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Libertador

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool

PP – Partido Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTR- Partido Trabalhista Renovador

TRE-PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 -	Joaquim Correia de Queiroz.....	52
FIGURA 02 -	Fazenda Uruçu.....	53
FIGURA 03 -	Maria José de Queiroz.....	54
FIGURA 04 -	Manoel Gaudêncio de Queiroz.....	55
FIGURA 05 -	Família Gaudêncio na sede da fazenda Uruçu.....	60
FIGURA 06 -	Senador José Gaudêncio.....	63
FIGURA 07 -	Reunião do Partido Republicano da Paraíba.....	64
FIGURA 08 -	Panfleto da eleição de padre Apolônio.....	66
FIGURA 09 -	Visita de João Agripino a Serra Branca - Inauguração do Banco do Estado.....	67
FIGURA 10 -	Visita do Presidente Médice.....	67
FIGURA 11 -	Visita do Presidente João Agripino.....	67
FIGURA 12 -	Visita de Severino Cabral a Serra Branca.....	67
FIGURA 13 -	Visita de Severino Cabral e outras lideranças a Fazenda Areias.....	68
FIGURA 14 -	Genival Torreão e a inauguração do motor elétrico.....	69
FIGURA 15 -	Festa de Natal e distribuição de presentes.....	69
FIGURA 16 -	Festa de natal e distribuição de presentes.....	70
FIGURA 17 -	Linha do tempo dos 100 anos da trajetória política da Família Gaudêncio em Serra Branca.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-	Evolução das votações de Álvaro Gaudêncio Neto no Estado da Paraíba.....	25
GRÁFICO 2-	Evolução das votações de Álvaro Gaudêncio Neto em Serra Branca.....	25
GRÁFICO 3-	Derrotas e vitórias da família Gaudêncio em Serra Branca.....	72
GRÁFICO 4-	Eleição de Sebastião de Souza.....	73
GRÁFICO 5-	Eleição de Agostinho Nunes.....	74
GRÁFICO 6-	Eleição de Luiz Mamede de Lima.....	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-	Resultado das votações de Álvaro Gaudêncio Neto em Serra Branca.....	24
QUADRO 2-	Membros da família Gaudêncio entrevistados.....	48
QUADRO 3-	Propriedades da Família Gaudêncio no Cariri.....	57
QUADRO 4-	Relação dos prefeitos eleitos em Serra Branca.....	70

LISTA DE MAPAS

MAPA 1-	Localização Geográfica do Cariri Ocidental da Paraíba.....	36
---------	--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
 CAPÍTULO I - O LATIFÚNDIO COMO MODO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DE PRODUÇÃO.....	 34
1.1 O processo de povoamento do território paraibano e a importância do algodão para a ocupação de terras no Cariri Ocidental da Paraíba: breves considerações.....	35
1.2 As forças desorganizadoras do sistema latifúndio/moradia	39
1.3 A família Gaudêncio, a terra e a política em Serra Branca.....	41
 CAPÍTULO II – GENEALOGIA DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO E A INSERÇÃO NA VIDA POLÍTICA PARTINDO DO ACÚMULO DE CAPITAL.....	 51
2.1 A família Gaudêncio.....	60
2.2 Os Gaudêncios e sua trajetória política.....	62
 CAPÍTULO III – A REINVENÇÃO DO PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA.....	 79
3.1 Rompendo com o passado: do coronelismo ao poder carismático.....	80
3.2 A ligação com a terra.....	82
3.3 A baixa representação da família Gaudêncio no cenário político atribuída ao desgaste do financiamento eleitoral.....	86
3.4 Continuidade na vida política da cidade pela dívida moral com Serra Branca.....	93
[

3.5 O surgimento das novas lideranças da família Gaudêncio em Serra Branca.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXOS.....	109

INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento científico ocorre através da relação entre teoria e prática, quando de forma dinâmica é possível aplicar teoria à prática, estabelecendo assim uma relação entre pesquisador e objeto pesquisado capaz de romper com o senso comum e expandir o olhar do pesquisador além do que se apresenta. Pois conforme Bourdieu (2001, p. 26-7) afirma:

A construção do objeto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, é o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua, não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Dessa forma, é necessário não tão somente romper com o senso comum do pesquisador, mas também romper com o senso comum da ciência, bem como com os conceitos que são usados de maneira mecânica sem que estes sejam testados conforme a realidade estudada. É fundamental, portanto, romper com o “pré-construído” para que a partir da realidade estudada possa se conquistar, construir e constatar o objeto que nela se encontra.

Logo, construir um objeto científico precisa-se, sobretudo,

romper com o senso comum, quer dizer com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda a parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca deste mundo, os conceitos – e, em especial, as noções classificatórias que emprega para conhecer, noções comuns como os nomes de profissões, noções eruditas como as transmitidas pela tradição da disciplina – sejam produto desse mesmo objeto. Ora isto contribui para lhes conferir uma evidência – a que resulta da coincidência entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas – que as põe a coberto de serem postas em causa. (BOURDIEU, 2001, p. 34)

Assim, na busca da ruptura entre o lugar comum da ciência e a aplicação da teoria empiria, percebe-se que a história do latifúndio brasileiro está intrinsecamente

ligada à própria história de povoamento do país. Processo este fortemente marcado por inúmeras relações sociais como a luta pela posse da terra, as relações de trabalho, de modo de produção, as relações entre a família e o fazer político.

A propriedade da terra foi alvo de inúmeras disputas de caráter desigual, tendo como uma de suas marcas a segregação social em nosso território, onde os grupos oligárquicos tinham acesso diferenciado e prioritário à doação de grandes extensões de terra. Conforme Faoro (2004, p.407), para se chegar ao acesso a terra era necessário prestígio político, pois não se podia confiar a terra ao vaqueiro, ao lavrador. A propriedade seria desta sorte, uma afirmação aristocrática.

Marcada por uma estrutura agrária oligárquica a terra foi distribuída de uma forma que o surgimento de problemas sociais proveniente disso teve uma consequência notável, haja vista que tal distribuição fundiária gerou consigo um grande processo de exclusão, de separação entre as camadas sociais.

Dessa forma, a propriedade agrária brasileira se concentrou, desde os remotos tempos da colonização, em torno da grande propriedade privada, aumentando cada vez mais a dificuldade do camponês em deter um pedaço de terra para si, onde pudesse trabalhar e produzir o sustento da família.

Como dito anteriormente, a posse da terra era ligada ao próprio status social de indivíduos e sua família. Pertencer às elites dominantes se confundia com a qualidade de grande proprietário de terra. Dentro dessa perspectiva, o debate acerca da propriedade agrária no Brasil sempre foi um assunto gerador de inúmeras polêmicas, uma vez que essa estrutura agrária implantada desde o período colonial obedeceu aos interesses da elite governante. E foi dessa maneira que a empresa agrícola implantada durante os primeiros anos de colonização, alicerçada no latifúndio e na exploração do trabalho, exerceu notável influência na organização da sociedade, no cenário político, servindo como um potencial elemento motivador das desigualdades sociais dentro do espaço agrário brasileiro.

Para tanto, tentou-se compreender o processo que ora denominou-se de crise do sistema latifúndio/moradia¹, processo este que se intensifica conforme Moreira (1997) a partir da década de 1970 com a crise da economia canavieira; a crise nas lavouras de algodão causadas com a praga do bicudo; as migrações sazonais; as

¹Processo ocorrido com as transformações na estrutura agrária, após a crise do sistema pecuária/algodão/sisal/culturas alimentares/moradia/latifúndio, mudança nas relações de trabalho, avanço da pecuária em relação a lavouras temporárias, mudanças na política de trabalho assalariado com relação ao sistema de moradia.

mudanças nas relações de trabalho no campo e o surgimento dos movimentos sociais dentre outros.

A pesquisa tomou como objeto privilegiado de investigação a trajetória agrária e política da família Gaudêncio na cidade de Serra Branca a partir da década de 1970 e às mudanças em seu fazer político. Ou seja, buscou-se apreender como as mudanças na estrutura fundiária e nas formas de organização social relacionadas à grande propriedade ocorridas a partir das décadas de 1970 e 1980 repercutem no poder local em Serra Branca (PB) atualmente.

Acreditou-se possível compreender como a família Gaudêncio, em especial, elabora, vivencia, justifica e cria novas estratégias a partir das mudanças com as quais seus membros têm que lidar. Neste processo, a hipótese de pesquisa foi a de que os membros da família Gaudêncio reinventam o próprio fazer político, criando novas maneiras pelas quais se vinculam elite local e população/eleitores.

A cidade de Serra Branca está localizado no Cariri Ocidental da Paraíba, tem uma área de 804 Km², distante 240 km da capital do estado – João Pessoa, e conta atualmente com uma população de 13.637 habitantes (IBGE 2016). Como em toda a região do semiárido brasileiro, Serra Branca reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos e pela resistência de sua população. Do ponto de vista climático, Serra Branca é marcada pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes e relativamente altas, pelo regime de chuvas definido pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo.

Como na maioria das cidades da Paraíba, em Serra Branca, o poder local foi fortemente marcado pelas relações de mando associado aos grandes proprietários rurais que como em todo Cariri se destacavam pelo cultivo e venda do algodão. Pois, conforme Gurjão (1994, p. 20-21) nas fazendas de gado do Cariri, responsáveis pela estruturação inicial desses espaços havia se instituído relações de produção diversificadas e uma divisão interna do trabalho que se adequaram à produção algodoeira. Nessas áreas, o cultivo de algodão facilmente expandiu-se favorecido pelo baixo custo de sua cultura, na medida em que requeria pouco investimento de capital, complementava a atividade pecuária, uma vez que o restolho da lavoura servia de alimento para o gado, além de adequar-se ao trabalho de “moradores” , “meeiros” , assalariados e pequenos proprietários.

Outrossim, o algodão também se adaptou ao esquema de trocas já montado nas áreas agropastoris, dinamizando-o, já que as tropas de burros que conduziam couros, peles e produtos da lavoura de subsistência às feiras, passaram a comercializar também o algodão.

Assim, a história da família Gaudêncio confunde-se com a própria história de Serra Branca, uma vez que o destino do município esteve por muitas décadas de forma direta nas mãos deste grupo familiar e político, que embora não se reconheça² como grande proprietária de terra, e negue que o seu poder político tenha relação com a posse e o usufruto das fazendas, é dona de várias propriedades da região no entorno de Serra Branca.

Neste sentido, o capital social pode ser entendido como “conjunto de recursos, efetivos ou potenciais, relacionados com a posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento” (BOURDIEU, 1980). O capital social, portanto, depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado.

Corroborando com Bourdieu (1980), Monteiro (2016, p.17), afirma que o capital social, exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído pelo próprio e se efetiva através das relações que permitem aos agentes aderirem aos recursos à qualidade e a quantidade desses. Portanto, as relações construídas pela posse da terra faziam com que grandes proprietários, como a família Gaudêncio, fossem os donos da terra, do gado e, por fim, da água.

Ressalta-se que em uma região de longas estiagens como o semiárido - destaca-se aqui o Cariri Paraibano e, em especial, Serra Branca, a água concentrada permitia maior controle sobre os trabalhadores rurais e de forma mais ampla de boa parte da população. Estes dependiam desses bens para sobreviver, para suprir suas necessidades básicas e materiais de existência. Afirmativa está confirmada na pesquisa de campo através da entrevista realizada a Dona Lindomar Pereira de Oliveira, ex-moradora de Álvaro Gaudêncio na fazenda Lagoa de Cima no então distrito de Coxixola.

²Através das entrevistas realizadas com membros da família Gaudêncio, os mesmos não associam o prestígio social e político da família à sua relação com a terra.

[...] “Dôto Álvaro era muito bom para o povo, quem quisesse pescar ou plantar no açude ele deixava, sem cobrar nada em troca” [...] (Entrevista com Dona Lindomar)

Como a terra era então o principal meio de produção, os trabalhadores rurais supriam suas necessidades materiais trabalhando nas terras dos latifundiários. Assim, cria-se a necessidade de mão de obra assegurada pela força de trabalho dos moradores, meeiros e pequenos sítiantes (GURJÃO, 1994). Esse processo, induzido pelo Estado brasileiro, através da implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, por meio de financiamentos, constituiu-se material e simbolicamente em força e poder político dos “coronéis” da oligarquia algodoeira/pecuária, como no caso da família Gaudêncio.

Coincidentemente, com as mudanças nas relações do sistema latifúndio/moradia, ocorrido a partir da década de 1970 e 1980 como a crise do sistema de moradia e o avanço do trabalho assalariado, bem como a política de distribuição de terras a exemplo da reforma agrária e de outras mudanças significativas nas transformações de produção no campo, o poder da família Gaudêncio sofre forte abalo diante das próprias formas de fazer políticas.

Conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral - TRE (2015), a família Gaudêncio tem conquistado as disputas políticas desde 1960, época em que o candidato Manoel Gaudêncio Neto foi eleito prefeito do município, seguido respectivamente de Álvaro Gaudêncio Filho em 1964; Manoel Gaudêncio Neto em 1968; Juarez Maracajá Coutinho no ano de 1974³; Agostinho Nunes Filho em 1992; e Eduardo Torreão Mota nos anos de 1996, 2000, 2008 e 2012. Constatou-se ainda que durante todos esses anos, os membros da família Gaudêncio e seus apadrinhados políticos perderam as eleições em raros casos como nas eleições de 1988, ano em que perderam o pleito para o comerciante local Sebastião Bezerra de Souza (Tião); 1992 para o médico Agostinho Nunes; em 2004, para o professor de história Luiz José Mamede de Lima (Zizo) e em 2016 para o professor de Educação Física Vicente Fialho de Souza Neto. No entanto, apesar de esse grupo familiar dominar o cenário político do município, ele perde espaço nos cargos eletivos na esfera estadual e nacional, pois embora tenha por muito tempo desfrutado de

³Segundo informações colhidas nas entrevistas, este foi apadrinhado político dos Gaudêncio que mandou buscar em Gurjão.

grande prestígio político e conquistado mandatos legislativos como deputados estaduais e federais, no momento atual, no âmbito estadual da Paraíba, o único representante, mesmo que sem cargo eletivo, é o defensor público Álvaro Gaudêncio Neto.

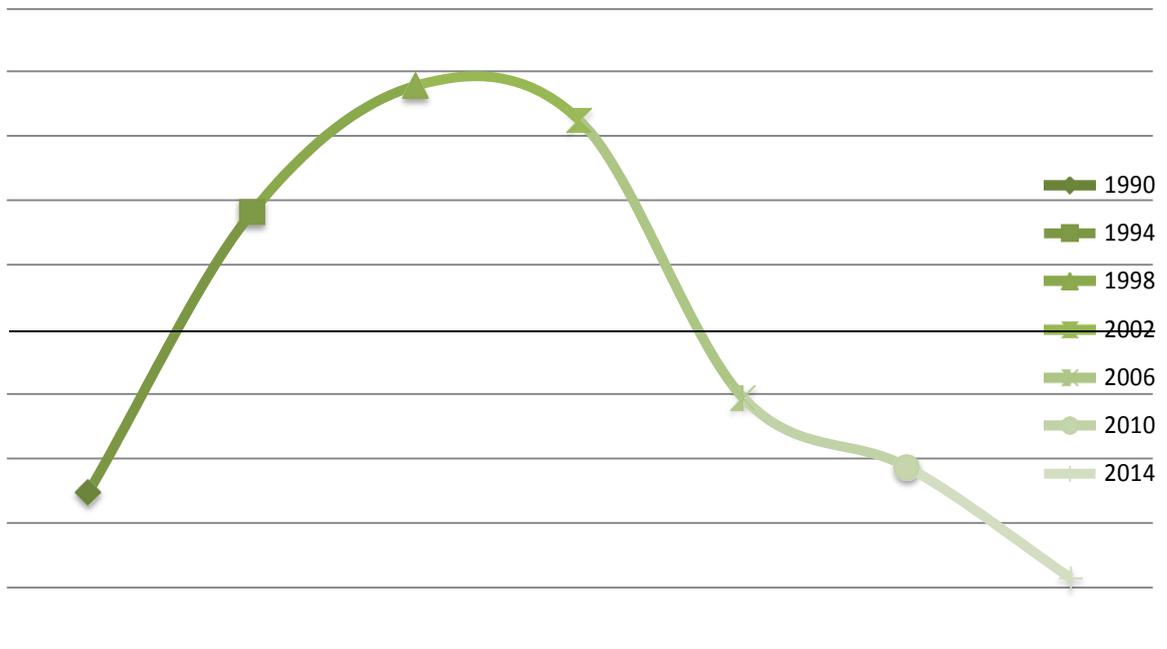
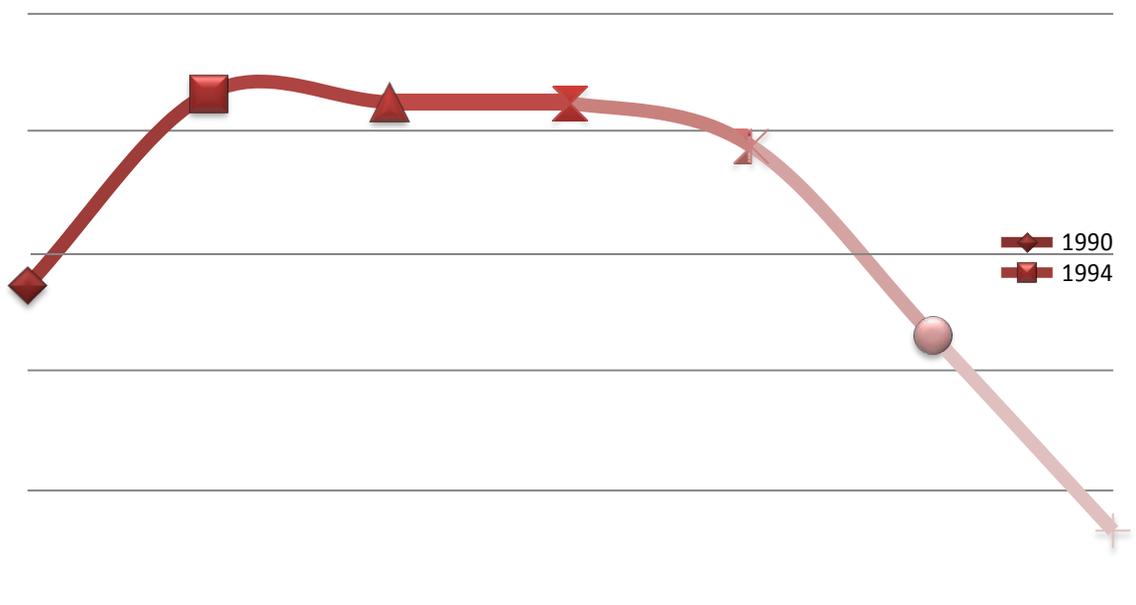
Embora goze de forte prestígio social com líderes políticos locais e estaduais, Álvaro Gaudêncio Neto, não conseguiu êxito nos últimos seis pleitos eleitorais, e conforme a tabela abaixo, vem registrando queda no percentual de votos na cidade de Serra Branca.

QUADRO 1 - RESULTADO DAS VOTAÇÕES DE ALVARO GAUDÊNCIO NETO EM PLEITOS ESTADUAIS (1990 – 2014) ⁴

ANO DO PLEITO	CARGO	PARTIDO	VOTOS OBTIDOS NO ESTADO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO EM SERRA BRANCA	
					NUMERO DE VOTOS OBTIDOS	% VOTAÇÃO EM SERRA BRANCA
1990	DEPUTADO ESTADUAL	PFL	12.375	ELEITO	1.356	29,98%
1994	DEPUTADO FEDERAL	PFL	34.094	ELEITO	2.156	47,07%
1998	DEPUTADO FEDERAL	PFL	43.878	SUPLENTE	2.119	47,3%
2002	DEPUTADO FEDERAL	PFL	41.170	SUPLENTE	2.113	33,74%
2006	DEPUTADO ESTADUAL	PMDB	19.671	SUPLENTE	1.935	27,58%
2010	DEPUTADO ESTADUAL	PMDB	14.339	SUPLENTE	1.147	16,64%
2014	DEPUTADO FEDERAL	PHS	5.715	SUPLENTE	332	5,19%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Tribunal Superior Eleitora da Paraíba

⁴ Informações do Tribunal Superior Eleitoral da Paraíba disponível <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acesso em 20 de Janeiro de 2014, às 24:07

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS VOTAÇÕES DE ÁLVARO GAUDÊNCIO NETO NA PARAÍBA**GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS VOTAÇÕES DE ÁLVARO GAUDÊNCIO NETO EM SERRA BRANCA/PB**

A pesquisa aqui apresentada inseriu-se em um debate marcado pela tentativa de compreender como a posse de grandes propriedades de terras e o seu modo de produção, pode influenciar ou não, no poder de uma oligarquia, ou para o surgimento de um grupo político, bem como na vida social de um município.

Para tanto, buscou-se analisar sobre as mudanças do lugar, as estratégias locais e regionais da família Gaudêncio para adentrar no cenário político e manter-se no poder local, além de refletir sobre a relação entre esse tipo de poder com a posse das grandes propriedades de terra, levando em consideração as questões que envolvem o poder local e as relações entre as transformações na estrutura fundiária na cidade de Serra Branca a partir do final da década de 1970, em especial pelo estudo da trajetória política da família Gaudêncio, no período que se intensificaram a crise e as forças desorganizadoras do sistema latifúndio/moradia.

Entendendo que o processo de pesquisa é uma "extensão daquele que a realiza" (BOURDIEU, 2007 p.25), o objeto de pesquisa ora apresentado é relevante não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também como investigação que abre perspectivas de compreensão da vida social local, a partir de nosso próprio mergulho na comunidade pesquisada, nas relações sociais aqui vivenciadas.

De tal modo, a pesquisa sociológica é delineada por uma objetividade relativa (MARTINS, 2004, p. 292) cujo envolvimento aprofundado com os sujeitos de pesquisa, propicia ao pesquisador a capacidade de poder olhar as coisas de uma maneira diferente daquela a que se habitua a ver na vida cotidiana.

Corroborando com essa assertiva Mills (1975) diz que esta capacidade de associar todos esses elementos faz o pesquisador social ter uma imaginação sociológica, desenvolvendo a capacidade de mudar a perspectiva para uma nova, sempre na tentativa de conseguir uma visão total da sociedade e de todos os elementos que dela fazem parte.

A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas [...] (Mills, 1975, p.11-12)

Talvez a distinção mais proveitosa usada pela imaginação sociológica seja a entre as "perturbações pessoais originadas no meio mais próximo" e "as questões públicas da estrutura social". Essa distinção é um instrumento essencial da imaginação sociológica e uma característica de todo trabalho clássico na ciência social (Mills, 1975, p.14)

Assim, antes que se inicie propriamente a discussão sobre as questões que envolvem esta pesquisa, fez-se necessário tecer alguns esclarecimentos sobre o motivo da escolha e a proximidade da pesquisadora com objeto de pesquisa.

Nasci e fui criada na cidade de Serra Branca⁵ - que atualmente conta com 13.637 habitantes (IBGE 2016) -, filha de costureira semi-letrada e de pedreiro não-letrado, migrante da seca nordestina, vi meus pais lutarem dia após dia para proporcionar melhores condições de vida as três filhas, sempre ouvindo (enquanto criança) minha mãe (mais “politizada” que meu pai) reclamar de como os Gaudêncio “isso”, os Gaudêncio “aquilo”, enfatizando como os membros dessa família - que na época eu nem sabia direito quem era -, ditavam os destinos de nosso município (isso em meados dos anos 1980). Diziam minha mãe e meus avós paternos (meu avô em especial envolvido com a política local) que eles (os Gaudêncio) sempre faziam com que as pessoas devessem favores político para terem a população sobre controle (segundo minha mãe). Assim, foi em meio a essas questões que fui aos poucos formando minha “percepção” política e social.

Já no decorrer de minha adolescência, tentei (agora por iniciativa própria) entender como um único grupo familiar podia controlar os rumos de toda uma população. Nessa busca por respostas adentrei em movimentos políticos indo compor o grupo opositor à família Gaudêncio, movimento este que acabou me levando a escolher o curso de Ciências Sociais para estudar Ciência Política.

Ao entrar no curso de Ciências Sociais e ir morar em outra cidade, descobri novos caminhos, novos objetivos, a paixão pela política arrefeceu e o distanciamento do meu meio familiar e de minha cidade de origem fez com que a busca por essas respostas iniciais acerca do poder político da família Gaudêncio fossem ficando para trás.

Em 2004 conclui o curso e voltei para Serra Branca. Coincidentemente nesse mesmo ano o então candidato a prefeito Guilherme Gaudêncio perdeu a eleição para o grupo opositor liderado pelo professor de história Luiz Mamede de Lima, do Partido dos Trabalhadores, e eu, agora Cientista Social fui chamada para compor a equipe de governo do novo prefeito do município - a quem chamavam popularmente de “Zizo” - onde trabalhei por quatro anos na secretaria de assistência social, juntamente com uma equipe escolhida por critérios técnicos de uma gestão que se auto denominava de "Governo Republicano".

⁵O Município de Serra Branca pertence à região semiárida do Nordeste brasileiro. Situado no Estado da Paraíba, com uma área total de 737,743 km². No que diz respeito à localização geográfica, o município situa-se na Mesorregião da Borborema, na Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba, conforme o IBGE. O município foi criado em 1960 até então, pertencia ao território do município de São João do Cariri.

Nesse "Governo Republicano", foram realizadas muitas mudanças estruturantes para a cidade. Uma vez que todas as equipes em todos os setores do governo buscavam fazer uma gestão transparente, de igualdade para todos, ao cabo de quatro anos, muitas conquistas foram realizadas, como melhorias no índice de IDH, e IDEB, projetos de habitação social, de educação alimentar e tantas outras coisas. Porém chegou o momento de mais uma campanha eleitoral, o mais improvável ocorreu (ao menos na mente dos membros da equipe do "Governo Republicano"). Nas eleições de 2008 disputando agora contra o ex-prefeito Eduardo Torreão (membro da família Gaudêncio, que havia sido eleito vereador e prefeito por duas gestões), o "governo republicano" perdeu a reeleição.

Nesse momento, todas as minhas dúvidas vieram à tona. Como Cientista Social, busquei compreender como essa família Gaudêncio conseguiu se manter no poder da cidade por mais de 50 anos? Quais os elementos que constroem essa "Elite"? A partir deste momento tentei deixar as paixões e motivações pessoais que me impediam de ver, entender e compreender as relações de poder social e político desse grupo familiar. E assim entro no curso de mestrado em Ciências Sociais, determinada a compreender a construção dessas relações sociais tão cheias de elementos a serem pesquisados.

Neste contexto, aqui estou eu, mergulhada em um universo acadêmico, encontrando respostas que nunca imaginei. Descobri questões que enquanto senso comum não foram percebidas, elementos que vão muito além das questões familiares, das questões políticas e que compõem um contexto social bem maior

Dessa forma, como delimitação da problemática da pesquisa, procurou-se compreender a relação desse poder local oligárquico, ao sistema de latifúndio em Serra Branca e o grande prestígio social e político, não apenas no Cariri Ocidental, mas também em todo o Estado da Paraíba, conquistado pela família Gaudêncio quando se instalou nessa região para ocupar as terras do município de São João do Cariri, e, especialmente, durante o período de ascensão do cultivo do algodão tornando-se ao longo das décadas grandes proprietários de terra da região.

Assim, buscou-se analisar como a família Gaudêncio modifica o lugar, e seu modo de agir para continuar no poder, compreendendo como a percepção dos sujeitos sobre si mesmos, sobre o mundo que construíram para si. Como a família e suas atuações no local se constituíram a partir de espaços de experiências (tradição) e formaram horizontes de expectativas (progresso) na vida de Serra

Branca. E conforme Maia (2013 p. 34) perceber quais os mecanismos acionados para a construção das identidades pessoais, sociais e econômicos por trás das representações.

Para Maia (2013, p. 33), a questão fundiária e produtiva está relacionada não apenas a questão da posse da terra, mas também com as mudanças sociais. Buscou-se compreender ao longo da pesquisa como a crise do sistema que aqui se denominou de “latifúndio/moradia” levou essa família a reinventar seu fazer político para manter-se como elite dominante.

As fontes de pesquisa foram distinguidas em três naturezas: relatos orais, discursos e documentos oficiais da posse da terra na região do Cariri, através de visitas a cartórios, administração local e estadual. A maioria das entrevistas foram realizadas com membros da família Gaudêncio que residem no município de Serra Branca e encontraram-se na vida política local, em determinados momentos como aliados, e em determinados momentos como adversários.

Durante a pesquisa de trabalho de campo buscou-se construir uma rede de informantes que pudessem indicar as pessoas que viveram nos momentos das disputas políticas existentes no município. Pois, os informantes, através da metodologia da História Oral:

constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente, permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes. Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição social daqueles que os viveram e os narram. (LANG apud MENEZES, 2003, p.06)

O pesquisador, portanto, encontra-se envolvido num contexto sociocultural que no processo de entrevistas têm-se as interações sociais, nas quais cada um dos entrevistados, a partir de sua posição dentro do campo, apresenta suas diferenças de narrativas pela posição de classe ou de gênero que ocupam. Daí entender-se que “a entrevista é apenas um momento da prática de pesquisa e não se orienta por procedimentos pré-fixados e rígidos, mas trata-se de um espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses”. (MENEZES, 2003, p.06)

De acordo com Menezes (2003), a entrevista, por assim dizer, se constrói no envolvimento entre duas subjetividades, a do pesquisador e a do pesquisado, o que possibilita uma prática reflexiva que acompanha todas as etapas de realização da pesquisa, desde a construção do objeto até a construção do texto final.

O olhar, o ouvir e o escrever se confundem dentro do processo de pesquisa, posto que “nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, completando o olhar, participa das mesmas condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe parecem insignificantes, isto é, que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado”. (OLIVEIRA, 2000, p.21)

Buscou-se ainda, conversar com populares locais que vivenciaram o “poder político” dos Gaudêncio no período que eram grandes proprietários de terra e como os mesmos a usavam para proporcionarem favores à população local na busca de retorno político ou não. Entretanto esses dados não foram utilizados nesta pesquisa pelo fato da amostra analisada ser insuficiente para mensuração dos dados no referente ao tamanho da população de Serra Branca. Para a obtenção dos dados foram realizadas as entrevistas em momentos distintos, sendo necessárias mais de uma visita a cada entrevistado.

Devido à proximidade com o objeto de pesquisa buscou-se ter o máximo cuidado com as relações sociais. Entrevistar a população carece de uma análise do discurso, pois as paixões políticas são efervescentes: amor e ódio são bem objetivos. A mesma análise refere-se aos membros das famílias, pois por se tratar de políticos, muitas vezes percebeu-se a tendência para exaltar suas qualidades. Nesse contexto e sob a necessidade de averiguar a veracidade das entrevistas conforme Marieta de Moraes Ferreira (1994,p.9):

O ponto central que unifica as preocupações daqueles que se dedicam ao estudo das elites e dos que se voltam para o estudo dos excluídos é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções.

Assim, se organizou os questionários de acordo com o entrevistado e com a capacidade memorialística dos mesmos.

É a partir desse referencial que se buscou apreender de que forma as transformações ocorridas no meio rural, especificamente na crise do sistema latifúndio/moradia, interferiram, mudaram, conectaram-se com as mudanças que ocorreram no poder local na cidade de Serra Branca e como a família Gaudêncio reelaborou e ainda hoje reelabora o seu papel de elite local, como se reinventa através de seu próprio fazer político e das relações com a população.

Nesta perspectiva pretendeu-se abrir possibilidades de interpretações sobre as mudanças do fazer político e as relações destes com a posse das grandes propriedades e as mudanças que ocorrem como a transição entre coronelismo e o clientelismo.

O trabalho discutiu, portanto, a reinvenção do modo de fazer política após a desorganização do sistema latifúndio/moradia como elemento para entender as dinâmicas sociais da relação entre terra e poder político na cidade de Serra Branca/PB. Como objeto empírico utilizou-se a trajetória da família Gaudêncio, que sempre buscou elementos para estar no poder da cidade e na região, tendo como recorte temporal a década de 1970 a 1980 para entender as mudanças no sistema latifundiário, e a década de 1990 para compreendermos as influências dessas mudanças no fazer política de membros da família no contexto atual.

O recorte buscou compreender a trajetória desta família no intuito de compreender a própria trajetória da política na cidade e as relações da mesma com o elemento terra como capital social capaz de inserir membros de uma família no contexto da política do estado, constituindo posteriormente um grupo político, bem como quais os membros após as mudanças no sistema latifundiário continuam com cargos eletivos e de como eles adentraram no mundo político pelo capital econômico e/ou do capital político-familiar. Estas classificações informam que muitas das famílias políticas conforme Monteiro (2016, p.36) adentraram o campo político no período de redemocratização sob a força do capital econômico.

A hipótese levantada na dissertação consistiu em: a família Gaudêncio constituiu-se como grupo político através do acúmulo de capital econômico advindo das grandes propriedades produtora de algodão que propiciaram o envio de membros dessa família para estudar direito no vizinho estado de

Pernambuco e com isso ocorreu à utilização do prestígio econômico para ocupar cargo público.

Nesse sentido, os objetivos específicos da pesquisa visaram: 1) Verificar a relação da terra para o surgimento de um grupo político; 2) Identificar os espaços e as instâncias de poder que os agentes desta família controlavam com o uso das terras que lhes pertenciam; e 3) Compreender como os mesmos reinventaram seu fazer político após a desorganização do sistema latifúndio/moradia, percebendo como a família Gaudêncio constitui atualmente ativos políticos que possibilitam o sucesso eleitoral e a reprodução do poder e da dominação em Serra Branca.

Antes da realização das entrevistas, foram realizadas pesquisas exploratórias para a realização da triagem dos informantes da pesquisa, realizou-se ainda a leitura de material bibliográfico necessário para o embasamento teórico. Tendo o banco de dados (entrevistas transcritas e dados quantitativos) à disposição, fez-se a tabulação dos dados com organização de quadros e tabelas bem como escolha de memorial fotográfico. As tabelas, quadros, gráficos, mapas e fotografias foram construídos e disponibilizados como forma de tornar melhor apresentáveis a trajetória familiar, inserção e permanência da família Gaudêncio em cargos eletivos.

Face ao exposto, optou-se por dividir este trabalho em três capítulos, além da Introdução.

O CAPÍTULO I – “O latifúndio como modo de organização social e de produção”, está dividido em sessões que versam sobre o processo de povoamento do Cariri Ocidental da Paraíba, discorrendo de forma histórica sobre a importância econômica, social e política do algodão. O detalhamento fez-se necessário para realizar a contextualização histórica da região onde ocorre a pesquisa, bem como as relações de produção da família Gaudêncio em Serra Branca tem início. Nesse capítulo buscou-se situar o objeto de estudo bem como a importância do algodão na região do Cariri Ocidental para o acúmulo do capital econômico de grupos latifundiários como a família Gaudêncio.

No CAPÍTULO II - “Genealogia da Família Gaudêncio e a Inserção na vida política partindo do acúmulo de capital” foi traçado o perfil da família Gaudêncio, narrando um pouco da chegada da família na região do Cariri Ocidental, mas

especificamente na cidade de São João do Cariri, vindo a se instalar na fazenda Uruçu onde se transforma em importante produtor de algodão. Com o capital econômico acumulado na propriedade, a família consegue enviar o primeiro membro para cursar a faculdade de direito no vizinho estado de Recife, onde após a conclusão do curso esse membro em especial insere-se no cenário político da Paraíba. A partir desse fato e da relação que os Gaudêncio tinham com a produção do algodão, este grupo tem entrada definitiva na história política da Paraíba, desfrutando de importante prestígio político não apenas no estado, mas no cenário nacional com eleição de Deputados Federais e Senadores. Para a construção desta parte da pesquisa debruçou-se sobre as entrevistas realizadas, as análises do discurso, onde foi percebido que o poder da terra foi de importante relevância para a consolidação desse grupo no cenário político. Encerrou-se o capítulo buscando entender por que mesmo com todo o prestígio obtido no cenário político, essa família sofre atualmente significativas perdas políticas. Pois fim tentou-se entender como os membros dessa família precisaram se reinventar no sentido do modo de fazer política, e se essas mudanças surgiram a partir da desorganização do sistema latifúndio/moradia.

CAPÍTULO III – O terceiro capítulo tem por finalidade analisar quais as compreensões dos atuais representantes a família Gaudêncio, que ainda sejam residentes ou que tenham algum tipo de vínculo, com Serra Branca, no referente às relações com a vida política e o poder local. Partindo do ponto de vista desses indivíduos buscaremos compreender quais às percepções dos mesmos sobre essas novas formas do fazer político

A título de **CONSIDERAÇÕES FINAIS** procurou-se apresentar os resultados alcançados com a pesquisa e demonstrar que embora possa não parecer, o grupo familiar/político de Serra Branca ainda é herdeiro das antigas práticas do latifúndio para as relações com o poder político, e mesmo diante da crise desestruturadora do sistema latifundiário e das relações da moradia, a família Gaudêncio consegue se reinventar no cenário político.

CAPÍTULO I O LATIFÚNDIO COMO MODO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DE PRODUÇÃO

De acordo com Houaiss (2001), o termo latifúndio (do latim *latifundium*, ãi) refere-se à: 1) “entre os antigos romanos, grande propriedade rural pertencente à aristocracia, na qual, à custa da força do trabalho escravo, praticava-se o cultivo da oliveira, da vinha e a criação de animais” e 2. “vasto domínio rural constituído de terras não cultivadas e/ou de áreas onde se pratica um tipo de cultura que não exige grandes investimentos”. Nas duas acepções, e de modo diverso de muitas utilizações contemporâneas do termo, o latifúndio se define tanto pelo tamanho da propriedade como por um modo de produzir na terra. Se por um lado, entre os romanos, o termo latifundiário denominava o uso do trabalho escravo no cultivo da oliveira, da vinha e na criação de animais.

No semiárido⁶ brasileiro, a partir de monoculturas como cana-de-açúcar, e algodão, configura o tipo de latifúndio mais encontrado alude as extensões de terra cuja produção é feita sob modos de cultivo de baixo investimento. No caso do Cariri Ocidental da Paraíba e, em especial na cidade de Serra Branca, o predomínio é da cotonicultura que, juntamente com o gado e a policultura alimentar, tornou-se a base da economia da região, sendo estas culturas responsáveis em grande parte pelo

⁶ Conforme definição de Malvezzi (2007), o semiárido brasileiro abrange uma área de 912 mil quilômetros quadrados, que compreende 1.133 municípios da região nordeste e do estado de Minas Gerais, onde vivem cerca de 22 milhões de pessoas. Configurando-se de maneira geral, pelas temperaturas levadas, pela evaporação superior à precipitação, pela irregularidade espaço-temporal das chuvas, e pelos solos pobres em matéria orgânica. É o semiárido mais populoso e chuvoso do mundo, e a pluviosidade alcança a média de 750 mm/ano. O subsolo é formado em 70% por rochas cristalinas, rasas, quase aflorando a superfície. Isto faz com que o solo seja muito raso, o que dificulta a retenção de água e a formação de mananciais perenes, pois a água das chuvas pouco penetra no subsolo e acaba se perdendo pelo escoamento superficial. A água, ao escoar, carrega o solo, o que faz com que se torne ainda mais raso e que rochas aflorem à superfície. Onde há falhas geralmente há reservas subterrâneas de água, porém nem toda a região conta com lençóis freáticos. Por isto, captar a água da chuva se mostra uma das formas mais simples e baratas de se viver bem na região (Duque, 1980). Tanto no nordeste açucareiro quanto no semiárido, a sociedade era dominada social, cultural e economicamente por coronéis e pela oligarquia latifundiária. Cada latifúndio representava uma realidade social à parte, muitas vezes superior à ordem pública. Estes senhores dominavam as câmaras municipais e outros espaços de representação política, participando de violentas disputas pelo poder político. (Castro, 1992). As oligarquias agrárias atribuíam à seca todo o atraso da região, tirando proveito desta situação e beneficiando-se das ações governamentais assistenciais. Assim, fizeram da seca um negócio, atuando principalmente durante o período da República Velha, em que houve uma maior autonomia dos estados. O distanciamento geográfico e político entre o comando central e o local possibilitava a centralização do poder econômico e político nas mãos das elites agrárias, que buscavam a manutenção de uma situação econômica favorável, e que terminava por se apoiar na miséria do povo sertanejo (Castro, op. cit.).

processo de povoamento do interior paraibano e, de forma mais determinante, do povoamento do Cariri Ocidental.

Dessa forma, nesse primeiro capítulo buscou-se analisar em quais contextos foram intensificados o processo de povoação da região do Cariri e as relações sociais que foram estabelecidas no entorno da posse da terra, uma vez que o latifúndio não está demarcado apenas pela posse da terra e de sua extensão, mas também por todo um modo de vida dos atores sociais envolvidos e suas relações mais intensificadas por questões sociais, tais como: patriarcado; clientelismo; relações entre o morador da terra e o proprietário; às relações de trabalho estabelecidas como a figura do vaqueiro e do meeiro responsável por cuidar do rebanho com base no regime de quarteação; à presença de parceiros e arrendatários; etc.

Nesse viés de raciocínio, procurou-se refletir sobre a influência que esse processo de povoamento teve na consolidação de um grupo político, representado nesse contexto pela família Gaudêncio, família esta advinda de uma elite agrária e que usou o poder da terra para traçar a vida política naquela região, mais especificamente em Serra Branca, e permanecer no cenário político do Estado da Paraíba.

1.1 O processo de povoamento do território paraibano e a importância do algodão para a ocupação de terras no Cariri ocidental da Paraíba: breves considerações

Conforme Moreira e Targino (1997, p.21), como no restante do nordeste brasileiro, a colonização do espaço agrário da Paraíba foi sinalada pela construção de inúmeras relações sociais baseadas no processo de exploração, e marcada ainda pelo entrelace de vieses econômicos, sociais, culturais e, sobretudo político.

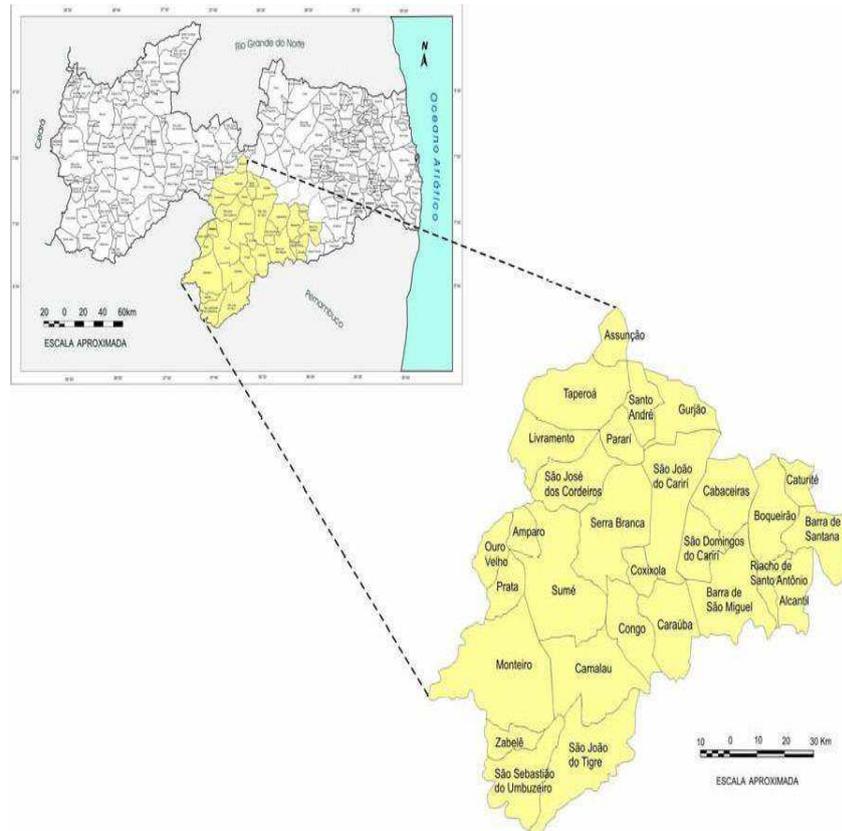
Por ter sido este território a parte da colônia portuguesa onde se implantaram inicialmente monoculturas de cana-de-açúcar e, posteriormente de fumo, algodão e pastagens, essa região propiciou uma maior concentração de terras nas mãos de poucas pessoas e um maior enraizamento do latifúndio que acabou por impedir uma melhor repartição da terra. Todas essas relações foram responsáveis por uma forte desigualdade de classes sociais, subordinada em sua grande maioria aos interesses

do capital financeiro e industrial, e que não atendia a maioria das necessidades da população.

Consoante Junior e Bursztyn (2008), no Nordeste a região da zona da mata foi subsidiada ao latifúndio açucareiro, e no sertão desenvolveu-se a pecuária e a agricultura de subsistência. Já Moreira e Targino (1997, p.68), apontam que o boi foi originalmente fixado nas terras litorâneas, para apoiar as atividades do engenho, foi levado para o interior sempre seguindo o curso dos rios, formando os chamados caminhos do gado, originando os currais, as feiras de gado e, conseqüentemente, o aparecimento dos povoados e vilas que depois se tornam cidades, tais como: Boqueirão, Cabaceiras, Piancó, Vila Nova da Rainha (hoje Campina Grande), Itabaiana, Pombal, Sousa, Patos, Cajazeiras, Princesa Isabel, e muitas outras cidades e povoados que foram se formando em função dos percursos econômicos desenvolvidos nos sertões da Paraíba.

Junior e Bursztyn (2008) pontuam que com o decorrer do tempo houve uma decadência do nordeste açucareiro, e na mesma intensidade na Paraíba, aconteceu um decréscimo da função dessa economia pastoril e, por conseguinte, uma dispersão das terras dos currais. O que propiciou o desenvolvimento de uma nova forma camponesa e coletiva de uso da terra, agora com a cultura do algodão no Sertão e Cariri da Paraíba.

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CARIRIPARAIBANO



Fonte : Anieres Barbosa da Silva (2003), a partir de PARAÍBA. IDEME, 2000.

Assim, embora a ocupação do Cariri da Paraíba tenha sido retardada, tanto pelos obstáculos impostos pela natureza (relevo acidentado dos rebordos e contrafortes da Borborema) como pela luta contra os índios Cariris (Confederação dos Cariris), durante os períodos de retração da economia açucareira houve movimentos migratórios do Litoral em direção ao Agreste/Cariri como decorrência da libertação de mão-de-obra pelos engenhos. Essa mão-de-obra liberada pela atividade açucareira se deslocou para o interior do Estado onde passou a se dedicar ao cultivo de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca).

Dessa forma, situado entre o Litoral e o Sertão, o Cariri era atravessado pelo gado no decorrer dos seus longos percursos em direção da zona açucareira. A necessidade de abastecimentos e pouso para vaqueiros e para os animais por eles conduzidos fez surgir na região do Cariri alguns núcleos de pouso em torno dos quais se instalaram os currais. O desenvolvimento desses núcleos deu origem às feiras de gado e mais tarde, a vários centros de povoamento. Embora a pecuária também tenha se desenvolvido no Cariri, foi, no entanto, a agricultura de subsistência, a atividade econômica que determinou a ocupação inicial da região.

A região do Cariri, em especial na sua formação, sofreu a forte influência do cultivo do algodão, ou seja, a cotonicultura que, juntamente com o gado e a policultura alimentar, tornou-se a base da economia do Cariri. Esta cultura impulsionada por condições externas favoráveis (crescimento da demanda provocada pelo desenvolvimento da indústria têxtil inglesa) estendeu-se rapidamente tanto nas áreas de Caatinga quanto no Brejo e até mesmo no Litoral, aonde chegou a concorrer com a cana-de-açúcar.

A expansão do algodão no Agreste paraibano provocou profundas modificações neste espaço em gestação. Os seus reflexos fizeram-se sentir tanto na organização agrária como no quadro urbano regional. Os principais efeitos do "boom" algodoeiro na organização sócio-econômica do Agreste foram:

- a) A consolidação do sistema morador, pois para cultivar os campos de algodão, os grandes e médios proprietários foram, gradativamente, substituindo o trabalho escravo pelo trabalho dos moradores, pela figura do vaqueiro - responsável por cuidar do rebanho com base no regime de quarteação, isto é, a cada ano, de quatro crias que o rebanho gestasse uma cabia a ele. Assim, ao final de quatro ou cinco anos ele poderia ter seu próprio rebanho e arrendar ou adquirir uma terra tornando-se produtor arrendatário ou proprietário, ampliando o processo de ocupação do espaço semiárido Caririzense (ANDRADE, 1986; MOREIRA e TARGINO, 1997).
- b) A monetarização da economia, resultante tanto da venda do produto quanto da expansão das formas semi-assalariadas de trabalho.
- c) Modificações no crescimento urbano regional, visto que:
 - A monetarização da economia impulsionou o pequeno comércio;
 - A comercialização do algodão se realizava nos núcleos urbanos;
 - O beneficiamento do algodão era geralmente feito nos aglomerados.

Ademais, a demanda pelo algodão por parte dos países industrializados representou uma nova fonte de renda para os produtores que se dedicavam unicamente a pecuária e fez emergir internamente uma agricultura comercial que aos poucos foi sendo direcionada, sobretudo para o mercado externo,

especialmente para atender as necessidades da indústria têxtil inglesa, que apresentava elevado progresso tecnológico.

Conforme Moreira e Targino (1997), no decorrer do tempo, intensificou-se o número de pessoas que arrendaram, subarrendaram ou passaram a solicitar a posse de vastas extensões de terras, nas quais diziam ter efetivado plantações e construído currais, emergindo, assim, novos grupos familiares que passaram a deter tanto o poder político quanto o econômico, com base na concentração de terras.

Diante disso, um dos traços marcantes na posse da terra nessa região era o fato de que os grandes proprietários que ali se instalaram dispunham de poder absoluto nos limites de suas propriedades. Esses grandes proprietários segundo Maia (2013, p.42), utilizavam-se desse poder econômico e social para coibir aqueles que lhes deviam favores, dispendo e explorando assim da mão-de-obra de que necessitam.

Esses atores controlavam o poder local, através da política do clientelismo, onde o patrão dava proteção ao outro em troca de apoio, estabelecendo um laço de submissão pessoal, independente das relações de parentesco, de emprego, ou de métodos violentos. Através dessas relações de poder, os grandes proprietários mantinham ainda articulações políticas com o governo federal e com os governos estaduais, visto que exerciam forte influência sobre as camadas mais pobres da sociedade por exigir fidelidade em troca de favores. Assim, por meio do medo e da subserviência, dominavam verdadeiros “currais” eleitorais, tendo em vista que o voto era aberto e quem ousasse discordar da orientação política era severamente punido. Surge assim a figura do Coronel⁷.

Conforme Vilaça, o coronel era:

Chefe político, árbitro social e fonte de coerção, aceita e incorpora, até com desvanecimento, influências externas, que sem o diminuir, como que institucionalizam seu domínio nas figuras do prefeito, do juiz, do delegado submetidos à sua discricção, e que promovem e alastram sua fama (...) (VILAÇA, 2003, p. 42).

⁷A expressão coronelismo foi definida por Victor Nunes Leal, em 1949, referindo se aos fazendeiros que recebiam a patente militar no período imperial. A partir da instalação da chamada República Velha (1889 - 1930), estes coronéis incrementaram sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta.

Na ausência do Estado, o coronel exercia variadas funções, podendo atuar simultaneamente como detentor do poder político, jurídico e legislativo do município que lhe cabia, fazendo com que a sua autoridade cobrisse todo o espaço geográfico em que consistiam os seus domínios. Nesse cenário, era o coronel quem ditava as regras das cidades e vilas no interior da Paraíba.

Dentre os grupos familiares, que passaram a atuar na região em estudo, está à família Gaudêncio que primeiramente se instalou em São João do Cariri e com a emancipação política do distrito de Serra Branca torna-se uma das famílias fundadoras da cidade, visto ser a maior proprietária das terras da região, detentora do monopólio do cultivo e da venda do algodão. Entretanto, com as mudanças existentes no sistema latifúndio/moradia, conforme mencionado acima e debater-se-á mais a frente, a família Gaudêncio precisou reinventar seu próprio fazer político e a relação com o eleitorado local.

1.2 As forças desorganizadoras do sistema latifundiário/moradia

Segundo Moreira e Targino (1997, p. 103), a partir da década de 1970 ocorreram fortes modificações no processo de produção rural na Paraíba, intensificando o processo que no presente trabalho denominou-se de desorganização do sistema latifúndio/moradia, processo este que emergiu e se solidificou por meio de uma série de fatores climáticos e sociais, tais como: transformações na estrutura agrária após a crise do sistema pecuária/algodão/sisal/culturas alimentares/moradia/latifúndio, além das mudanças ocorridas com a industrialização das lavouras, avanço da pecuária em relação a lavouras temporárias, mudanças na política de trabalho assalariado com relação ao sistema de moradia e que deram origem a toda uma mudança nas relações do processo de produção e de posse da terra.

Com base em Moreira e Targino (1997, p. 105) processos como a modernização da agricultura, expansão da pecuária e da lavoura de produtos alimentícios e o agronegócio, proporcionaram profundas alterações na dinâmica de produção do Estado, bem como sobre as condições de vida dos trabalhadores e das classes operárias.

Na década de 1970, segundo Moreira e Targino (1997, p.138) o espaço rural da Paraíba, formado em sua grande maioria por latifundiários, recebeu diversos

incentivos como: a criação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL⁸); forte política de subsídios e incentivos ao crédito fundiário, a baixos custos e com perdão das dívidas, financiados por bancos de fomentos nacionais como Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Estado da Paraíba. Além dos recursos desses Bancos nacionais e instituições internacionais como o Banco Mundial (BID), houve ainda recursos de órgãos como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e do PROJETO NORDESTE.

De acordo com Mello (2002, p. 158), na década de 70 até mesmo as administrações estaduais eram motivadas pelos fomentos agrícolas. Entretanto a partir de meados da década de 80 o meio rural da Paraíba, no que se refere às lavouras de cana-de-açúcar, ao setor algodoeiro e ao sisal, sofreram drásticas mudanças diante da crise econômica e mudanças estruturantes no Brasil, o que acarretou nas formas desorganizadoras do sistema latifúndio/moradia. E para além dessas mudanças, Moreira e Targino (1997, p.125), elencam outros fatores desestruturantes do sistema latifundiário, como: a) **Fatores Políticos e econômicos:** i) diminuição do crédito fundiário e cobrança das dívidas por parte do Governo Federal, ii) cobrança mais incisiva dos débitos das empresas junto ao INSS e da receita Federal, iii) elevação nos custos da produção da lavoura e dos preços dos transportes, iv) crescimento do agronegócio; b) **Fatores sociais:** i) perda do poder político e econômico da burguesia canavieira nordestina, ii) mudanças nas relações de trabalho promovidos pelas usinas, iii) organização sindical dos trabalhadores, iv) êxodo rural; c) **Fatores naturais e climáticos:** i) grandes períodos de estiagem na região, ii) estagnação da pecuária, iii) pragas de insetos como a praga do bicudo que dizimou grande parte das lavouras de algodão no estado, dentre outros problemas.

Todas essas mudanças no sistema latifundiário, marcado tanto por relações de poder, como o fim e/ou transformação no sistema coronelista, e, em seguida, as transformações ocorridas no meio rural, acima apresentadas, dão origem a uma nova forma da relação entre os donos da terra e a sua forma de manter-se no poder, no modo de fazer política, reproduzidas e percebidas nas mesmas relações construídas pela família Gaudêncio na cidade de Serra Branca.

⁸O Pró-Álcool ou Programa Nacional do Álcool foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo do Brasil a partir de 1975 devido a crise do petróleo em 1973 e mais agravante depois da crise de 1979.

1.3 A família Gaudêncio, a terra e a política em Serra Branca

A origem de Serra Branca, segundo relatos orais, remeteu-se a duas fazendas de gado instaladas às margens dos rios Poção e Jatobá, as quais com suas cacimbas forneciam água para as famílias e rebanhos, seguindo as características do processo de colonização do restante do interior da Paraíba e, do Nordeste, onde o surgimento dos povoados ocorreu em prol da expansão da pecuária.

Assim sendo, por volta de 1820, na margem do Rio Jatobá, formou-se a Fazenda Jericó, e em 1825, um fazendeiro denominado José Alves Pequeno, provavelmente para fugir das estiagens, fundou outra fazenda nas margens do Rio Poção. Daí por diante, durante todo o século XIX foram instaladas diversas fazendas no Vale do Matinoré.

Ressalta-se que conforme as relações de trabalho desse período, os fazendeiros construíam as casas para seus trabalhadores, cediam pequenas terras para os roçados e faziam de suas casas o centro do cotidiano da sociedade. Como pontuam Moreira e Targino:

Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais pequenos, médios e de grande porte. Tinham direito a lenha e a água. (Moreira e Targino 1997, p.43).

Logo, todos os trabalhadores deviam obediência ao chefe que tomava conta da “organização da família”, que detinha por direito divino os domínios terrenos. Logo, conforme Moreira e Targino (1997, p.44), o modo de moradia, das condições trabalho e de sobrevivência mantinha uma estreita relação com o acesso a terra.

Em 1921, Serra Branca passou a ser distrito de São João do Cariri. A mudança de povoado para distrito foi favorecido pela produção algodoeira que estava chegando ao auge e o local passou a ser de muita importância para a política centralizada em São João do Cariri, uma vez que armazéns e maquinários para beneficiar o algodão foram instalados e a produção passou a ser referência para todo o Cariri.

O poder econômico de Serra Branca no final da década de 1930 gerou conflitos com São João do Cariri, que levou um grande golpe das autoridades

políticas e religiosas residentes em sua cidade. Pois, com o avanço econômico impulsionado pela safra de algodão e pelo forte comércio local, padres, políticos e vários trabalhadores migraram para Serra Branca em busca de melhores condições de vida.

Ainda em 19 de dezembro de 1930, o governo extinguiu a Mesa de Renda de São João do Cariri e distribuiu os postos fiscais em vários distritos. Assim, Serra Branca ficou autônoma em relação à arrecadação de impostos que eram feitos por São João do Cariri. Com isso, não só o centro econômico, como também o centro religioso passou a vigorar em Serra Branca. Nesse mesmo ano, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição passou a ser Paróquia, desmembrando-se da Paróquia de Senhora dos Milagres. Já em 1950, a população do povoado de Serra Branca era mais do que o dobro da população de São João do Cariri.

Nesse contexto histórico, configurada como proprietária de grandes extensões de terra, a família Gaudêncio, porta-se como representante de toda a região do Cariri, e assim, vêem aparecer em Serra Branca uma nova fonte econômica e eleitoral para suas intenções políticas, pois como a maioria das cidades da Paraíba, em Serra Branca, o poder local estava fortemente marcado pelas relações de mando da terra, pela posse das grandes propriedades rurais.

A família Gaudêncio firma-se como monopolizadora dos destinos econômicos, sociais e políticos de Serra Branca, porém, com a crise do sistema latifúndio/algodão/pecuária/moradia, da economia algodoeira, da praga do bicudo e, principalmente, com as mudanças das relações de trabalho no campo – marcado pelo trabalho assalariado, mesmo que este fosse temporário como nas usinas de cana de açúcar –, que surgiram a partir da década de 1970 e meados da década de 1980, intensifica-se o processo de transformação e mudança social nas médias e grandes propriedades, dando início a um cenário econômico e político no País, no Nordeste, na Paraíba e, por fim, no Cariri Ocidental, onde o latifúndio deixa de ser a forma social dominante das grandes propriedades.

Como Oliveira (1981, p. 35) pontua, antes da desorganização do latifúndio, no Nordeste algodoeiro-pecuário, “coronéis do algodão, pecuária [...] são os agentes e a forma da estrutura do poder”. Dessa forma, era nesse cenário que se encontrava a família Gaudêncio, como representante legítima do poder local da cidade de Serra Branca, e cujo nome era inserido na política estadual e nacional.

A marca principal das propriedades da família Gaudêncio era a produção de

algodão, tendo sido esta uma das principais culturas agrícolas do Nordeste e a única a enfrentar a cana-de-açúcar com algum êxito. Contudo, as fortes transformações ocorridas no meio rural, especificamente na desorganização do sistema latifúndio/moradia, foram impulsionadoras das mudanças na relação com a terra e todo o fazer social que ocorreram na cidade de Serra Branca e, maiormente sobre sua relação com a família Gaudêncio, que diante do fato reelaboraram o seu papel de elite local, se reinventando através de seu próprio fazer político e das relações com a população.

Dessa forma, segundo Moreira (2012, p.25), a família Gaudêncio foi coadjuvante do Movimento de 1930 e demonstrou estratégias e peripécias no campo da política, perceptíveis na ótica da história do Brasil, onde a família Gaudêncio, durante as décadas de 1970 e 1980, representou o poder oligárquico local, pois como em todo o sistema oligárquico do país, nos municípios, o coronelismo era a forma social da qual emergia a elite.

Nos seus estudos de 1975, Leal apresentou uma conjuntura econômica marcada pela decadência dos fazendeiros que em face à perda de seu poder, passaram a exigir a presença do Estado como forma de garantir a manutenção de seu poder político em benefícios de seus dependentes e rivais. Assim, para Leal (1997, p.40), o coronelismo não é mera sobrevivência do poder privado:

[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. [...] É antes uma forma peculiar de manifestações do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude o qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com o regime político de extensa base representativa.

Como acontecia em todo o sistema oligárquico do país, nos municípios os coronéis⁹ decidiam a política local. Então, o coronelismo caracterizava-se como um fenômeno político e social, com raízes na tradição patriarcal brasileira e na estrutura agrária, onde se definia certas práticas políticas e sociais próprias do meio rural brasileiro, com seus subprodutos de pobreza, ignorância e dependência social.

⁹A expressão coronelismo foi definida por Victor Nunes Leal, em 1949, referindo se aos fazendeiros que recebiam a patente militar no período imperial. A partir da instalação da chamada República Velha (1889 - 1930), estes coronéis incrementaram sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta.

Por fim, concedia-se a patente de coronel à grandes latifundiários que exerciam total controle sobre seus agregados e outras pessoas que dependiam de sua influência. Assim, Leal (1975) afirma que coronel era todo grande latifundiário, dono de grande contingente de terras, detentor de numeroso rebanho de gado e outros animais. Ainda de acordo com esse autor, o coronel desfrutava de grande prestígio junto às autoridades do Estado, tanto na esfera Federal quanto na Estadual, mantido através da troca de favores. Ou seja, os coronéis asseguravam a vitória em suas regiões de atuação aos políticos e em troca conseguiam alguns benefícios para a população carente na área da saúde ou da educação, e cobravam dessa população lealdade e obediência a sua orientação política. Ao coronel também cabia a função de resolver as questões de justiça em seus domínios.

A família Gaudêncio, como objeto deste estudo social, propiciou aventar as relações da posse da terra e a trama com as estratégias políticas, não apenas no município, mas entre as diversas camadas administrativas e sociais, onde na maioria das ações agia sob as práticas coronelistas de mando descritas por Leal (19780).

Para pensar essas estratégias políticas foram desbravadas as fronteiras entre as relações de poder exercidas pelos membros das famílias, e a construção do espaço de atuação destes, denominado de “campo social” de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu(2010, p.7). Nesse sentido, campo simbólico referenciou o espaço construído por relações de força que confluem em *habitus*¹⁰ e poderes simbólicos. E, por poder simbólico entendeu-se:

Uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 2010,p.7-8)

Dessa forma, a família Gaudêncio, inserir-se em uma disputa que Moreira (2012, p.33) denomina de busca pela “chefia suprema”. A estrutura política social desta busca, em que o poder de mando é o principal agente de legitimação de

¹⁰O conceito de *habitus* em Bourdieu (2010, p.61) seria “a espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de relacionar para se orientar e se situar de maneira racional no espaço.” O *habitus*, a partir da crença de todos que vivem em determinado espaço, não possui origens, ele é simplesmente. A mentalidade política, as práticas discursivas e a disputa pelo poder passam a ser naturais no espaço a partir da crença do mesmo exercício do poder

identidades, pode ser avaliada a partir do estudo do conceito de “coronelismo”.

Como dito anteriormente, a partir da década de 1970 e meados da década de 80, o processo de transformação social nas médias e grandes propriedades, iniciou um cenário econômico e político no País, onde o latifúndio deixou de ser a forma social dominante das grandes propriedades. Nesse cenário, encontrava-se a família Gaudêncio, como representante legítimo do poder local na cidade de Serra Branca, sendo proprietária de grandes extensões de terras. Tendo seu nome inserido na política estadual e nacional, pelo seu poder como grandes proprietários de terra.

Sobre o poder local, com base em Maia (2013), surgiram vários estudos, mais especificamente na segunda metade do século XX. Neste período, encontrou-se um maior número de obras cujo principal objetivo era compreender a política nacional a partir das relações estabelecidas com o poder local. Para citar alguns exemplos, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Nunes Leal (1997), Raimundo Faoro (1989), foram alguns desses estudiosos que pesquisaram as peculiaridades do poder local e suas mais variadas formas, como o coronelismo, mandonismo e clientelismo, registradas nas experiências de poder e dominação dos proprietários de terras. Eles também ressaltaram, em seus trabalhos, os conflitos e compromissos entre o poder local e as esferas municipais, estaduais e federais. Por fim, os pesquisadores: Bursztyn (1985), Lewin (1993) e Gurjão (1994), debruçaram-se para analisar especificidades de algumas regiões.

Assim, no que se refere ao coronelismo, Carvalho (1997) afirma que a figura do coronel pensado por Leal, aos poucos e de forma gradativa, se extinguiu e deu lugar a novas figuras de poder. Dentre elas, Carvalho destaca a figura do mandonismo ou clientelismo, e diz que mesmo com a mudança e que essa seja considerada uma nova forma de poder, ela é herdada de forma direta e evidente das antigas e tradicionais oriundas do “poder coronelista”. De acordo com Carvalho (1997, p. 232):

Refere-se à existência local de estrutura oligárquica e personalizada do poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de alguns recursos estratégicos, em geral a posse de terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que o impede de ter livre acesso ao mercado e a sociedade política (...). A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcançarem todos os cidadãos.

Já segundo Queiroz (1977, p. 187)

O desaparecimento do coronelismo se apresenta, como um processo progressivo e também irregular. Nalguns pontos do país, já em 1940 podia ser dado praticamente como extinto. Porém perdurava nesta época, ainda na zona Serrana do interior de Santa Catarina [...]. Em 1953, no norte da Bahia, ainda vigorava a estrutura coronelista. Em 1957, Jean Blandel, notava o respeito do estado da Paraíba que a dominação familiar persiste, que grandes parentelas dominavam o interior chegando ao “monopólio quase absoluto” de todas as possibilidades de progresso na escala social.

Autores como Queiroz (1969) e Villa (2000), defendem a tese de que os regimes políticos que surgem no país sempre têm incorporado elementos ou estruturas do sistema anterior.

Como mencionado e enfatizado anteriormente, o Cariri Ocidental da Paraíba tem seu processo de povoamento marcado pela introdução da cultura do algodão como modo de produção, diante do fato de que o litoral era campo quase que exclusivo para o plantio dos canaviais, logo, a medida que o gado ia avançando pelos sertões atrás de pasto (a pecuária nordestina por muito tempo foi extensiva, ou seja, o gado era criado livre, eliminando assim a necessidade do dono procurar pastos para alimentá-lo). Então, com o desbravamento dos Cariris, o algodão e outras culturas passaram a ser estabelecidas na região, permitindo que grupos de famílias ocupassem as terras e construíssem suas fazendas especialmente voltadas para a cotonicultura e pecuária de pequeno porte. A partir das décadas de 1970 e 1980, diante de inúmeros fatores acerca do processo de produção, intensifica-se a crise do sistema produtivo formado por elementos como as relações de moradia, da pecuária e da cotonicultura, processo que historicamente estavam sob o comando político e ideológico das elites latifundiárias. Diante desse novo contexto, o presente trabalho buscou compreender como a família Gaudêncio vivencia as transformações desse processo e constrói sua trajetória familiar ora pela terra, ora pela política, e de como se dá a influência dessa família no Cariri Paraibano e em especial na cidade de Serra Branca/PB.

Assim, a partir dessa sessão, a pesquisa inserir-se-á em um debate marcado pela ideia de como a posse de grandes propriedades de terras podem influenciar o poder de um grupo, de uma elite, na vida social e política de uma cidade, e de como a produção agrícola transformada de um capital financeiro e, posteriormente, em capital simbólico pode interferir na vida social de uma região, em especial na cidade de Serra Branca, através do estudo de caso do grupo familiar Gaudêncio.

QUADRO 2 – MEMBROS DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO ENTREVISTADOS

NOME	IDADE	PROFISSÃO	GENEALOGIA	TRAJETÓRIA POLÍTICA
Aldo Cesar Figueiras Gaudêncio ¹¹	36 anos	Advogado	Bisneto de Joaquim Gaudêncio de Queiroz (prefeito de São João do Cariri) Neto de Manuel Gaudêncio (primeiro prefeito constitucional de Serra Branca)	Candidato a Vereador em Serra Branca 2014.
Álvaro Gaudêncio Neto	59 anos	Defensor Público	Neto de Joaquim Gaudêncio de Queiroz	Vereador eleito em Campina Grande em 1976 e 1982; Candidato a Vice-Prefeito em Campina Grande (Não eleito) no ano de 1988; Deputado Estadual Eleito em 1990; Candidato a prefeito de Campina Grande (não eleito) em 1992; Deputado Federal (eleito) em 1994; Candidato a Deputado Federal (Suplente) - nos anos 1998 e 2002; Candidato a Vice- Prefeito de Campina Grande (não eleito) -2000; Candidato a deputado Estadual (ficando como suplente nos anos de 2006, 2010 e 2014.
Eduardo José Torreão Mota ¹²	57 anos	Engenheiro	- Sobrinho de Alvaro Gaudêncio de	Eleito Vereador em: 1982 (mandato de 6

¹¹ Tido por membros da família e por se próprio como articulador político da família buscando a reinvenção da família Gaudêncio;

¹² Apontado por membros da nova geração da família Gaudêncio como um dos últimos remanescentes da política tradicional assistencialista do grupo Gaudêncio

		Elétrico	Queiroz (Álvaro “O velho”); - Primo de Álvaro Gaudêncio Filho	anos); -Eleito Vereador em: 1988. - Eleito prefeito em: 1996, 2000, 2008 e 2012. -Apontado como atual líder político da família no município de Serra Branca
Guilherme César D’ Albuquerque Gaudêncio	43 anos	Jornalista, advogado e empresário	- Neto de Joaquim Gaudêncio Correia de Queiroz	- Vereador eleito em 1996 e 2000; - Candidato a prefeito em 2004 (perdendo a eleição); - Vice-prefeito do primo Eduardo Torreão; -Eleito a vereador em 2016
Paulo Fernando Torreão	63 anos	Defensor público	-Neto de Joaquim Gaudêncio de Queiroz; -Filho de Genival Queiroz Torreão; -Primo de Eduardo Torreão; - Pai de Flávio Torreão	- Nunca exerceu cargo político, mas esta presente em todas as decisões políticas locais;

Fonte: Dados da pesquisa

Ressalta-se ainda que devido ao caráter da pesquisa possuir um forte teor político, buscou-se além do rigor científico, o máximo cuidado com as relações sociais construídas nas falas. Os discursos dos atores entrevistados, no entanto, destacou-se um forte discurso de bondade e, bem como a construção das imagens de benfeitores.

Como método para buscar o máximo de veracidade nas entrevistas, se utilizou os pressupostos de Marieta de Moraes Ferreira (1994,p.9):

O ponto central que unifica as preocupações daqueles que se dedicam ao estudo das elites e dos que se voltam para o estudo dos excluídos é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções.

Assim, organizou-se questionários de acordo com o entrevistado e com a capacidade memorialística dos mesmos, deixando contudo margens para a flexibilização das perguntas diante das falas dos entrevistados.

CAPÍTULO II

GENEALOGIA DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO E A INSERÇÃO NA VIDA POLÍTICA PARTINDO DO ACÚMULO DE CAPITAL

A origem da família Gaudêncio, que primeiramente é a família Correia de Queiroz (MEDEIROS, T. D; MEDEIROS, M. D, 1989 p.15), é descendente de Pascácio de Oliveira Lêdo, sobrinho de Teodósio de Oliveira Ledo: "O conquistador dos sertões da Paraíba", tendo a família Correia de Queiroz como família de origem e Joaquim Correia de Queiroz, proprietário da fazenda Uruçú, como patriarca.

Durante o século XVIII as missões jesuítas deram origem ao processo de povoamento da região denominada de "Cariri Ocidental", configurando o povoado como o principal centro populacional da microrregião.

Segundo Moreira (2012, p.48), a família que prevaleceu no poder em São João do Cariri durante o império foi os "Costa Romeu". Seu principal patriarca na região, Antonio da Costa Romeu, tinha na base rural sua fonte de riqueza da família, visto que na ocasião era proprietário de muitas terras, as quais foram herdadas do Capitão-Mor Domingos da Costa Romeu, seu tio legítimo. E de acordo com Borba (2014, p.23), além das terras, o Capitão-Mor Domingos da Costa Romeu tinha a seu cargo, a defesa da Vila de São João do Cariri contra ataques externos e também o poder de polícia. Assim, Antonio da Costa Romeu contraiu casamento com a filha do Capitão-Mor (sua prima legítima), e tornou-se o patriarca de diversas famílias no Cariri paraibano.

Conforme Borba (2014, p.24), foi de Antonio da Costa Romeu, que descendeu duas das mais importantes famílias do Cariri Paraibano: Os "Costa Brito" e os "Gaudêncio de Queiroz". E tanto os ascendentes, como alguns dos descendentes de Antonio da Costa Romeu, exerceram funções de destaque na sociedade em que viveram como no caso de seu avô José da Costa Romeu que chegou ao cargo de Capitão-Mor e, assim, professou forte liderança e influência no Cariri, sendo responsável juntamente com seu filho Domingos da Costa Romeu, seu cunhado José Felix de Barros Leira, seu sobrinho Inácio de Barros Leira, além dos Coronéis José Francisco Alves Pequeno e Francisco Dias Chaves, pelo patrocínio e assinatura, em 1786, do petítório para a que a povoação de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora (atualmente São João do Cariri), se tornasse vila, com o nome de Vila Nova da Rainha.

Dessa forma, a família Costa Romeu teve grande prestígio no cenário

político local, o que levou seus membros a ocuparem diversos cargos legislativos durante a primeira república.

Por sua vez, a origem da família Gaudêncio - objeto de estudo dessa pesquisa -, descende de forma direta de Antonio da Costa Romeu, que ao casar-se com sua prima Maria José da Purificação, fixou residência na fazenda Queimadas e constituiu numerosa família de doze filhos, entre eles a senhora Tereza Maria da Conceição, sétima filha do casal, que casou-se com o primo Joaquim Brito de Queiroz e deu origem a linhagem Gaudêncio.

FIGURA 1 – JOAQUIM CORREIA DE QUEIROZ¹³



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio e Guilherme Gaudêncio

Inicialmente a família era composta por duas ramificações da mesma linhagem, os “Correia de Queiroz” e os “Brito Maciel”, ambos os proprietários da fazenda Uruçú, grande extensão de terra as margens do rio Taperoá.

¹³Joaquim Correia de Queiroz, patriarca da família Correia de Queiros é descendente de Pascácio de Oliveira Lêdo, sobrinho de Teodósio de Oliveira Ledo, “o conquistador dos sertões da Paraíba”.

FIGURA 2 – FAZENDA URUÇU

Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

Conforme Moreira (2012, p. 51 *apud* 1930 MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M. D, 1989,p.206-209), a família Correia de Queiroz chegou de Pernambuco para o Cariri na segunda metade do século XVIII, com o casamento entre Joana Batista do Sacramento e o pernambucano João Batista Correia de Queiroz. O filho de João Batista, o Capitão e Comandante João Crisóstomo Correia de Queiroz (1779-1849) casou-se com Ana Felícia de Brito Maciel, bisneta paterna de José da Costa Romeu e neta materna de José de Brito da Câmara.

O filho de João Crisóstomo, Joaquim Correia de Queiroz, casou-se com uma prima, Teresa Maria das Virgens, bisneta de José da Costa Romeu – observou-se aqui que a riqueza da família se sustentava pelo casamento endogâmico que garantia a posse da terra e a manutenção do latifúndio.

Entretanto, diante das querelas de parentela, a família que era única se separa dando origem a duas novas famílias: uma encabeçada por Higino da Costa Brito, décimo segundo filho de Antonio da Costa Romeu e a outra por Joaquim Correia de Queiroz que posteriormente passa por herança para Maria José de Queiroz (Dona Mariquinha), esposa de Manoel Gaudêncio de Queiroz.

FIGURAS 3 E 4 - MARIA JOSÉ DE QUEIROZ (DONA MARIQUINHA) E MANOEL GAUDÊNCIO DE QUEIROZ (PATRIARCAS DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO DO CARIRI OCIDENTAL).¹⁴

Figura 3 – Maria José de Queiroz

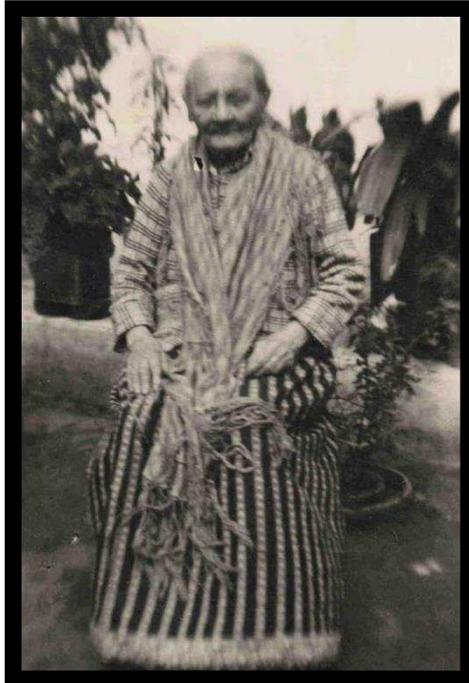
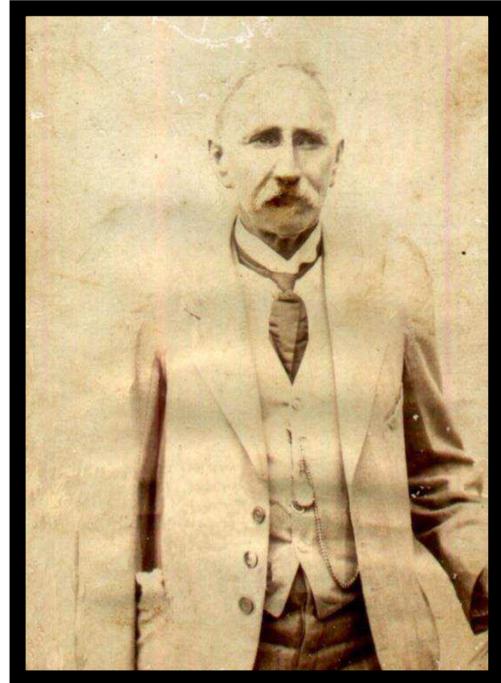


Figura 4 – Manoel Gaudêncio de Queiroz



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

A família só se torna de fato “Gaudêncio” a partir dos filhos de José Gaudêncio Correia de Queiroz, filho por sua vez de Maria José de Queiroz e Manuel Gaudêncio de Queiroz, que conforme informações de Moreira (2012, p.50) eram primos diretos e proprietários da fazenda Uruçu, no município de São João do Cariri. A família adotou a partir daí o sobrenome Gaudêncio Correia de Queiroz, família que anteriormente era apenas Correia de Queiroz, uma vez que “Gaudêncio” era nome próprio.

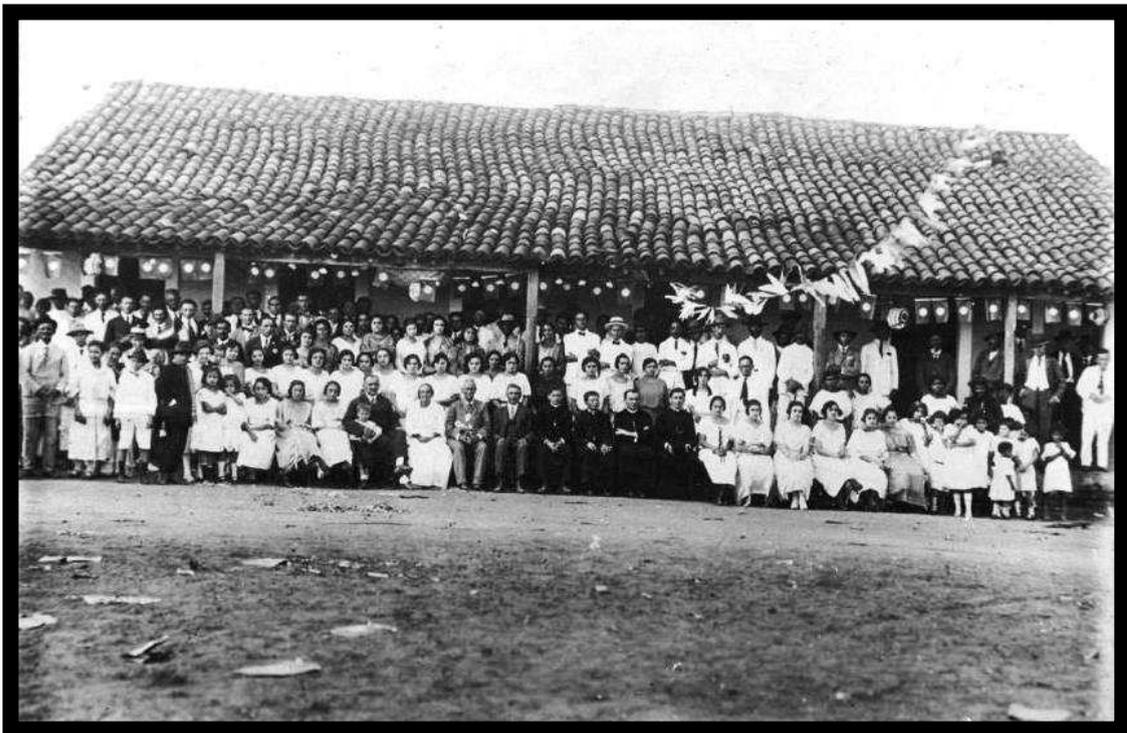
Segundo (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M.D. 1989, p.14), o nome Gaudêncio passou a ser capital simbólico da família devido à influência de José Gaudêncio na política do Estado durante a oligarquia epitacista. Manoel Gaudêncio passou assim a batizar todos os seus filhos com o nome “Gaudêncio” como sobrenome.

Manuel Gaudêncio, considerado o patriarca da família Gaudêncio, possuía o título de Coronel da Guarda Nacional e era detentor de vasta propriedade

¹⁴ Fotos do arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

agropecuário. Dentre seus filhos – ele gerou uma prole de treze filhos –, José Gaudêncio Correia de Queiroz exerceu as funções de Curador de Órfãos, Juiz de Direito, Deputado e Senador da República; Joaquim Gaudêncio Correia de Queiroz foi eleito e exercitou o cargo de Prefeito do Município de São João do Cariri, após a redemocratização de 1945; Apolônio Gaudêncio Correia de Queiroz era Padre; Álvaro Gaudêncio Correia de Queiroz, Deputado Estadual e pai dos políticos: Álvaro Gaudêncio Filho, Prefeito de Serra Branca, Deputado Estadual e Deputado Federal; Amir Gaudêncio, Suplente de Senador; Manoel Alceu Gaudêncio, Deputado Estadual. E ainda seu neto Álvaro Gaudêncio Neto, Deputado Federal e filho do médico José Lucas Gaudêncio que conforme Borba (2014, p.27) por vários anos desempenhou a arte de Esculápio, em Campina Grande.

FIGURA 5 – FAMÍLIA GAUDÊNCIO NA SEDE DA FAZENDA URUCU EM 1945



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

Nesse sentido, José Gaudêncio Correia de Queiroz era filho de Maria José de Queiroz e Manuel Gaudêncio Correia de Queiroz, ambos primos, proprietários da fazenda Uruçú, em São João do Cariri. E, embora, a família tenha adotado o sobrenome Gaudêncio Correia de Queiroz, sua ancestralidade na região teve origem com a família Correia de Queiroz. Pois, como foi dito anteriormente, “Gaudêncio” era nome próprio, um nome composto, que foi adotado por Manuel Gaudêncio de

Queiroz para separar a linhagem familiar de seus filhos. (MEDEIROS, T.D; MEDEIROS, M. D, 1989, p.67-208).

Assim, quando Manuel Gaudêncio batizou seus 13 filhos, sempre repetindo o nome Gaudêncio – inclusive incorporando o nome às mulheres, a exemplo de Maria Gaudêncio, Ana Gaudêncio e Alice Gaudêncio –, passou a partir de então, a ser um sobrenome patronímico, formado a partir do pai. O sobrenome foi utilizado, portanto, como capital simbólico pela família Correia de Queiroz, devido a Manuel Gaudêncio ter sido o primeiro a possuir o “nome/sobrenome” “Gaudêncio”.

Nesta origem da família Gaudêncio, liderada pelo então Coronel¹⁵ Manoel Gaudêncio, a mesma não era a maior proprietária de terra no sentido de possuidoras de grandes extensões territoriais. Entretanto, apresenta-se no Cariri Ocidental da Paraíba como uma das maiores produtoras de algodão, em especial no território que compreende a então cidade de São João do Cariri e o distrito de Serra Branca, destacavam-se no cenário em todo o território estadual .

Com base na genealogia da família Gaudêncio, corroborou-se com a percepção de Pierre Bourdieu (2001) quando ele enfatiza que as relações de poder fundamentalmente adquiridas pelo capital propiciam também a construção de outras relações de poder. Uma vez que:

[...] relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) (...) cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2001, p.11)

Diante desse conceito a sociedade é organizada pelos campos, os quais são estrutura estruturada e neles se encontram os dois pólos: os dominantes e os dominados. Ao primeiro, está relacionado à maior dimensão do *quantum*, ao maior acúmulo de capital; ao segundo se relaciona a raridade de capital. Quanto maior for à quantidade de *capital* acumulado, mais o indivíduo tende a ser dominante no campo. E assim, partindo da necessidade desse acúmulo de capital visando a transformação do capital econômico em outro tipo de capital capaz de gerar,

¹⁵Titulo outorgado pelo governo que oficializava, o poder dos oligarcas, isto é dos grandes proprietários de terras. Eles já não eram somente uma autoridade de fato, mas também de direito, uma vez que tinham o respaldo de uma instituição do governo central.

produzir e fortalecer diversas relações sociais como a de dominação, a família após a inserção na vida política e tendo destaque no cenário nacional, a partir da década de 1970 começa adquirir terras tornando-se uma das maiores proprietárias da região.

QUADRO 3– PROPRIEDADES DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO NO CARIRI ATUALMENTE

PROPRIEDADE	MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIOS	TAMANHO DA PROPRIEDADE ¹⁶
Assentamento Asa Branca ¹⁷	Município de Coxixola	Assentamento da Reforma Agrária	1.237.46 há*
Assentamento Boa Vista	Município de Coxixola	Assentamento da Reforma Agrária	849.21 há***
Assentamento Pinheiro	Município de Coxixola	Assentamento da Reforma Agrária	849.21 há***
Fazenda Agreste	Município de São João do Cariri	Paulo Roberto Gaudêncio	
Fazenda Aguiadas ¹⁸	Município de Serra Branca	Maria Deuzamar Vilar Gaudêncio ¹⁹	188.4 há**
Fazenda Areias	Município de Serra Branca	Paulo Torreão	1.620 há**
Fazenda Boa Vista	Município de São João do Cariri	Marcone gaudêncio	1.000 há*
Fazenda Cachoeira	Município de São João do Cariri	Álvaro Gaudêncio Neto	2.000 há*
Fazenda Franco	Município de São João do Cariri	Nize Torreão Mota	260 há*
Fazenda Garrota	Município de Serra Branca	Aimar Gaudêncio Filho	200 há*
Fazenda Jamaica	Município de São João do Cariri	Marcone Gaudêncio	1.000 há*
Fazenda Lagoa de Cima ²⁰	Município de Coxixola	Antonio Fernando Holanda	7.000 ha

¹⁶ Não foi possível ter acesso a informações confiáveis para todas as áreas territoriais em especial por em sua grande maioria estas pertencerem ao município de São João do Cariri.

¹⁷ Os assentos: Boa Vista I, Pinheiros e Asa Branca contaram inicialmente com 30 famílias assentadas, depois reduzidas para 20 famílias e atualmente segundo informações prestadas pelo Presidente da Associação de Assentados conta com 19 famílias assentadas.

¹⁸ Deixada por herança de Manoel Gaudêncio para os filhos Manoel Gaudêncio Filho (falecido), Roberto Gaudêncio (falecido) e Aldo Gaudêncio,

¹⁹ Viúva de Manoel Gaudêncio Filho

²⁰ Transformada na fazenda Agropastoril Lagoa de Cima, na década de 1980, Empresa de Desenvolvimento Econômico como Consórcio público/privado através de recurso da SUDENE

*Informação prestada pelos entrevistados

**Informações obtidas junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Serra Branca/PB conforme dados SEDAP/SIPEC – Sistema de Integração Agropecuária do Governo do Estado da Paraíba.

*** Informações obtidas através de documentos do INCRA – fornecidos pelo presidente dos Assentamentos

Fazenda Malhada Vermelha	Município de São João do Cariri	Joaquim Gaudêncio	176 há*
Fazenda Melada	Município de Serra Branca	Aimar Braz de Queiroz	300 há*
Fazenda Mulungú	Município de Serra Branca	Ledson Farias	1.040 há**
Fazenda Pinhões	Município de Serra Branca	Aimar Gaudêncio	200 há*
Fazenda Serrotão	Município de Serra Branca	Aimar Gaudêncio	250 há*
Fazenda Uruçu ²¹	Município de São João do Cariri	Salviano Gaudêncio	749 há*
		Saulo Gaudêncio	

Fonte: Construído pelo autor a partir de dados da pesquisa

A partir do século XIX segundo Mariz (1978, p.18), todo o Cariri passou por um forte processo de urbanização e, Serra Branca em especial, tornou-se um dos principais centros da produção da cultura de Algodão. Diante disso, a população do pequeno distrito que era então controlada pelos fazendeiros e pequenos agricultores criaram laços de dependência que se manifestaram na cultura política local.

Dentre esses fazendeiros estava à família Gaudêncio, como um dos grandes produtores de algodão em Serra Branca tal como descreveu Irineu Joffily, em 1892 (1977,p.394):

Serra Branca tem boa casaria, uma sofrível feira, casa de mercado, pequena capela; e é um dos centros produtores de algodão na comarca de S. João. Os vales do seu rio e riachos estão quase cheios de cercados para lavouras, onde o algodão produz admiravelmente, apesar das poucas chuvas que caem no sertão.

Junto com as mudanças na produção algodoeira ocorreram também mudanças na relação de trabalho. Visto que com o fortalecimento do coronelismo em regiões algodoeiras no Estado da Paraíba, a produção algodoeira e as relações de trabalho estavam intrinsecamente ligadas à cultura política que perdurou durante a República Velha e teve permanências pós-1930.

Segundo Lewin (1993, p.69), as oligarquias dominantes entre 1870 e 1930 viram no “crescimento econômico uma oportunidade para expandir tanto a

²¹Primeira e maior propriedade da família Gaudêncio (origem da família que antes era denominada de Brito).

patronagem como a infraestrutura de exportação em favor dos principais grupos de base familiar que controlavam os municípios”. Assim, um “celeiro” como Serra Branca, foi um “curral” de gente propícia para o mandonismo de determinada família que tinha interesses em retornar a política do Estado. Foi o que ocorreu com a família Gaudêncio. Estes começaram a ver em Serra Branca “uma nova casa” para atuação política, em vez da “improdutiva”, São João do Cariri.

Segundo entrevista realizada com Aldo Cesar Gaudêncio²², bisneto de Joaquim Gaudêncio de Queiroz e Neto de Manuel Gaudêncio, toda a riqueza da família era proveniente da herança da fazenda Uruçú.

[...] a família Gaudêncio é formada a partir de um casamento entre uma senhora chamada Maria José de Queiroz e um senhor chamando Manuel Gaudêncio Correia de Queiroz. Desse casamento nasceram 13 filhos. Ela herdou a fazenda no município de São João do Cariri, chamada Uruçu, então, a fazenda Uruçu é de herança dela, inclusive essa herança citada no livro Tarcisio Di Noá Medeiros intitulado como “Ramificações genealógicas do Cariri Paraibano” e ela herda, e essa terra é a riqueza dessa família através da propriedade do plantio de algodão e de outras culturas [...].(Entrevista com Aldo Gaudêncio).

O capital financeiro adquirido por meio da fazenda Uruçú e da produção de algodão permitiu que o filho mais velho de Manuel Gaudêncio de Queiroz, José Gaudêncio de Queiroz fosse estudar Direito na Faculdade de Direito de Recife, onde se titula Bacharel em Direito e, ingressa posteriormente na política.

Dessa forma, a sociedade é constituída por campos nos quais os agentes disputam posição dentro destes. Conforme Ortiz (1983, p.21):

[...] a sociedade é como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina este de "capital social".

No campo político, concebe-se este enquanto espaço de prática e de disputa, onde se encontra a concorrência por determinados tipos de bens simbólicos, como por exemplo, o poder, que é o elemento essencial de disputa dentro do campo político. Em torno disso, ou melhor, em busca desse *bem*, o

²²Entrevista concedida por Aldo César Gaudêncio. Entrevista I. [jul. 2016]. Entrevistador: Kátia Carina Mesquita. Serra Branca, 2016. 1 arquivo .mp4 (90 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

campo se estrutura a partir de toda uma distribuição desigual de capital, assim começa uma luta desigual, dado que existem os agentes que possuem mais capital político que outros. Estes capitais possuídos por determinados indivíduos mais do que por outros é o que possibilita a diferenciação, a distinção, ou seja, este “traço distintivo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades” (BOURDIEU, 1996, p.18).

FIGURA 6 - SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO



Fonte : Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

2.1 A família Gaudêncio

Conforme Monteiro (2016, p.62):

A formação da elite política do Estado da Paraíba – herdeiros dos “coronéis”, guardando as devidas e as raras exceções foi, em sua maioria, no “Liceu Paraibano” e na “Faculdade de Direito do Recife”. Como todas as instituições de formação, estas funcionavam como *locus* de construção de percepções e de inculcação de valores para os agentes que nela eram formados. Objetivamente, essas instituições tornavam-se, à época, para as famílias políticas, estratégicas na formação de quadros para os cargos públicos e representativos do Estado. Unia-se, assim, o interesse político ao interesse “científico”. Na

verdade, interesse das elites em dominar formas de classificação “científica do mundo social” que, pela linguagem dominante do universo jurídico, potencializaria a dominação no mundo social e político. Em primeiro momento o “Liceu Paraibano” e, em segundo, a “Faculdade de Direito do Recife”, passavam a orquestrar as formas de visão, de percepção e ação na construção dos quadros para a administração do Estado da Paraíba.

Consoante à formação da elite política paraibana, logo após concluir sua formação em direito, José Gaudêncio de Queiroz, filho do Coronel Manoel Gaudêncio de Queiroz, passou a ocupar vários cargos políticos na Paraíba e, por conseguinte, de acordo com a entrevista fornecida por Aldo César Gaudêncio, converte-se em Juiz de Direito, dando assim início a trajetória política da família Gaudêncio.

[...] José Gaudêncio de Queiroz quis que o filho mais velho dessa união, fosse estudar Direito na Faculdade de Direito de Recife e alcançando bacharelado em Direito e ingressando posteriormente na política exercendo alguns cargos políticos vindo, por exemplo, a ser juiz de Direito no próprio município de São João do Cariri e participando de vários momentos da política paraibana inclusive apoiando João Suassuna, apoiando o Coronel José Pereira em Princesa Isabel, no levante de Princesa, e nesse momento da política ele conseguiu a indicação que naquela época era por indicação na condição de Senador da Republica é por isso que é Senador José Gaudêncio, membro que da nome ao colégio Estadual aqui em Serra Branca [...]

Nesse sentido, salienta-se que naquele momento quem detinha o capital econômico possuía, quase sempre, “capital social” e, conseqüentemente, podia converter o capital político e capital político-familiar por meio do qual os herdeiros das oligarquias se inseriam no campo de disputas. Pois, conforme visto em (SOUZA 2015 *apud* MONTEIRO, 2016 pp. 82), “os agentes que detêm capital econômico e capital cultural ocupam as melhores posições, os herdeiros das oligarquias, estudam nas melhores escolas de formação, possuem capital econômico”. Assim, há uma relação diretamente proporcional, ou seja, quanto maior o volume de capital maior será a probabilidade dos agentes dessas famílias assumirem os principais cargos. O acesso, portanto, pode ser medido ou mensurado por meio do volume de capital.

2.2 Os “Gaudêncio” e a trajetória política

O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes, e seus interesses são múltiplos. Em uma ordem societária capitalista, a ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o *capital político-familiar* é um desses capitais que se converte em capital econômico. É a esfera da política um dos espaços nos quais a família torna-se estratégica no sentido de ampliação dos capitais: político, econômico e familiar. Alves (2015) informa que:

[...] uma estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto corpo com sentimentos recíprocos de proteção, levaria-os a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros. (ALVES, 2015, p. 28)

Neste sentido, é após a inserção de José Gaudêncio na vida política, primeiramente enquanto Juiz de Direito e depois como Senador, que a família Gaudêncio dá início a sua trajetória política e sua consolidação enquanto grupo oligárquico presente no cenário estadual, chegando a ocupar espaço no cenário nacional.

Presente na vida política da região do Cariri há aproximadamente 100 anos, a família Gaudêncio despontou no cenário do poder local da então cidade de São João do Cariri e na disputa entre Britos e Gaudêncios, em Serra Branca e São João do Cariri.

Sublinha-se que naquela época a região de Serra Branca era distrito de São João do Cariri e só passou a ser município no ano de 1960, porém mesmo antes da municipalização da cidade, os Gaudêncio já exerciam poder político nessa região. E a ligação inicialmente desta família com a vida política dar-se por meio do poder ganho, obtido a partir da aquisição da terra, e, em especial, da aquisição da fazenda Uruçu pela herança recebida por Maria José de Queiroz, conforme foi mencionado na sessão anterior. Com o capital econômico obtido com o usufruto da fazenda herdada, José Gaudêncio foi estudar Direito na Faculdade de Direito de Recife – oportunidade que apenas os grupos oligárquicos e as famílias abastadas da Paraíba podiam proporcionar aos jovens membros das famílias –, chegando

depois ao poder a partir de suas atuações como juiz, em São João do Cariri. Ser proprietário de terra e, posteriormente, adentrar no curso de Direito era, portanto, parte da construção de um futuro político, pois “era na magistratura que os partidos colocavam os jovens com vocação para a vida pública” (TRIGUEIRO, 1982, p. 171).

Dessa forma, o ingresso de José Gaudêncio na política foi o ingresso também da região do Cariri, através de São João do Cariri na participação de vários momentos da política paraibana, inclusive apoiando João Suassuna e o Coronel José Pereira no levante de Princesa Isabel em 1930²³.

Diante desse apoio, José Gaudêncio conseguiu a indicação para tornar-se Senador da República – é em sua homenagem que a Escola Estadual do município recebeu o nome de Senador José Gaudêncio –, visto ser este um cargo indicativo e não eletivo. E embora tenha perdido o mandato com a Revolução de 30, o passo inicial do Senador José Gaudêncio na política, abriu caminho para as trajetórias familiares, pois depois dele todos os irmãos, participaram de disputas políticas, a exemplo de Álvaro Gaudêncio de Queiroz que era o irmão mais novo; Joaquim Gaudêncio de Queiroz; o Padre Apolônio Gaudêncio de Queiroz que chegou a ser candidato à prefeitura de São João do Cariri nos anos 30 e Joaquim de Queiroz que foi eleito prefeito de São João do Cariri em 1947.

²³ O Levante ou guerra de Princesa forte movimento ocorrido em 1930, que marcou e transformou política estadual com repercussão nacional. Tendo seu início com as discórdias políticas e econômicas, envolvendo os poderosos coronéis do interior do estado e o governador eleito da Paraíba em 1927, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O principal deles era o chefe político de Princesa Isabel, o “coronel” José Pereira de Lima, detentor do maior prestígio na região, que se tornou o líder do movimento. Era a própria personificação do poder político. João Pessoa discordava da forma como grupos políticos que o elegera, conduziam a política paraibana, onde era valorizado o grande latifundiário de terras do interior, possuidores de grandes riquezas baseadas no cultivo do algodão e na pecuária. Estes “coronéis” se valiam entre outras coisas do mandonismo, da utilização de grupo de jagunços armados e outras ações as quais o novo governador não concordava. Nos seus redutos, eram eles que apontavam os candidatos a cargos executivos, além de nomearem delegados, promotores e juizes. Os coronéis exportavam seus produtos através do principal porto de Pernambuco, em Recife, provocando enormes perdas de divisas tributárias para a Paraíba. Procurando evitar esta sangria financeira e efetivamente cobrar os coronéis, João Pessoa implantou diversos postos de fiscalização nas fronteiras da Paraíba, irritando de tal forma estes caudilhos, que pejorativamente passaram a chamar o governador de “João Cancela”. Disponível em: < <http://culturapopular2.blogspot.com.br/2011/02/revolta-de-princesa.html>> acesso em 17 de julho de 2017.

FIGURA 7 - PANFLETO DA ELEIÇÃO DE PADRE APOLÔNIO 1930



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

A partir da indicação de José Gaudêncio ao senado, a então família Gaudêncio, que tinha como atividade principal as fazendas de algodão, assumiu uma trajetória política não apenas no Estado, mas no cenário nacional. O que fez com que as relações de poder e, conseqüentemente, o modo de fazer política, da família Gaudêncio sofresse modificações. Pois, o poder político da família Gaudêncio que teve origem por meio do capital econômico advindo da propriedade rural, acompanhou as mudanças no cenário mundial: como a crise do sistema latifundiário que se intensificou com as mudanças da política da terra; como as transformações do sistema de moradia e as alterações nas relações naturais a exemplo da praga do algodão e a acentuação dos períodos da seca, moldando uma nova forma de fazer política, sendo agora através desse acúmulo de capital

financeiro. Ou seja, a partir do momento que houve a ascensão política de José Gaudêncio de Queiroz, o Senador Jose Gaudêncio adquiriu influência política ao nível de estado visto à ligação com o governador do Estado. Isso proporcionou a família uma ascensão não só política, mas também patrimonial, a julgar pelos cargos políticos e funções públicas que a família começou a operar, eles começaram também a crescer territorialmente, no sentido de aquisição de outras propriedades, entre São João do Cariri e Serra Branca, como por exemplo a compra da Fazenda Areias que inicialmente era de propriedade de Joaquim Gaudêncio de Queiroz, mas foi vendida posteriormente ao um senhor chamado Antero da Cunha Torreão Junior, casado curiosamente com uma irmã de Joaquim Gaudêncio de Queiroz.

A família passou então a investir na terra não como meio de sobrevivência econômica, mas como forma de poder político, no intuito de ajudar a família nos momentos importantes das grandes disputas políticas, em especial, entre as disputas de poder de Brito e Gaudêncio pelo poder entre Serra Branca e São João do Cariri. A terra passou então a ser capital simbólico, capital de dominação. O poderio político do coronel estava aliado ao poderio fundiário. Possuidor de grandes fazendas enquanto base eleitoral.

Conforme a entrevista realizada a alguns membros da família Gaudêncio,

[...] a relação de terra e família Gaudêncio foi importante, o poderio que a quantidade de terra poderia trazê-la foi importante até os anos 40, por que na minha opinião voltando a repetir os anos 50 foram anos importantes para reinvenção da política aqui no Cariri aqui em Serra Branca por parte dos Gaudêncio. Os Gaudêncio passa tomar uma política mais populista e portanto reinventa a política nessa região e não é atoa que dos anos 50 em diante os Gaudêncio não perderam mais nenhum pleito eleitoral [...] (entrevista com Aldo Gaudêncio)

Segundo os entrevistados, a família Gaudêncio tem como uma de suas marcas principais, a capacidade de reinvenção da política, capacidade esta que se mostra clara na forma de se fazer política, primeiro pela quantidade de terras, depois pela influência que a quantidade de terras trazia numa disputa política como sinônimo e instrumento de força política e, por último, essa reinvenção da política através do populismo.

Então, a partir dos anos 50 as repercussões políticas da família Gaudêncio – assim como nos anos 1960, 1970, 1980, período de Ditadura Militar –, se dá não mais pelo poder da terra e sim pela influência política, através da reinvenção da

política. Como exemplo da força dessa reinvenção na forma de fazer política, cita-se a aliança com o governador do Estado da Paraíba, João Agripino que foi aliado político “dos Gaudêncio” durante toda a sua trajetória política, além de Ivan Bichara e Pedro Gondim, fortes aliados da família no cenário estadual e nacional.

Nesse sentido, essas alianças com outras forças políticas do Estado passaram a ser forte instrumento de alcance de prestígio político que propiciavam ganho de cargos políticos, de prefeituras, de poder executivo na prefeitura de São João do Cariri ou Serra Branca, etc.

FIGURA 9 –VISITA DE JOÃO AGRIPINO A SERRA BRANCA PARA INAUGURAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA EM 1967.



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

Uma nova forma de fazer política foi marcada, a família começou a se mantêm no poder público através do populismo e das alianças conquistadas.

FIGURA 10 E 11 – MANUEL GAUDÊNCIO RECEBENDO E CUMPRIMENTANDO DOIS PRESIDENTES DA REPÚBLICA (MEDICE E FIGUEIREDO) EM VISITA A PARAÍBA

Figura – 10



Figura – 11



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

FIGURA 12 – VISITA DE SEVERINO CABRAL A SERRA BRANCA, NO ANO DE – 1965



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

FIGURA 13 – VISITA DE SEVERINO CABRAL E LIDERANÇAS DA POLÍTICA PARAIBANA A FAZENDA AREIAS EM 1965



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

As imagens acima apresentadas demonstram a forma de fazer política da família Gaudêncio, que através das relações sociais construídas com diversas autoridades locais, estaduais e nacionais, incorporando em seus discursos a ideia de progresso para Serra Branca, com ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social da cidade. Sempre tida como uma das principais marcas da família Gaudêncio em seu modo de reinventar político, essa busca pelo “progresso”.

[...] tio Álvaro, por exemplo: ele foi prefeito de Serra Branca então umas das grande providências que ele tomou, foi levar um topógrafo de Campina Grande para fazer com que abrissem as ruas de forma assim! bem organizada. Então ele levou na época Erinaldo Guedes que era o topógrafo (fomos inclusive colegas na câmara de vereadores em Campina), mas ele dava muito esse depoimento a mim; (olhe seu tio Álvaro) dizendo que levou começamos abrir conforme a cidade fosse crescendo, ia crescendo harmonicamente, de forma bem organizada e tal, então, isso era que ele falava muito do que acontecia na época[...] (Entrevista com Álvaro Neto)

FIGURA 14 – GENIVAL TORREÃO NA INAUGURAÇÃO DO MOTOR ELÉTRICO EM 1950



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

FIGURA 15 E 16 –FESTA DE NATAL COM DISTRIBUIÇÃO DE PRESENTES EM PRAÇA PÚBLICA, INÍCIO DOS ANOS 70.

Figura-15



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

Figura 16



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

QUADRO 4 – RELAÇÃO DE PREFEITOS ELEITOS EM SERRA BRANCA (1960 – 2016)²⁴.

PLEITO	CANDIDATO* ²⁵	PARTIDO	VOTOS ABTIDOS* ²⁶	% OBTIDA
1960	*MANOEL GAUDÊNCIO NETO	UDN	*	*
1964	*ALVARO GADÊNCIO FILHO	UDN	1.459	44,33%
1968	*MANOEL GAUDÊNCIO NETO	ARENA 1	2.000	48,75%
1972	*JUAREZ MARCAJÁ COUTINHO ²⁷	ARENA 1	1.932	46,24%
1976	*WAMBERTO TORREÃO FILHO	ARENA 1	2.401	37,96%
1982	*JUAREZ MARCAJÁ COUTINHO	PDS	3.073	39,71%
1988	SEBASTIÃO BEZERRA DE SOUZA ²⁸	PMDB	3.081	44,00%

²⁴ Informações obtidas junto ao Cartório eleitoral

²⁵ Membro da família Gaudêncio ou aliado político dos mesmos

²⁶ Não constam dados junto ao TER/PB

²⁷ Segundo informações colhidas nas entrevistas, este foi apadrinhado político dos Gaudêncio que mandou buscar em Gurjão.

²⁸ Primeira Derrota dos Gaudêncio em Serra Branca

1992	AGOSTINHO NUNES FILHO	PTR	2.234	23,77%
1996	*EDUARDO JOSÉ TORREÃO MOTA	PSDB	3.464	36,14%
2000	*EDUARDO JOSÉ TORREÃO MOTA	PSDB	2.947	40,13%
2004	LUIZ JOSÉ MAMEDE DE LIMA	PT	3.928	45,07%
2008	*EDUARDO JOSÉ TORREÃO MOTA	PMDB	3.850	40,34%
2012	*EDUARDO JOSÉ TORREÃO MOTA	PMDB	3.551	35,23%
2016	VICENTE FIALHO DE SOUZA NETO	PDT	3.658	38,26%

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de dados do TER

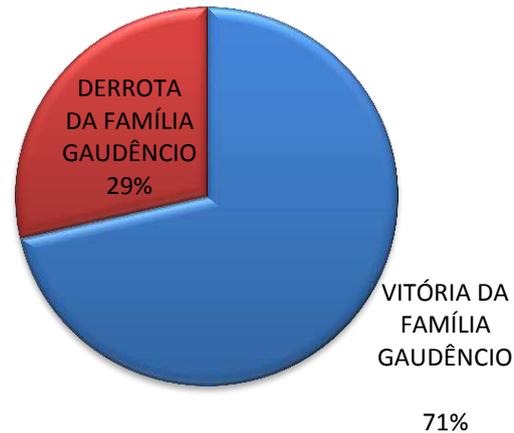
E assim, conforme Monteiro (2009, p. 40) a história da família Gaudêncio em Serra Branca é uma história de dominação política econômica, cultural e territorial. O espaço foi ocupado por diversos agentes, e coube aos agentes das famílias tradicionais o domínio sobre as melhores terras, os melhores espaços físicos territoriais. Logo, este espaço físico-territorial foi construído a partir de um espaço na ordem no campo do poder.

Como uma família tradicional, a família Gaudêncio em Serra Branca, possuía sobre o espaço do município as melhores terras, o maior número de trabalhadores atuando em suas terras – em uma determinada época do ano queimando o sisal e em outra plantando e colhendo o algodão, o milho e o feijão. Portanto, foi do "tronco" que essa família exerceu domínio e poder sobre as relações trabalhistas locais, que se tornou historicamente reconhecida como a "possível nobreza" da região e, posteriormente, assumiu o poder do município. Fazer parte dessa família ou ter o mesmo "sangue", é possuir capitais simbólicos que tornam esses agentes diferentes dentro do campo político, visto que a família Gaudêncio em Serra Branca está na vida política da cidade desde muito antes de sua fundação, e em 56 anos de trajetória política da cidade, e conforme dados dos registros do TRE/PB, 40 anos foram sob administração política desse grupo, tendo apenas pequenos episódios de interrupções por derrotas eleitorais.

GRÁFICO 3 - DERROTAS ELEITORAS DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO NA CIDADE DE SERRA BRANCA²⁹

COM BASE NOS PLEITOS ELEITORAIS DA CIDADE DE SERRA BRANCA DE 1960 -2016

■ VITÓRIA DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO ■ DERROTA DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO

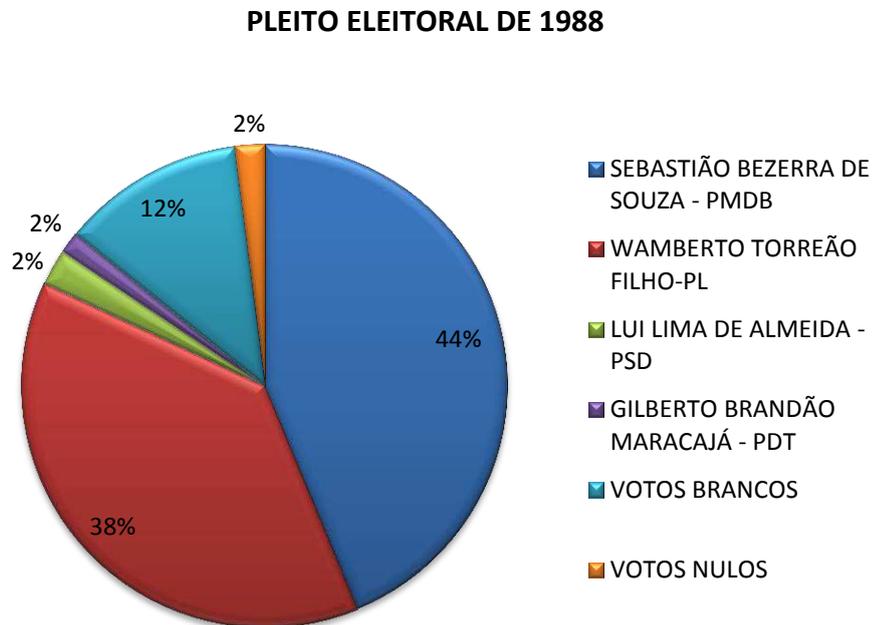


Fonte: Dados da pesquisa

A família Gaudêncio conseguiu a permanência no poder desde a década de 1910³⁰, embora como se demonstrou nos dados do gráfico acima, os dados do TRE/PB só tenham começado a serem registrados de 1960 até os dias atuais. Obviamente que houve momentos em que a família teve maior destaque no cenário e outras circunstâncias de menos evidência, porém sempre ocupando os espaços da política local através dos seus representantes (sobrinhos e/ou apadrinhados políticos), tornando-se, em termos políticos, uma família de influência nas decisões tomadas no cenário político da cidade e muitas vezes do Estado da Paraíba.

²⁹ Dados obtidos juntos ao TRE – Cartório Eleitoral de Serra Branca em Janeiro de 2017

³⁰ Embora os dados do TRE/PB só possam ser registrados a partir da década de 1960.

GRÁFICO 4 – VITÓRIA DE SEBASTIÃO BEZERRA DE SOUZA - TIÃO

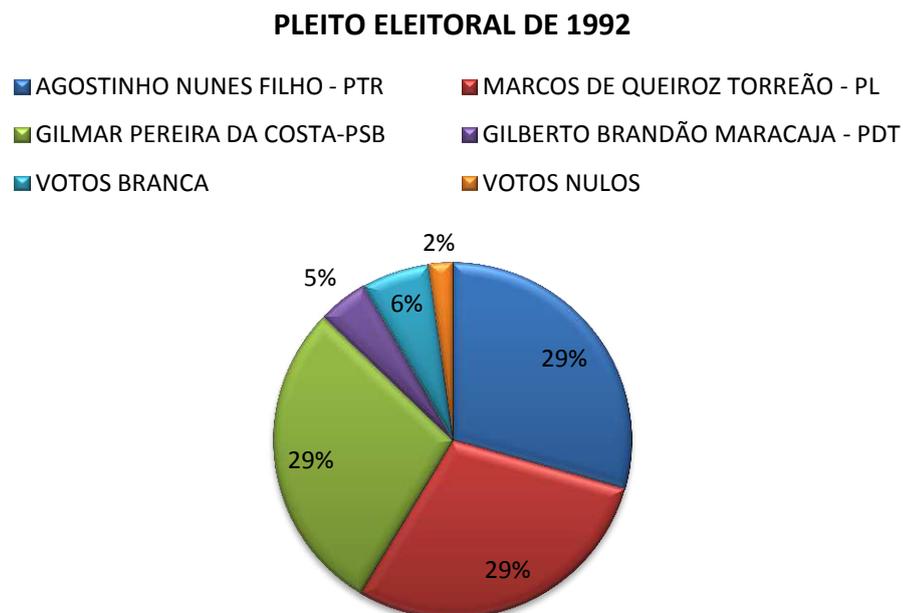
Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere ao pleito eleitoral de 1988, segundo dados do Tribunal Eleitoral, obtidos juntos ao Cartório Eleitoral de Serra Branca, foi à primeira derrota eleitoral da família Gaudêncio em Serra Branca, onde na ocasião o grupo político da família era representado pela candidatura de Wamberto Torreão Filho, sobrinho e apadrinhado político de Álvaro Gaudêncio, e a oposição ficou por conta de Sebastião Bezerra, comerciante do distrito de Coxixola. Existia neste momento uma forte união entre os comerciantes locais bem como das forças opositoras fim de derrotar o grupo Gaudêncio. Existia uma forte comoção em toda a cidade pois a vitória da oposição representava “a vitória do povo” seria segundo os entrevistados uma vitória de Davi e Golias, ou melhor dizendo “Os batatas” contra “os Pulgões”. Os “batatas” seria o grupo Gaudêncio e seus apoiadores que representavam o poder local mais forte e “os pulgões” o povo que neste momento buscava uma nova forma de fazer política através de outros representantes. Existia em todo o país uma mudança no cenário político, marcada pela abertura política e a queda da ditadura militar, “os Gaudêncio” neste espaço/tempo eram os

representantes locais da política de direita (tradicional) estando assim também com suas forças políticas enfraquecidas diante da conjuntura nacional.

Sebastião Bezerra Ganha a eleição e conforme dito anteriormente após a abertura política, esta é a primeira derrota da família Gaudêncio. No entanto, menos de dois anos após sua eleição o mesmo envolve-se em um forte esquema de corrupção e nas caladas da noite foge da cidade, e até a presente data não voltou. Abandonou seu comércio e a vida política e entregou a cidade nas mãos da vice-prefeita Alda Dias que na próxima eleição apoiará o médico Agostinho Nunes.

GRÁFICO 5 – VITÓRIA DE AGOSTINHO NUNES FILHO - DR. AGOSTINHO

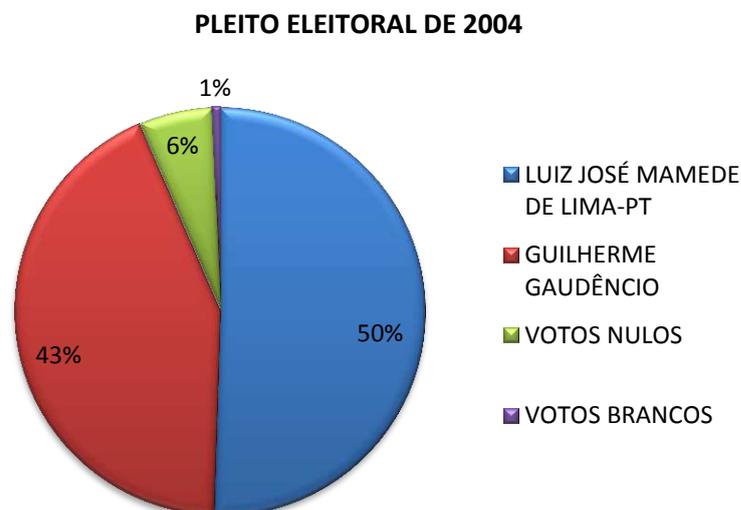


Fonte: Dados da pesquisa

Marcado pela aliança de Alda Dias (ex Vice-prefeita de Sebastião de Sousa) com Agostinho Nunes Filho, o pleito eleitoral de 1992 pode ser considerado como um dos momentos históricos nas derrotas políticas para a família Gaudêncio, pois o sobrinho e representante da família, Marcos de Queiroz Torreão – conhecido por Tatá, perdeu a eleição para o Dr. Agostinho – médico residente na cidade –, por uma diferença de apenas 18 votos. Com uma diferença tão pequena de votos, a

disputa teria sido considerada como um empate técnico, não fosse o fato de na cidade não ser realizado segundo turno. Assim, o candidato Agostinho Nunes Filho com 2.234 votos contra os 2.216 votos de Tatá Torreão, ganhou a referida eleição. A eleição é uma das mais acirradas de Serra Branca diante de inúmeras questões sendo uma dessas a candidatura de 04 (quatro) chapas para a disputa, dividindo os eleitos. A família Gaudêncio não consegue ampliar sua base de votação, não tem mais a forte presença dos representantes mais tradicionais como “Alvaro Gaudêncio” deixando a cargo de seu sobrinho que não dispunha de poder carismático junto a população embora o mesmo fosse diretor do único hospital da cidade e gozasse de mecanismos para desenvolver uma política assistencialista. Além desse motivo as forças opositoras cresciam seus admiradores com a candidatura do funcionário do Banco do Brasil Gilmar Pereira, que embora não dispusesse da máquina pública para a disputa eleitoral tinha forte carisma e popularidade pois estava dia-a-dia no contato com a população e era filho de um popular barbeiro da cidade. Além da oposição do PSB na pessoa de Gilmar Pereira, existia a candidatura discreta de Gilberto Brandão Maracajá do PDT e de forte ligação com a figura de Leonel Brizola. Portanto o grupo Gaudêncio, fragilizado pelo cenário nacional, sem um representante de força local, precisaria buscar mais que nunca sua reinvenção no fazer político local .

GRÁFICO 6 – VITÓRIA DE LUÍZ JOSÉ MAMEDE DE LIMA – ZIZO

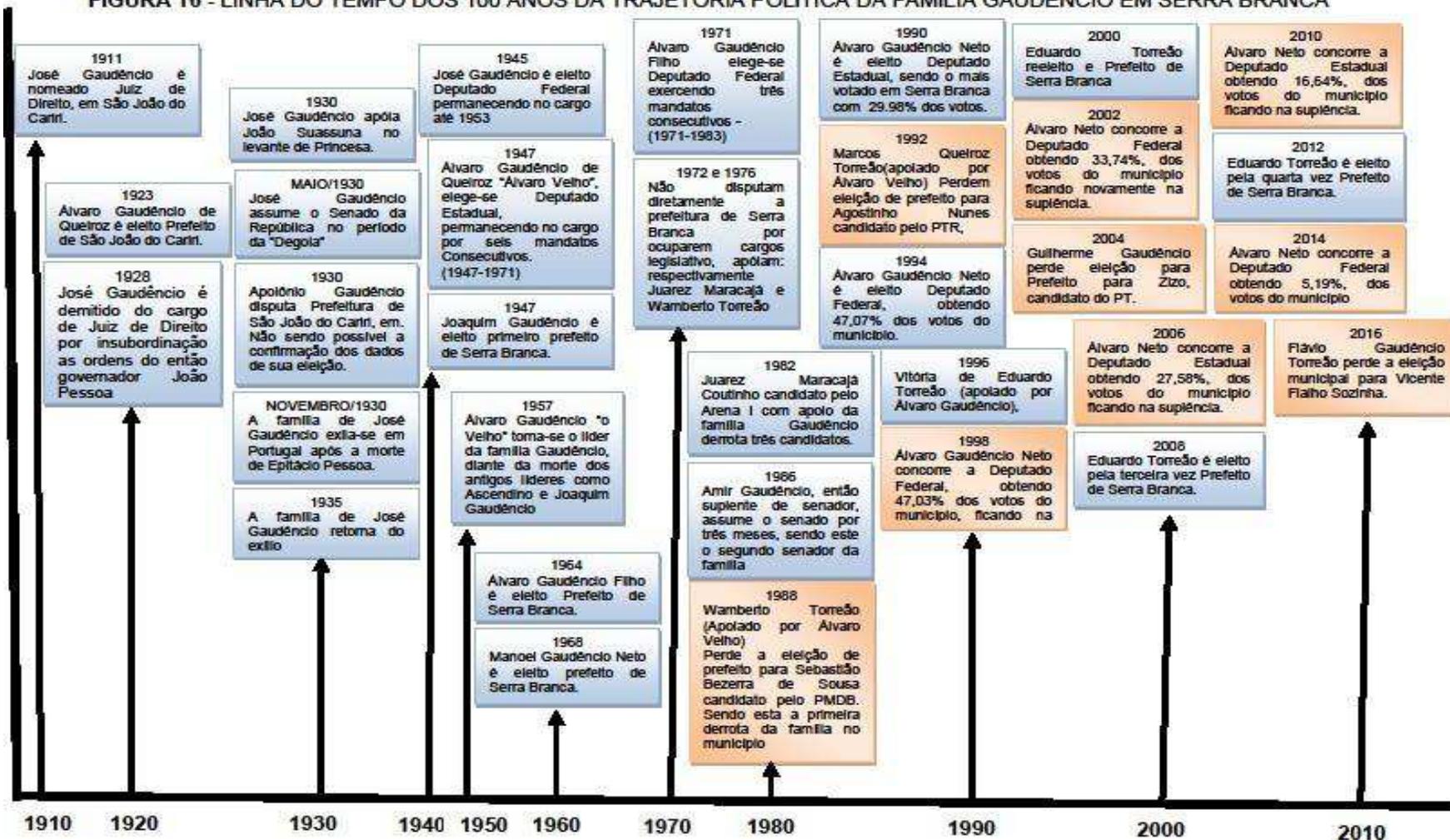


Fonte: Dados da pesquisa

O pleito eleitoral de 2004 expôs a preferência dos eleitores pelo candidato Luiz José Mamede de Lima, frente ao representante e membro da família Gaudêncio, Guilherme Gaudêncio. Com essa última perda de pleito – foram três derrotas políticas ao longo da história política de Serra Branca, registrada pelo TRE/PB –, surgiu a necessidade de um reinventar do fazer político da família Gaudêncio, pois apareceu, a partir de então, novas lideranças políticas no campo político do município. Fato relacionado com as mudanças – ou do que aqui se denominou de desorganização do sistema latifúndio/moradia –, que aconteceram com a paulatina perda de poder político da família Gaudêncio, decorrente do próprio desgaste político que vinha sofrendo ao longo dos anos.

A perda política de um pleito eleitoral encabeçado por um membro da família Gaudêncio, mostrou na verdade a notória perda de espaço no campo político local que essa liderança vinha sofrendo. Porém, conforme Bursztin (2008, p. 33), no nordeste existe uma relação direta e intrínseca entre a cidade e o campo. E, neste sentido, autores como (LEAL, 1975; FREYRE, 1975; HOLANDA, 1995 e QUEIROZ, 1976) afirmam que a família continua sendo uma das chaves de compreensão da vida política nas cidades onde o poder dos senhores da terra nunca desapareceu por completo. Segundo Bursztin (2008, p. 40) esse poder ultrapassou o período imperial e persiste até o presente momento, embora que de forma modificada, onde os atores locais reinventam seu fazer político, e as famílias dos grandes proprietários tornam-se agentes políticos, usufruindo dos benefícios do papel do Estado, conforme acontece em Serra Branca.

FIGURA 16 - LINHA DO TEMPO DOS 100 ANOS DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA



Fonte: Elaborado pelo autora a partir de dados da pesquisa

A linha do tempo acima, nos leva a refletir sobre como a família Gaudêncio vem ao longo de sua trajetória construindo o seu fazer político em um primeiro momento totalmente voltado as práticas de acumulo de capital proporcionado pelo latifúndio e esse acumulo de terras e do poder por ela gerado foi capaz de proporcionar a dominação que é fortemente legitimada, pelos seus representantes na política local. Entretanto, diferente de outros grupos familiares do estado da Paraíba, a família Gaudêncio a partir da década de 1980 começa sofrer derrotas tanto a nível local quanto a nível estadual, que enfraquece sua representatividade na conjuntura política nacional. Essa perda na representatividade política, coincidentemente ocorre justamente no recorte temporal desta pesquisa, que denominamos como desorganização do sistema latifúndio/moradia e embora muitos dos entrevistados não atribuam essa perda de poder político das tradicionais formas de fazer política, marcadas pelo domínio do capital do latifúndio como os sistemas de moradia e ou de coronelismo, cabe a partir de então investigarmos quais seriam as causas dessa perda de poder desse grupo político e de como os mesmos refazem suas estratégias e práticas, construindo assim todo um modo de fazer política.

CAPÍTULO III

REINVENÇÃO DO FAZER POLÍTICO DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA

Quando se pensa na relação existente entre a posse da terra e o fazer político, busca-se entender a força e as relações entre estes dois elementos (terra/poder). A partir dessas relações, percebe-se que, conforme Monteiro (2016, p.132), as heranças simbólicas das famílias são permeadas de relações que lhes possibilita atuar no campo de disputas, a partir de acúmulos de capitais como as grandes propriedades ou dos recursos que elas geram. Assim sendo, conforme Bourdieu (2001), esses agentes são construtores e protagonistas de inúmeras relações sociais a partir dos espaços que ocupam.

E mesmo diante de uma série de fatores, que se denominou nesta pesquisa de crise do sistema latifúndio/moradia, que culminaram em uma mudança na forma do fazer político e ou de estar no poder, conforme Leal (1975), essas transformações do sistema agrário resultaram no enfraquecimento da conjuntura econômica e política, pois atingiram o poder dos donos das terras³¹, que por sua vez exigiram a presença do Estado, expandindo ao mesmo tempo a influência política.

Porém, mesmo após todo esse processo de desorganização, os grupos político-familiares continuam presentes no cenário político local, embora não estejam em cargos eletivos, apresentam-se como líderes ou referências políticas das pequenas cidades, como no caso de Serra Branca.

No que se refere à família Gaudêncio, embora ela tenha perdido significativo prestígio social nos cargos políticos eletivos do Estado ao longo das últimas duas décadas, detém forte representação na conjuntura da cidade de Serra Branca, ora como grupo, ora de forma individual tal como no momento final dessa pesquisa, onde os entrevistados não formavam um grupo familiar coeso em razão de terem participado como adversários políticos nos três grupos que disputaram o pleito eleitoral de 2016.

Nesse contexto, os membros da família Gaudêncio estão sempre presentes na política local. Assim, enquanto líderes tradicionalmente constituídos, (re) criam e re(in)ventam-se politicamente, como declararam os

³¹Para Vitor Nunes Leal em seu livro denominado coronéis

próprios entrevistados.

Dessa forma, esse último capítulo teve por objetivo analisar a percepção que esses sujeitos têm sobre si mesmos e de como eles percebem as relações políticas em Serra Branca a partir da óptica que construíram para si. Posteriormente, foram identificados os mecanismos de construção de sua própria identidade de liderança de elite por trás de suas representações.

3.1 Rompendo com o passado: do coronelismo ao poder carismático

Ao longo de toda a história de Serra Branca, são inegáveis a influência e o domínio político da família Gaudêncio através da liderança política de seus representantes. Uma família que teve seu nome na política não apenas no Estado da Paraíba, mas também a nível Federal.

Como dito anteriormente, a família inseriu-se no cenário político do Estado a partir de José Gaudêncio de Queiroz, que iniciou suas atividades políticas por volta de 1911 após tornar-se bacharel em Direito e, por consequência, Juiz de Direito em São João do Cariri. Desse momento em diante a família conseguiu eleger representantes no Legislativo Estadual e Federal, bem como no Senado Federal, perante o forte reduto eleitoral que a cidade de Serra Branca e o Cariri Ocidental da Paraíba constituíam como sólida base na esfera municipal. Salienta-se também que os membros da família assumiram 10 dos 14 mandatos de prefeito na cidade de Serra Branca, que compreendem os pleitos eleitorais de 1960 a 2016.

A partir desses dados, exhibe-se a força política da família na participação dos poderes existentes na Paraíba e sua inserção em cargos na esfera nacional, estadual e local.

O poder político do grupo foi construído a partir do ingresso no cenário político através de outros capitais para além da materialidade das grandes extensões de terras que passaram a possuir e a concentrar. Um poder que surgiu baseado no sistema político denominado de clientelismo e/ou mandonismo local fortemente arraigado nas formas “coronelistas” do fazer político.

Fortunato (2008 p.47) ratifica que por ser um dos sistemas mais fortes no jogo de poder na Paraíba, o coronelismo propiciava um conjunto de práticas de dominação política, se instituindo como resultado das lutas estabelecidas entre as

classes sociais fortemente marcadas pela concentração da terra, vínculo entre o econômico e o político, ora como fenômeno que ocorre muito mais no plano político.

É nesse cenário que por muito tempo esteve à família Gaudêncio destacada como importante produtora de algodão. Conforme Maia (2013, p. 52), as famílias proprietárias de terras eram as que detinham mais poder econômico e político na Paraíba. Estas não eram simples agricultoras, porquanto que representavam uma burguesia agrária, arquitetavam a oligarquia do Estado. Uma família que não detinha um pedaço de terra dependia economicamente dos proprietários, e estes por sua vez, dependiam da força do trabalhador, esses laços recíprocos reforçavam o controle do campo pela classe latifundiária. Nesse contexto, os que não dispunham de terras tinham de se subordinar as imposições dos grandes proprietários. Essas relações entre donos de terras e trabalhadores rurais constituíam uma verdadeira exploração, através de relações de compadrio, favoritismo, dentre outras práticas produzidas pelas relações pessoais de produção.

No caso da família Gaudêncio, além de terem grandes extensões de terras as quais possuíam barragens, que em épocas de seca, eram liberadas para a população mais carente para que pudessem utilizar as águas para suas necessidades diárias como caça, pesca e plantio de várias culturas, em especial a cotonicultura, pelo sistema de meia e/ou terça parte da produção, a família conseguia, também, através de sua influência pessoal, empregar várias pessoas residentes no município junto aos organismos públicos. Todos esses elementos eram utilizados como formas de construir laços sociais através da “prática de favores”.

Assim, segundo Lewin (1993 *apud* Maia, 2013, p.54), no final de 1880 os membros de famílias tradicionais da Paraíba ocuparam cargos municipais, estaduais e até federais, sempre protegendo seus interesses econômicos. Sublinha-se que os filhos ou mesmo a parentela³² desses senhores de terra

³²Linda Lewin analisa a ascensão e a queda de uma oligarquia que dominou o cenário político na Paraíba dos fins do século XIX até 1930. Epitácio Pessoa, seu líder por volta de 1911, foi ministro da Justiça, procurador geral, senador e presidente - e por fim membro da Corte Mundial de Haia. O livro enfoca a parentela (família extensa), incluindo a de Epitácio Pessoa, a fim de ilustrar o papel que os laços de sangue, casamento e amizade desempenharam na política formal em níveis locais, estaduais e nacionais durante a Primeira República (1889-1930).

também ocupavam cargos de juízes e tabelião dos municípios que comandavam. O poder e o prestígio conquistado através de estratégias sociais, econômicas e políticas permitiu que esses grupos familiares fossem gradativamente adquirindo terras, ao mesmo tempo em que construam seu fazer político através do acúmulo de cargos políticos, como no caso da família Gaudêncio, como o entrevistado Aldo Gaudêncio enuncia:

A ligação inicialmente dos Gaudêncio com a política se deveu a partir do poder ganho, do poder tido a partir da aquisição da terra [...]

[...] essa terra é a riqueza dessa família. Através da propriedade do plantio de algodão e de outras culturas de subsistência permitiu que um senhor chamado José Gaudêncio de Queiroz que o filho mais velho dessa união, fosse estudar Direito na Faculdade de Direito de Recife e alcançando bacharelado em Direito e ingressando posteriormente na política. exercendo alguns cargos políticos vindo, por exemplo, a ser juiz de Direito no próprio município de São João do Cariri, e participando de vários momentos da política paraibana inclusive apoiando João Suassuna e apoiando o Coronel José Pereira em Princesa Isabel, no levante de Princesa[...]

[...] Na minha opinião, aí sendo mais objetivo na minha resposta; é que até os anos 1940 a relação do poder e terra nessa região do Cariri, ele teve muito ligada a relação do poder político ou da influência política da família Gaudêncio com a terra. Ela esteve muito relacionada teve muito ligada, por que a partir do momento que houve a ascensão política de José Gaudêncio de Queiroz, o “Senador José Gaudêncio”, houve conseqüentemente uma influência política à nível de estado, ligação ao governador do Estado, isso proporcionou a família um ascensão não só política, mas também patrimonial com cargos com funções públicas e a família passa crescer territorialmente, no sentido de aquisição de outra propriedades, entre São João do Cariri e Serra Branca. A família passa adquirir outras propriedades rurais[...]. (entrevista concedida com Aldo Gaudêncio).

A família Gaudêncio construiu seu patrimônio político a partir da construção de seu patrimônio territorial, posto que na década de 1980 torna-se a maior detentora de terras da região. Como em um jogo de cartas marcadas, o chefe da família elitizada financiava o estudo dos filhos nos maiores centros, como a cidade de Recife e João Pessoa e assim, quando formados os filhos serviam como elo crucial entre o município e o sistema político a nível estadual e nacional. A consolidação da estratégia consistia em manter a dominação do município de São João do Cariri e, por conseqüência dos fatos conforme anteriormente apresentados, de Serra Branca. Por fim, já com os filhos bacharéis, médicos e padres, a família Gaudêncio projetava as redes políticas de base familiar em cada camada de detenção de cargos políticos e burocráticos.

[...] meu avô tinha botado seu irmão, o caçula, para fazer direito em Recife, ia para Sertânia para pegar um trem passando por várias cidades, mas só fazia isso que tinha condições, por que já vinha herdando das terras dos seus antepassados [...] (Entrevista com Eduardo José Torreão Mota)

[...] a família cresceu e a influência política permitiu com que a família pudesse dispor de vários cargos tanto a nível estadual quanto nível federal. A família cresce, muitas pessoas se distanciam aqui do Cariri e começam a morar em grandes centros como Campina Grande, como João Pessoa, como Recife e se distanciou de sua origem. Hoje a quarta e quinta geração da família Gaudêncio muitos não conhecem a região do Cariri e essa falta de relação fez com muitos Gaudêncios se distanciassem inclusive da política por que os Gaudêncios remanescentes continuam aqui em Serra Branca eles tem essa relação com a política por que cresceram nesse ambiente dos Gaudêncio participaram da política em Serra Branca em São João do Cariri, no Cariri, como um todo mas os remanescentes continuam aqui, os que estão presentes ainda em Serra Branca, os descendentes, as famílias que foram se constituindo nos grandes centros elas perderam essa relação[...] (entrevista com Aldo Cesar Figueiras Gaudêncio)

Eu acho que para eles a terra significava um poder, principalmente influência eleitoral, meu pai nunca teve interesse, mas herdou isso da família, eu acho que colocou isso como concepção de vida, de trabalhar, de comprar mais e mais terras, até hoje ele diz: deixei muita terra para vocês, embora que a gente não tenha tanto interesse, mas ele gosta de sempre colocar que trabalhou muito para deixar essas propriedades rurais para a gente. (entrevista com Guilherme Gaudêncio).

Conforme Maia (2013), a partir da década de 1970 até meados da década de 1980, intensificou-se o processo de transformação social nas médias e grandes propriedades, após a desorganização do sistema latifúndio/ algodão/ pecuária/moradia, iniciando um novo cenário econômico e político no país.

Nesse novo cenário, as tradicionais formas de dominação como o coronelismo, são substituídas por outras formas, conforme Leal (1997,p.17-18). Essas transformações não significaram o fim do “coronel”, pois o mesmo surge na figura do doutor, do comerciante ou do industrial. Para o autor referido acima, a figura do “dono do poder” está em um processo de “evolução natural”,

[...] corresponde a uma quadra da evolução de nosso povo. É uma quadra que por si mesmo, nunca se reproduz ou se repete, só se pode encontrar bem refletida na velocidade dos instantâneos [...] Dia a dia o fenômeno social se transforma numa evolução natural [...] (LEAL, 1997, p. 17-18).

Para Bursztin (2008, p.32), “o velho coronel encontra uma forma de prolongar sua vida, a qual estaria, em tese, condenada pela própria evolução do capitalismo”. Para Bursztin (2008, p.49) o Estado se torna o regulador ativo, visando o

desenvolvimento direto do setor agrícola enquanto estrutura produtiva, com instrumentos como o apoio ao crédito rural, fortalecimento do cooperativismo. Essas transformações foram fortemente sentidas no nível de estrutura fundiária, pois as alterações nas relações de produção causam tanto mudanças quantitativas quanto qualitativas. Entretanto:

A ação recente do estado do Nordeste, seja por meio da Sudene, das agências já existentes há algum tempo (Dnocs, Codevasf, etc), e que passaram por uma transformação substancial, seja por meio dos organismos de política foram criados mais recentemente caracteriza uma tendência recente, à ruptura do monopólio, em termos de poder político do bloco hegemônico tradicional na região. Entretanto, a estratégia adotada pelo estado representa ao mesmo tempo um mecanismo de reforço de coronéis. Ou melhor, trata-se de um processo simultâneo em que o estado inviabiliza parcialmente o coronelismo ao mesmo tempo que uma boa parte dos coronéis sobrevive graças ao estado. (BURSZTIN, 2008, p.54)

Neste contexto, a família Gaudêncio buscou estratégias para a construção da relação com os munícipes e eleitores, construindo uma trajetória fortemente arraigada na forma de poder carismático, em que demonstrava simplicidade, mas, ao mesmo tempo, exercia dominação (Weber 2013,)

[...] sempre fui uma pessoa humilde. É tanto que você ver minha casa do outro lado você ver a cozinha, não tenho vigia, em que os motoqueiros colocam motos de frente a casa e você não ver isso em outras casas. A humildade e o respeito pelas pessoas não tenha essa de estar humilhando alguém. Procurar sempre fazer o bem, sempre atender as pessoas da melhor maneira possível e sempre atender as pessoas. Nunca agredi verbalmente ou moralmente meus adversários políticos. (Entrevista com Eduardo José Torreão Mota)

Segundo Weber (2013, p. 172), a dominação carismática está presente onde a autoridade é suportada graças a uma devoção afetiva por parte dos dominados, construindo o processo a partir de práticas de clientelismo e/ou assistencialismo.

[...] reinvenção da política ela se mostra claro da forma de se fazer política não pela quantidade de terras, mas pela influência de quantidade de terras que poderia trazer numa disputa política com força política como instrumento de força política, mas essa reinvenção da política através do populismo de minha família [...] (Entrevista com Aldo Gaudêncio).

[...] o político tem que ter carisma tá entendendo? No meu entendimento político tem que ter carisma e saber ser um líder sem querer destruir ninguém, destruir só no voto, mas acertar no contraditório. É isso que prego para meu filho que é candidato a prefeito. Ele é um cara muito carismático,

se dá com todo mundo, gosta do pobre, do rico. Meu pai era assim.
(Entrevista com Paulo Fernando Torreão)

[...] sempre existiu essa cultura de arrumar um emprego, muitos fizeram isso, hoje em dia é mais mídia, muitos que recebem o emprego agradece, pois ajudou na criação da família, conseguiu recurso para subsistência.
(Entrevista com Eduardo José Torreão Mota, grifo meu)

Partindo dos discursos acima apresentados, percebe-se os elementos presentes nas relações sociais da necessidade de reinventar o fazer político e manter-se no poder como representantes de uma liderança local.

A partir da ruptura com o modo coronelista do fazer político, a família Gaudêncio buscou novas formas de fazer política, ora dando emprego para diversas pessoas nos setores que exercia influência, ora trazendo para a cidade equipamentos públicos, como agências bancárias, postos do Instituto Nacional de Seguridade Social, etc. Ou seja, sempre usando práticas assistencialistas e/ou clientelistas para manter-se no poder, diante do fato de que o poder agora não mais viria apenas pela influência e dominação propiciado pela terra, foi instituída uma forte ligação entre as pessoas da cidade de Serra Branca e à liderança da família Gaudêncio, conforme relato da senhora Geruza Mamede, que mesmo não tendo sua entrevista transcrita, informou que eles eram grandes benfeitores em Serra Branca. Segundo Dona Geruza, “os Gaudêncio eram a quem todos recorriam quando precisavam de ajuda para trabalhar ou nos momentos de necessidade”. Eles eram sinônimos de desenvolvimento e progresso, o que claramente demonstra a dependência “política/assistencialista”. Foram elementos como estes que contribuíram para a tradição da família Gaudêncio em Serra Branca, levando-a a configurar-se como liderança local através do exercício de dominação material e simbólica.

Outra questão na desorganização do sistema latifúndio/moradia foram as mudanças econômicas e as relações de trabalho.

Naquela época, você ver que o leite! As pessoas só tomavam leite das fazendas que vinha daqui, e agora o pessoal toma o leite da caixinha, aquela que já vem pronta. Aqui não tem uma cadeia leiteira nessa região, tem na região de Boqueirão, ali tem um bacia leiteira, mas aqui na nossa região só tem da Caprinovinocultura que a gente nunca trabalhou com leite, a gente não teve criação para produção de leite de cabra, a gente tem o de vaca não tem para onde escoar o leite. Antigamente, tinha muita gente que vinha, assim, como Luiz de Brito, algumas pessoas ainda revendia o leite, hoje em dia não vejo nem mais revendendo o leite, tão fazendo mais o queijo do que o próprio leite. É só procurar um leite mais limpo, mais de

qualidade, que é o leite pasteurizado de fábrica. (entrevista de Guilherme Gaudêncio)

[...] meu pai não tinha funcionário com carteira assinada dos trabalhadores rurais, ele pagava um salário e dava o que chamava de sorte, dava sorte até de bezerro, no final do ano. Hoje a gente tem muita dificuldade em assinar a carteira dos trabalhadores rurais por que eles acham que a gente suja a carteira, não, vai sujar minha carteira, aí a gente diz ou fica com a gente assim ou sai, até por que hoje nós temos três funcionários para todas as propriedades, por que as irmãs da gente deixaram a gente por enquanto administrando, e todos três têm carteira assinada se não quiser trabalhar dessa forma então não quer mais, por que a gente precisa seguir a lei. (Entrevista de Guilherme Gaudêncio)

Dessa forma, conforme Monteiro (2009, p. 76), para além dos “favores” que se realizavam no espaço político propriamente dito, outras práticas igualmente danosas para o trabalhador rural, eram impostas através do assistencialismo e do clientelismo.

3.2 A ligação com Serra Branca

A história de Serra Branca está fortemente ligada ao fazer político dos grupos de bases familiares, neste caso a família Gaudêncio. Como exemplo da perpetuação do poder simbólico dessa família, cita-se o fato que seus nomes estão em praças, escolas, ruas, a prefeitura, o fórum e estarem presentes na memória dos cidadãos mais antigos e também nos mais jovens, como na entrevista informal com o senhor José Santiago que diz que enquanto viver vota “nos Gaudêncio”, pois eles fizeram a cidade, colocaram energia, água, banco, correios, açudes. Outro exemplo da perpetuação da identidade e o poder desse grupo político é o testemunho de Thaís Ferreira quando diz que vota na família por conta do pai, para não desagradar à própria família.

Constituindo-se como elites locais, conforme Scott (2009, p. 15), percebe-se a família como sujeito histórico que construiu relações sociais com a população em suas diversas camadas. O modelo familiar antigo colocava a família como primeira instituição social, pois esta precedia à cidade e, conseqüentemente, o Estado. Segundo Pinto (1980, p.3), seria impossível descrever um determinado território sem antes descrever as relações sociais vividas. Segundo o autor, a questão familiar precede a questão de território. Pois a família se constitui a partir da imagem que ela constrói em sociedade. Essa imagem não é necessariamente

violenta, ostensiva do “voto de cabresto”. A imagem do coronel é formada a partir da propriedade rural (capital econômico) e do nome da família (capital simbólico). Assim, a partir dessas formas de dominação – que surgiram na estrutura social e que ao mesmo tempo é estruturante –, ocorreu a legitimação do poder da família em determinada região.

O poder da família não veio somente da terra e dos laços de parentela, ele veio da força invisível que fez com que a sociedade legitimasse esse poder. Onde fica evidenciado o desejo de autonomia local para perpetuação do mandonismo e os recorrentes laços entre as famílias da elite para continuarem no poder.

No caso da família Gaudêncio, conforme Moreira (2012, p. 21), a produção algodoeira e seu escoamento eram a garantia do poder da família que a partir de redes de informações e de reuniões partidárias conquistavam cargos-chave na administração do Estado. Lewin (1993, p.113) denominou esta estrutura de “sistema político de base familiar da Paraíba”, onde prevalecia a lealdade ao grupo e o caráter “quase corporativo da parentela”. O nome da família passou a fazer parte do imaginário social, o grupo familiar fixou seu poder e partiu para a disputa política.

O poder do latifúndio da família Gaudêncio forma-se a partir da área do cultivo do algodão na cidade de São João do Cariri. A família passou a construir um nome e a demarcar seu território. Com a inserção de José Gaudêncio na política, a família construiu laços e redes que os levaram a proximidade com a Presidência da República, laços que confirmaram a existência do poder oligárquico em nosso Estado.

A ligação da família Gaudêncio com Serra Branca decorreu primeiramente diante da disputa de poder político existente entre as famílias Brito e Gaudêncio na cidade de São João do Cariri, contada na dissertação de mestrado de Macedo(2012)³³. A partir da disputa e mediante o progresso e desenvolvimento da

³³Esse estudo abordar a constituição do poder simbólico e da atuação política das famílias Brito e Gaudêncio nos Cariris Velhos, entre 1930 e 1960. Consideramos que os eventos ocorridos a partir do Movimento de 1930 provocaram rupturas no plano administrativo do Estado brasileiro, mas também manifestaram permanências da política oligárquica. O caso das famílias Britos e Gaudêncios é um exemplo da readaptação das oligarquias pós-1930. As divergências entre as duas famílias contribuíram para a formação da identidade de São João do Cariri e de Serra Branca. Assim, a partir da análise da cultura política oligárquica no seio familiar, a construção da cultura histórica das duas cidades. A cultura histórica construída por campos sociais locais, que apreende a área de concentração de História Regional. O estudo foi realizado no ano de 2009 e conta com muitas fontes comuns a este trabalho de pesquisa.

cidade de Serra Branca com a produção de algodão,³⁴ o pequeno povoado de Serra Branca torna-se um dos principais centros da produção algodoeira da Paraíba.

Pela necessidade do controle rígido imposto pela elite para o cultivo do algodão, a população de Serra Branca era controlada pelo mandonismo que caracterizou a política não apenas na cidade ou na Paraíba, mas na região do Nordeste. Fazendeiros e pequenos agricultores criaram laços de dependência que se manifestaram na cultura política local. E segundo Moreira (2012, p.93), Serra Branca torna-se um “curral” para a família Gaudêncio, que começa a ver em Serra Branca “uma nova casa” para atuação política, ao invés vez da “improdutiva” cidade São João do Cariri, tornando assim Serra Branca como identidade dos Gaudêncio.

Com o discurso de Serra Branca como sinônimo de progresso, a família Gaudêncio indicou a cidade para sede da Comarca de São João do Cariri, devido o até então distrito estar “em franco progresso comercial”. Neste período, Joaquim Gaudêncio, irmão de Álvaro Gaudêncio, exercia a chefia local. Assim, a ideia de “progresso” foi utilizada pelos Gaudêncio para construção de uma cultura histórica que identificou Serra Branca.

Dai por diante, segundo Moreira (2009,p.38), a identidade construída pela família Gaudêncio referente a Serra Branca foi absorvida pela população, o distrito que já era “curral eleitoral” seguiu com a família em “marcha ao progresso”. Salienta-se que essa identidade criada para a cidade de Serra Branca pela família Gaudêncio ainda está absorvida pelos atuais representantes da família Gaudêncio na cidade, conforme as entrevistas coletadas.

[,,] Quando a família toma decisão de transferir a sede do município de São João do Cariri para o até então distrito de Serra Branca e isso ao meu ver mudou completamente a história política de Serra Branca, política social, cultural, de Serra Branca. A vida de Serra Branca muda a partir daí por que a sede do município passou a ser aqui no município de Serra Branca, isso teve uma estratégia política para família Gaudêncio e muda a história não só de São João do Cariri como também de Serra Branca, até a

³⁴Informações obtidas nos livros de autoras locais como a historiadora Estelita Antonino de Sousa, no livro “Fatos Históricos de Serra Branca impresso em 2008, que conta suas memórias do período de surgimento de Serra Branca enquanto cidade, bem como os registros orais colhidos na pesquisa de campo, onde dona Estelita, um dos nomes mais importantes da história local de Serra Branca narra com lucidez e sobriedade. A entrevista foi colhida no ano de 2015 no entanto não foi transcrita, a mesma veio a falecer no ano de 2016. Outra fonte de coleta de informações foi a entrevista da professora Geruza Mamede que relata as memórias de infância do tempo da família Gaudêncio na cidade de Serra Branca e de sua influência junto ao governo do estado.

emancipação do município de Serra Branca em 1960, e essa ao meu ver essa relação de terra e família Gaudêncio foi importante o poderio que a quantidade de terra poderia trazê-la foi importante até os anos 1940, por que na minha opinião voltando a repetir os anos 1950 foram anos importantes para reinvenção da política aqui no Cariri, aqui em Serra Branca, por parte dos Gaudêncio. Os Gaudêncio passam tomar uma política mais populista e portanto reinventa a política nessa região. Não é à toa que dos anos 50 em diante os Gaudêncio não perderam mais [...] toda influencia política da família Gaudêncio nos anos 1950 nos anos 1960, 1970, 1980 já período de ditadura militar ,ela se dá, não mais pelo poder da terra pela família entre grande fazendas ou grandes latifúndios quantidade extensas de terras, não, se deve realmente pela influência política a reinvenção da política a partir dos anos 1950 e a influencia que os Gaudêncio tem junto a nível estadual a relação com próprio governo do estado com governadores de estado sucederam a partir dos anos 1950 a exemplo de João Agripino que foi aliado político dos Gaudêncio durante toda a sua trajetória política não só governador do estado, o próprio Ivan Bichara também, foi aliado da família Gaudêncio. Pedro Godim também foi aliado à família Gaudêncio. Já no inicio dos anos 1960 Ivan Bichara posteriormente, então, a partir dessa relação com outras forças políticas do Estado ao meu ver deixou de ser esse instrumento de alcance de prestígio político ou de cargos políticos, ou de prefeituras ou de poder executivo na prefeitura de São João do Cariri por Serra Branca. Então, essa visão que eu tenho dos anos 10 e 20 até os nos 40 e dos anos 50 uma reinvenção da política uma nova forma de se fazer política da família Gaudêncio se distanciando da questão da influencia a partir da propriedade de grandes extensões de terras ou grandes latifúndios. (Entrevista com Aldo César Gaudêncio).

[...] Serra Branca surge na verdade da disputa política entre Britos e Gaudêncio em São João do Cariri, mas os Gaudêncio sempre foram por Serra Branca, sempre quiseram o desenvolvimento deste povoado, que era muito promissor [...] (Entrevista com Eduardo José Torreão Mota)

E assim surgiu a cidade de Serra Branca, fortemente marcada por uma trajetória política e cujo destino foi construído socialmente a partir das ações e relações de poder entre um grupo político e a população que nesse espaço habitava. Ou seja, o espaço é construído conforme as práticas que neles são desenvolvidas. No entanto, nas últimas duas décadas, a família Gaudêncio conta com poucas representações políticas no Estado e até mesmo no município, embora no segundo caso ela tenha forte representação através do nome de Eduardo José Torreão Mota (Dudu), que conseguiu eleger-se prefeito por quatro mandatos e nunca perdeu uma única eleição.

Para Bourdieu (2001a, p. 244), essas relações não são necessariamente fundadas a partir de um cálculo econômico racional, podem também sempre dever algo à dominação durável garantida pela violência simbólica.

A relação de favores constituiu o *habitus* político local, como conseguir contratos nos diversos setores do Estado como educação, funcionários das

agências do Banco do Brasil, na delegacia local, doar remédios para pessoas doentes, deixar que os mais carentes fizessem uso das terras para o plantio de algodão, da pesca nos açudes privados, consultas médicas, feiras, trabalhos advocatícios, carro para transportar mudanças, entre outros, são favores que devido à precariedade das famílias, não se tem como recompensar, além do mais, embora sejam realizados com recursos, na maioria das vezes, do governo municipal através do líder político, passa como se fosse resultado da bondade de seu autor, como resultado de sua generosidade, inclusive financeira.

A figura do deputado federal Álvaro Gaudêncio Filho era o principal nome político da família, tendo sido prefeito, deputado estadual e representante do Cariri como Deputado Federal. Quando ele vinha uma vez por mês visitar o município, hospedava-se na fazenda de Lagoa de Cima, no então distrito de Coxixola. Era um verdadeiro evento local, quando diversos representantes deslocavam-se de seus distritos para audiência com o Deputado em busca de favores. O deputado mandava matar um dos maiores bois de sua fazenda para alimentar todos que vinham, como uma forma de demonstração de sua “generosidade”.

A influência de Álvaro Gaudêncio, “O velho”, era muito forte em Coxixola, pois o maior açude (que abastecia o distrito) pertencia ao deputado. Mesmo sendo um açude localizado em uma propriedade privada, abastecia a vila de Coxixola, sendo este açude também o local onde muita gente produzia.

[...] “Dôto Álvaro era muito bom para o povo, quem quisesse pescar ou plantar no açude ele deixava, sem cobrar nada em troca” [...] Quando ele vinha o povo vinha todo pra ter com ele e pediam de tudo, e ele sempre ajudava no que podia. (Entrevista com Dona Lindomar, na fazenda Lagoa de Cima)

Segundo Bourdieu (1996), eram esses agentes sociais que orientavam suas práticas a partir do sentido de incorporação de uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionavam como instrumentos de construção da realidade. Sendo assim, uma forma de retribuir a “atenção recebida” era votando naquele de quem se recebia ajuda ou em quem ele indicasse.

Entretanto, com o passar do tempo, a relação entre os membros da família Gaudêncio apresenta mudanças, quase todos os descendentes migraram para os

grandes centros, fragilizando de certa forma a ligação com Serra Branca e a política local.

[...] a família cresceu muito. Você vai encontrar Gaudêncio em muita região do país que não é mesmo Gaudêncio oriundo de Portugal. Há uma família Gaudêncio oriunda de Portugal, e essa que surgiu no Cariri Paraibano é a que eu faço parte. Surgiu no Cariri Paraibano essa a qual nós estamos falando, surgiu na fazenda Uruçu, no interior do Cariri, mas família cresceu e a influência política permitiu com que a família pudesse dispor de vários cargos tanto a nível estadual quanto a nível federal. A família cresce muitas pessoas se distanciam aqui do Cariri e começa a morar em grande centros como Campina Grande, como João Pessoa, como Recife e se distanciou de sua origem, hoje a quarta e quinta geração da família Gaudêncio muitos não conhecem na região do Cariri e essa falta de relação fez com muitos Gaudêncio se distanciassem inclusive da política por que os Gaudêncio remanescentes continuam aqui em Serra Branca eles tem essa relação com a política por que cresceram nesse ambiente dos Gaudêncio participaram da política em Serra Branca, em São João do Cariri, no Cariri, como um todo, mas os remanescentes continuam aqui, os que estão presentes ainda em Serra Branca, os descendentes, as famílias que foram se constituindo nos grandes centros, elas perderam essas relação[...]. (Entrevista com Aldo Gaudêncio).

Segundo Monteiro (2016), os herdeiros e as forças dos capitais no jogo político das elites na Paraíba, onde o autor discutiu as dinâmicas das elites políticas e as formas de circulação nos mais variados espaços de controle do Estado. As famílias constroem uma estrutura de poder político e econômico, os “privilégios” e a “hereditariedade” prevalecem no Estado, porém mascarados pela lógica liberal de competição e pelo discurso do “mérito”, estes escondem o acesso desigual às instituições. A política se torna, portanto, o espaço dos “privilegiados” que controlam partidos, mídia e outras instâncias – como os equipamentos sociais públicos – que transformam em “lugares de memória” e se perpetuam em sua dimensão simbólica.

Poder político que se estruturou na cumplicidade entre o poder público e o poder privado, a partir da inserção das famílias políticas nas mais variadas instâncias de poder e de controle do Estado. São famílias que historicamente controlam cartórios, as melhores e maiores extensões de terras, empresas, escritórios de advocacia, postos no ministério público e no poder judiciário, cargos de conselheiros dos tribunais de contas, faculdades particulares e, atualmente, autarquias de governos, aparato midiático (jornais, rádios e televisão) dentre outros. Trata-se, portanto, de um poder que se estrutura não somente através de uma família, mas na relação reticular de malhas e camadas que constituem as redes familiares de dominação política no Estado. (MONTEIRO, 2016 p. 56).

Segundo Champagne (1996 *apud* Monteiro, 2016, p. 61), a construção social da realidade dá-se por meio dos sistemas simbólicos e, em particular, dos sistemas classificatórios e são válidas principalmente na política.

[...] temos essa ligação com Serra Branca, crescemos escutando as histórias da política da família, eu gosto muito de comparar. Aí vou dar um depoimento pessoal quando eu era criança o meu pai Joaquim Gaudêncio Neto, filho de Manuel Gaudêncio Neto, ex. prefeito de Serra Branca, meu pai é uma pessoa totalmente distante da política tanto é que hoje ele nem vota mais em Serra Branca, vota em Campina Grande mas meu pai nunca deixou de se orgulhar da história do pai dele e da história da família, e quando eu era criança “esse ponto chave do meu depoimento pessoal”, meu pai contava histórias das eleições de Serra Branca e o que ele viveu já adolescente e na fase adulta, o que ele vivenciou das disputas políticas, das dificuldades daquele tempo de se fazer política, das perseguições políticas e isso soa, sabe aquela criança escuta os contos de fada e pegava aquela fantasia que ela consegue imaginar, visualizar e se entusiasmar com aquela história. Eu me maravilhava com aquilo porque meu pai contava com um romantismo tão grande, com amor tão grande pela história da família que eu abraçava aquilo, tanto é que eu sempre fui curioso pela história da família, um pesquisador, gostava do seio familiar e até hoje busco informações sobre a história da minha família, então, o ingresso vem a partir dessa ligação que nossos pais, que nossos avós, não quebraram, entendeu, os filhos, os netos nasceram, mas sempre houve essa ligação que nós ajudamos a construir essa cidade, temos amor pelo Cariri, o Cariri é nossa terra, nós amamos o Cariri, o Cariri é muito bom, num tem lugar melhor do que o Cariri[...] (entrevista com Aldo Gaudêncio).

Sempre quando tem um benefício a gente luta, mas sem os instrumentos adequados, né, se eu fosse, por exemplo, se eu tivesse um mandato de Deputado Estadual eu não tinha o maior receio que todo dia eu estava na tribuna reivindicando pela região, quer dizer quem quisesse trabalhar teria que correr muito pra me pegar. (Entrevista com Álvaro Gaudêncio Neto).

[...] cada um tomou um destino diferente, né, minhas irmãs, elas casaram, foram morar fora, enveredaram pela área da saúde, uma é médica a outra é bioquímica, meus irmãos e eu ficamos com o comércio, aumentamos o comércio que era apenas um posto e hoje temos quatro e mais uma distribuidora de gás, a gente vê que dá mais lucro [...] Meu pai, ele tinha muito orgulho de ser fazendeiro, eu acho assim a concepção da infância dele, era justamente, de ser um fazendeiro de ter uma propriedade, passar o que o pai passou sacrifícios, crescer na vida com a propriedade num deixa dele conseguiu, mas acho que não foi pela propriedade, mas sim pelo comércio [...]. A gente teve toda oportunidade possível para formação, tivemos que estudar fora, todos conseguiram ter a oportunidade de fazer curso, tenho duas graduações, fiz jornalismo depois fiz direito. Hoje, além do comércio eu também advogo, jornalismo eu quase não participei por que entrei na política e abandonei a área de jornalismo. Eu tive oportunidade de ir embora para Fortaleza, mas infelizmente a maldita política me trancou aqui [...]. (Entrevista com Guilherme Gaudêncio).

[...] sempre pensei que dá para você manter as duas coisas: estudo e a terra. Eu sempre gostei da terra e não pretendo desfazê-la por que ali tem uma tradição, vem dos meus avós. Hoje em dia mão de obra para famílias ninguém quer mais, o trabalhador hoje não quer mais trabalhar com essa bolsa família, esse dinheiro que o governo dá, ninguém quer trabalhar. É complicado! Hoje em dia se chovesse todos os anos seria bom, mas infelizmente a falta de chuva piora cada vez mais. (Entrevista com Paulo Fernando Torreão).

As elites econômicas e políticas tinham condições de deslocar seus filhos para os grandes centros e lhes assegurar ensino de melhor qualidade, como no caso da Família Gaudêncio. Assim, pretendeu-se entender, através dos próprios entrevistados, como esses agentes se vêem tanto no cenário local, como estadual. Simultaneamente, tentou-se balizar as transformações sofridas no seio familiar que desfavoreceu ou favoreceu o continuísmo da família no poder estadual, mas manteve o prestígio no poder local. Ou seja, quais as percepções sociais da família Gaudêncio acerca de sua posição social no contexto atual e qual a relação que sua tradição política tem com a posse das propriedades da terra, buscou-se assim entender as mudanças no fazer político dos atuais membros que estão no cenário político e de como os mesmos percebem-se no referente à disputa do poder local.

3.3 A baixa representação da família Gaudêncio no cenário político atribuído ao desgaste do financiamento eleitoral

No decorrer de todo esse processo, a família elaborou, vivenciou e reinventou inúmeras estratégias de dominação que foram incorporadas nos agentes locais, como se fossem naturais. Assim, falar de Gaudêncio na política é também falar de suas vivências, histórias e memórias em Serra Branca, uma vez que, conforme Monteiro (2016), “os corpos passam a ser o espaço do exercício da dominação e da incorporação dos valores construídos por um pequeno grupo que tem um maior quantum de capita”.

Entretanto, nas últimas décadas e, em especial entre 1970 e 1980, a família Gaudêncio gradativamente perdeu representantes políticos no cenário estadual e nacional, e embora o poder político continue em Serra Branca, os mesmo contam com baixa representatividade em cargos eletivos.

Uma das grandes questões levantadas na pesquisa foi investigar se essa redução da família na política se dá ou não mediante as mudanças ocorridas no período que se compreendeu aqui como a intensificação da crise do sistema latifúndio/moradia. Tentou-se também compreender, a partir de então, como os representantes dessa família se percebem enquanto detentores “legítimos” da representação do poder público local.

Nas últimas décadas, a família vem buscando seu reinventar político, agora

não mais pelo poder advindo das grandes propriedades produtoras de algodão, mas por um modo de fazer política que proporcione a continuidade da família tradicional, que através das entrevistas coletadas dão base de sustentação na ideia da “fundadora do município”, a quem cabe legitimamente ocupar os espaços do poder público.

Na fala de todos os entrevistados, os mesmos não consideram ou não percebem a baixa representatividade política como decorrência da desorganização do sistema latifúndio/moradia, mas sim por vários outros fenômenos, como: as mudanças nas formas de fazer política atual através dos financiamentos das campanhas políticas e que os mesmos não mais têm capital econômico para manter-se em pé de igualdade para as disputas.

[...] por que hoje a gente sabe, existe esses usurpadores de votos que vem tentando conquistar. É lamentável que tem uma fatia do eleitorado que gosta de se vender, se vende conscientemente por 50 e 100 reais, sabendo que vai passar 4 anos aí sem oportunidades e quem compra também o voto se sente desobrigado, aquele que não compra efetivamente sabe que tem realizar um trabalho, eu sei também que a eleição pode ser graça pra quem é candidato uma atividade cara essa atividade eleitoral, mas pelo menos é a gente tem que procurar aperfeiçoar essa atividade política, por que a política também como muita gente detesta, mas, é algo altamente nobre, ela sendo bem exercida não tem nada mais gratificante do que o exercício da atividade política.

[...] implica em despesas, não obstante, não porque se você for reunir 20 pessoas para sair com você quando você for numa passeata essas coisas, tudo aquilo representa custos, alimentação, as despesas normais e mensais com trabalhador qualquer, então, não botei a campanha na rua, mas permaneci só pra falar essas questão da corrupção e que ninguém iria me intimidar , e sendo deputado federal anunciar esses fatos na tribuna e na própria câmara dos deputados. Ou você passa isso a limpo ou fica difícil de você atuar politicamente [...]

Hoje eu vejo exemplos, assim, exemplos do meu avô como ele se conduzia. Você vê meu tio Álvaro que foi 4 mandatos deputado federal. Qual foi o patrimônio que ele deixou pra família? Uma residência em Campina Grande, uma fazenda em Serra Branca, quer dizer foi o patrimônio dele, é por que foi político durante 4 anos, quer dizer, todos nós. Eu entrei numa campanha, tive uns insucessos, eu tive que vender minha casa daqui de morada aqui em Campina pra poder quitar os débitos que tinha de campanha achando que seria eleito, então, contratei carro de som fiz aquilo, fiz aquilo outro terminei ainda sendo inelegível como não me elegi, vendi minha casa como era um patrimônio de família somente agora vim repor pra família esse patrimônio comprando um apartamento e mesmo assim pagando mensalidades dessa compra que fiz de um apartamento em Campina Grande, mas estou repondo que pelo menos eles estão tranqüilos. Só tenho uma mulher e meu filho, eles pelo menos, acho que ele pagou na fase da política, assim ele morava em Brasília mas depois teve alguns insucesso meche tanto com família quando destrói o insucesso eleitoral que às vezes não fica defendendo muito atividade

eleitoral não, eu até queria, gostaria, como já disse eu não tenho mais vaidade de exercer cargos, isso passou, mas em hipótese alguma, mas gosto de estar no debate, eu gosto de certa forma de minha contribuição e se for até indicando a juventude, que dizer fomentando a juventude com informações, me sinto muito gratificado, muito gratificante para assim poder me conduzir. (Álvaro com Gaudêncio Neto).

[...] Hoje mais que antes existe uma cultura de arrumar empregos, mas sempre existiu, essa cultura sempre foi de arrumar um emprego muitos fizeram isso. Hoje em dia é mais mídia, muitos que recebem o emprego agradece pois ajudou na criação da família conseguiu recurso para subsistência, ai com o advento da mudança em que todo servidor publico tem ser concursado de 1988 para cá muitos ficam com raiva por que não determinada pessoa para trabalhar num entende que a lei e tenho que cumprir, se fosse como antes era mais fácil de ajudar o povo, mas hoje é diferente...é diferente. Por exemplo, conseguir um cargo sem concurso eu tenho de enviar um projeto de emergência como por exemplo, contratar um professor para que o aluno, o filho do agricultor, do trabalhador não fique sem aula, contratar um médico, coisa desse tipo. De outra forma, não tem como, pois olhe pra você ter uma ideia, já faz mais de um ano que eu mandei um projeto de lei para fazer um concurso e a câmara ainda não votou, então tenho de explicar isso ao ministério público. Nossa família tem uma representação política, mas dada por Deus e pelo povo, assim sendo eu não sou da elite. (Entrevista com Eduardo Torreão).

A família Gaudêncio não faz mais o uso do poder e do capital econômico³⁵ advindo das propriedades produtoras de algodão que lhe permitiu por tantas décadas manter o poder do capital social e suas inúmeras redes de relações sociais que proporcionavam benefícios em sua posição e, em muitas vezes, a submissão de pessoas em busca dos favores nos equipamentos do Estado, enfraquecendo assim o acesso aos cargos políticos.

[...] quando você está fora do poder isso cria certos esquecimentos assim entre “aspas”, quer dizer, eu me lembro quando exercia o cargo de Deputado Federal, todo dia a partir de 6:00 horas da manhã começava a receber telefonemas, tinha umas pessoas que eu sabia que era de Serra Branca, ligavam para me dar bom dia. Quando eu deixei de ser Deputado Federal esses telefonemas deixaram de existir. Muitos que sempre torciam por mim, exaltavam meu trabalho, nessas últimas eleições não estavam mas ao meu lado. Embora (repito) que não coloquei meu bloco na rua. Não fiz campanha. Mas as pessoas votaram em pessoas estranhas, que não têm nada a ver com o Cariri da Paraíba lamentavelmente, e isso a cidade perde, a região perde pela ausência de um filho que faça um

³⁵Bourdieu (1989) vê o espaço social como um campo de lutas no qual os atores (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Estas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital. O capital econômico, sob a forma dos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis, a curto e longo prazo.

trabalho assim, com muita garra, com muito entusiasmo, com muita fidelidade, vamos dizer assim, as causas da região. Eu me lembro de uma conquista que obtive em favor de Serra Branca, foi a implantação de um sede própria do INSS, então, eu me lembro, que lá tinha uma unidadezinha em casa alugada, para o posto de INSS quando em qualquer crise na previdência desativa os fundos dos postos aí ficava o povo penalizado quando precisava de algum serviço atendimento no INSS, aí ia logo pra Sumé, Monteiro ou Campina Grande, então consegui com Crésio Marcio Lima que era o presidente nacional do INSS, não obstante, ser baiano, mas seus familiares paraibanos, eu consegui os recursos pra comprar o prédio, o então prédio do Banco Paraibano, então nós compramos parece que foi 120 mil reais, foi Crésio Márcio que conseguiu esse recurso, então a gente como estava dizendo, então foi Crésio que liberou os recursos por meu intermédio para aquisição das instalações do INSS, então hoje a minha alegria, pode ter a crise que tiver, o INSS continua funcionando e instalado em Serra Branca, a exemplo, meus tios que trouxeram a Agencia do Banco do Brasil, de caixa Econômica para Serra Branca, do Correio, aquilo mostrava que era uma cidade que estava na vanguarda do crescimento em toda região e hoje a gente não vê mais alguém que vista essa camisa pelo Cariri da Paraíba, lamentavelmente. (Entrevista com Álvaro Gaudêncio Neto).

Os entrevistados não atribuem a redução da representatividade política ao desuso da terra como capital social. Eles não fazem a ligação desse capital econômico que se transforma em capital social que conforme Bourdieu (1996) é constituído por três aspectos: i) os elementos constitutivos; ii) os benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais; e iii) as formas de reprodução deste tipo de capital. Permitindo assim aos indivíduos terem acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e a quantidade e a qualidade de recursos do grupo.

Bourdieu (Ibid., p.67) define o capital social como a agregação de recursos atuais ou potenciais que têm ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento. As relações estabelecidas entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo não advêm apenas do compartilhamento de relações objetivas ou do mesmo espaço econômico e social, mas se fundem, também, nas trocas materiais e simbólicos, cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. O segundo elemento diz respeito à quantidade e à qualidade de recursos do grupo, pois para ele, o volume de capital social de um agente individual depende tanto da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar como do volume das diferentes formas de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é propriedade exclusiva de cada um dos agentes a quem o indivíduo está ligado. Embora o capital econômico seja a fonte de todas as outras formas de capital, e

embora seja diferenciado o custo de conversão dos diferentes tipos de capital em capital econômico, Bourdieu deixou claro que o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou mesmo em capital cultural, conforme se percebeu na fala do ex. Deputado Álvaro Gaudêncio Neto.

Ou seja, a reprodução do capital social, que é produto do trabalho necessário para produzir as redes de relações duráveis que podem proporcionar os benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede. Nessa perspectiva, destaca-se a importância do capital social para as diversas frações de classe, pelas possibilidades que sua participação em determinados grupos ou redes sociais lhes abrem, no sentido de aumentar o rendimento possível do seu capital social e de seus investimentos escolares, na forma de benefícios simbólicos.

3.4 Continuidade na vida política da cidade pela dívida moral com Serra Branca

Compreender o papel das redes de relações sociais é entender que as mesmas vão além das relações familiares, com uma infinidade de tamanhos e de qualidades. Neste sentido, todos os membros da família Gaudêncio aqui entrevistados afirmaram ter uma dívida moral para com Serra Branca, o que justificaria assim sua continuidade na vida política, mesmo diante da acentuada queda de sucesso nos pleitos eleitorais.

[...] tenho minha profissão, tenho meu emprego, mas eu tenho vontade de fazer por Serra Branca, de continuar construindo. Tenho vontade de me candidatar politicamente ao eletivo, mas mesmo se eu me candidatar e nunca seja eleito, isso não vai me impedir de fazer política, a política não está restrita ao exercício de mandato político, de um mandato público, ela não está restrita a isso. Você faz política de tantas outras formas e essas relações, ela estão em mim, é a vontade de fazer pelo povo, de pessoas que conheço que conheceram meus avós e essa relação de amizade que você cria, é indestrutível e só dá vontade de retribuir. Isso é uma lição moral, isso é uma questão moral pessoal sua. Você carrega no seu coração. (entrevista com Aldo Gaudêncio)

[...] Temos poucos nomes na política, atualmente, só o Dudu que mesmo não tendo Gaudêncio no nome é meu primo, somos da mesma família, e o Flávio. Com o nome de Gaudêncio só tem mesmo Álvaro Neto, mas que não tem cargo eletivo, somente ele que insiste em se candidatar. [...] certa vez conversando sobre como Serra Branca não crescia, eu disse “Álvaro acho que num adianta a gente tá falando isso, a culpa é minha e sua, da família da gente. Temos uma dívida moral com Serra Branca” [...] (Entrevista com Guilherme Gaudêncio).

Os entrevistados realizam a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade no sentido de reelaborarem seu fazer político, como eles vivenciam e percebem sua própria realidade social. Neste sentido, segundo Bourdieu (1983 b), o mundo social é objeto de três modos de conhecimento teórico cujas falas dos entrevistados inseridas no modo fenomenológico, são consideradas:

[...] a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. O conhecimento que podemos chamar de objetivista (de que a hermenêutica estruturalista é um caso particular) (que) constrói relações objetivas (isto é, econômicas e linguísticas), que estruturam as práticas e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural [...] Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico (que) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. (BOURDIEU, 1983b, p. 46-47)

Ou seja, pensar-se a relação entre a família Gaudêncio e a cidade de Serra Branca é compreender que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. Dessa forma, deve-se vê-lo como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, levando em consideração que as conjunturas de um campo o estimulam.

3.5 O surgimento das novas lideranças da família Gaudêncio em Serra Branca

No decorrer de toda a trajetória acima descrita, pôde-se perceber que a família Gaudêncio tem sofrido nas últimas décadas inúmeras transformações, porém tem buscado, diante dessas questões, o seu reinventar político através de novas experiências. Na procura desse novo fazer político, um dos desafios da família, de acordo com alguns de seus membros, é o surgimento de um novo líder, que seja capaz de unir e fortalecer a família. Conforme as falas abaixo apresentadas, quando em especial se perguntou quais as principais causas por eles atribuídas a baixa na representatividade política da família.

Eu atribuo a baixa na representação política da família por faltar “o cabeça”, que faleceu com a morte de Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Se ele fosse vivo hoje ele ainda comandava, por que Álvaro Neto era para ser o líder, ele é uma pessoa muito boa, muito educada, tá entendendo? Mas ele não tem o faro político como Álvaro Gaudêncio de Queiroz, das articulações de Manuel Gaudêncio. Por exemplo, essa estrada aqui foi uma articulação com uma liderança do Ceará. Então surgiu no Cariri a estrada que foi uma negociação entre Álvaro Neto e uma liderança do Ceará e outro projeto muito significativo foi aprovado. Brás do Congo é quem relata em detalhes. Com essa negociação saiu a estrada, mas Álvaro Neto não faz essa articulação, não sabe juntar, não sabe usar a seu favor de forma política. (Entrevista com Paulo Fernando Torreão)

[...] sei que a gente tem uma importância em virtude dessa questão política, o pessoal vem até que valorizar demais essa questão de sobrenome, eu num acho por ai, não sou líder, não sinto isso não, mas tem gente na família que se acha “o rei da cocada preta”, eu não! Mas tem gente que se acha com esse sobrenome Gaudêncio. (Entrevista com Guilherme Gaudêncio)

[...] Álvaro Neto é uma pessoa muito bem vista, é uma pessoa de bom coração, educadíssimo, cavalheiro, homem muito fino, uma pessoa de fino trato, as pessoas gostam do jeito educado, da fala mansa dele, do comportamento, do jeito amigo, do amor que ele tem pelo Cariri. Tudo isso é marcante, só que ele tem perceptiva por que Álvaro Neto não é um líder, ele não tem a mesma liderança política que Álvaro Gaudêncio Filho tinha, Álvaro Gaudêncio Filho era sim uma grande liderança política, era um homem que trazia para si a responsabilidade, no aspecto de ser uma liderança de chamar para si a responsabilidade de todo um grupo político, de fazer ligações políticas, de construir campanhas políticas, de fazer acordos, de indicar pessoas, isso ele era nato e era unanimidade, até os inimigos políticos reconhecem naquela época que tiravam o chapéu pra Álvaro Gaudêncio Filho, pela habilidade dele. Tanto é que ele não era bem visto pelos inimigos políticos, os adversários políticos, mas ele era respeitado. Quando você alcança o respeito dos adversários políticos é por que você é homem de notoriedade. (Entrevista com Aldo Gaudêncio)

Diante das situações descritas nas falas dos entrevistados acima, que indicam que a maior dificuldade de manter o número de membros na vida política, ou melhor, nos cargos políticos, se sublinhou as observações de Renato Ortiz (1993, p.44) quando diz que é inegável o processo de modernização pelo qual passou a sociedade brasileira, também é fato a permanência de elementos tradicionais re-significados nos contextos urbano-industriais, diante dessa fronteira tão confusa entre tradição e modernidade. Neste sentido, se construiu no município, certa nobreza familiar da qual deve sair os nomes dos próximos representantes políticos, posto que a família Gaudêncio concebe-se como verdadeira herdeira da representação política do Cariri Paraibano, e são encarados como os detentores “legítimos” do poder público local.

Eu não me considero uma liderança política aqui. Eu considero uma liderança política aqui em Serra Branca, Dudu. Por que passar 16 anos no poder, ser eleito quatro vezes pelo o povo e surgindo que novas lideranças vem surgindo, com modéstia eu creio que esta vem por parte de Flávio. Que tá aí, que foi eleito vereador. Tá aí candidato à prefeito. A situação dele é muito boa. (Entrevista com Paulo Fernando Torreão)

Eu percebo, percebo que nos próximos anos vai surgir liderança da família Gaudêncio. [...] Falar em Dudu Torreão não é falar de liderança da família Gaudêncio, pois ele é liderança dentro do que sobrou da política velha. É fácil de dizer, ele é o líder dentro do que sobrou e aqui renasceram, olho para essa política antiga aí, é fácil apontar por que ele estar na condição de prefeito, mas eu não considero ver Dudu como um líder, eu considero ver apenas como um bom político, um excelente estrategista, um homem que sabe política, que sabe cativar o eleitorado, mas liderança não é cativar necessariamente o eleitorado, ela vai, além disso. (Entrevista com Aldo Gaudêncio).

[...]Na minha opinião, os Gaudêncios não morreram politicamente, os Gaudêncios vão se reinventar por que existe uma nova geração disposta aqui em Serra Branca a voltar fazer política e reinventar a política entendendo os novos tempos, entendendo que estamos no século XXI entendendo que não estamos mais no século XX naquela época em que coronéis ditava e indicava quem os governantes[...] [...]os Gaudêncio remanescentes entende a política de outra forma, a do século XXI uma política já distante desse idéia coronelismo, de indicação política de clientelismo que existiu no século passado.

[...]os Gaudêncio da contemporaneidade enxerga a política com outro olhar, e eu acredito que essa sempre foi uma vantagem dos Gaudêncio, a capacidade de reinvenção. Os Gaudêncios se reinventaram na busca por uma modernidade na época, de avanços e melhorias para a cidade entende, e vão continuar se reinventando.

Pensar na força que os líderes políticos tiveram e tem nas relações sociais das pequenas cidades como no caso de Serra Branca e da família Gaudêncio é perceber que Latifúndio, família e poder foram os principais elementos que consubstanciaram, por todo o país, um arcabouço político eminentemente tradicional e elitista. Embora esta família em especial não formule o seu lugar, a sua posição a partir desses elementos, foram eles que mativeram a maioria da população à margem de qualquer decisão políticoadministrativa. Esta situação foi propícia à manutenção do poder, em seus mais variados tipos e graus hierárquicos, na mão de denotados grupos político-familiares.

Ao analisar as transformações do fazer político da família Gaudêncio, no contexto de mudanças estruturais importantes, foi possível perceber permanências e também criações de novas formas sociais, que se entrelaçam nas narrativas e elaborações dos próprios membros desta família, é possível apreender um modo de perceber a história da família por seus próprios membros, e também perceber

como refletem sobre o processo, como identificam dificuldades e como informam a posição familiar na política local e também em outras escalas de poder. A análise da família Gaudêncio permite recusar a visão de uma política imobilizada, presa ao passado, já que os próprios entrevistados narram transformações e os modos que elaboraram para compreendê-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E finalmente aqui chegamos, após uma longa e prazerosa trajetória de lutas e conquistas, lutas travadas com meu próprio interior na intenção de entender e transmitir todo o material colhido, todo o aprendizado aprendido. E com foi difícil esse processo, como é fantástico e aterrorizante ao mesmo tempo em que apaixonante. Buscando de forma metódica e científica compreender as relações sociais construídas entre a família Gaudêncio e a cidade de Serra Branca, buscando perceber elementos simbólicos de dominação e resistência, tentando compreender quais as relações existentes desse poder local, tão presente, tão dinâmico, tão constante e como ele pode estar ligado ao poder da terra, ao latifúndio. Mas não somente por ela, posto que nela estão os sentimentos vividos, as angústias e os sonhos que incorporados a minha pessoa, fazem parte da minha história, ao mesmo tempo em que fazem parte da história do município em que resido.

O mais importante em todo esse processo é despir-se de todas as pré-noções e pré-julgamentos e buscar a neutralidade científica. Tentando demonstrar que o processo de reinvenção do fazer político não é algo concluído, como se encerrasse um ciclo e iniciasse outro.

Ao tentar problematizar as falas dos entrevistados e a análise do material coletado no longo processo de pesquisa de campo seja pela análise de discurso, seja pela pesquisa empírica ou na coleta de dados qualitativos e quantitativos, espero que tenha conseguido alcançar meus objetivos. Em termos metodológicos, o exercício da vigilância epistemológica, do policiamento e controle do olhar e da linguagem, ou seja, de não reproduzir aquilo que a maioria da população percebe como natural ou como virtudes, práticas políticas que historicamente se constituíram. E buscar compreender como esses atores se colocam, se conhecem ou reconhecem, pois no simples fato de candidatar-se já estão fazendo política, buscando o seu reinventar.

E embora os mesmos reconheçam seu fracasso não se envergonham de recomeçar, de reinventar constante e ciclicamente, pois o simples fato de concorrer a cada pleito eleitoral é questão de honra para a manutenção do fazer político.

Em termos práticos, outro objetivo, diz respeito ao fio condutor desta

pesquisa que foi compreender que elementos foram norteadores para entender a posse da terra como elemento que transcende a materialidade mas que tem todo um referencial simbólico nas relações entre a terra e a política para que Serra Branca fosse dominada politicamente por um grupo de políticos tradicionais durante várias décadas, mesmo que agora ele não seja “tão” percebido, está mais presente que nunca. Tentei compreender o que essas famílias possuíam que as tornavam especiais a ponto de serem permitidos, aceitos, pela maioria da população, os processos de dominação.

E, por fim, tentei apontar algumas implicações do modo de fazer política da família Gaudêncio e o modo como a própria busca se reinventar constantemente no intuito de continuar no poder local baseado na “sujeição do outrem”, daqueles que vivem e sobrevivem da dependência dos dominantes, dos pertencentes à ortodoxia política local; portanto por meio desta prática política e de dependência demonstrei a perda da autonomia por partes dos agentes sociais e com isto a morte da alteridade, ou seja, destes que vivem e sobrevivem dos favores e da dependência por parte das lideranças locais.

Ao analisar as transformações do fazer político da família Gaudêncio, no contexto de mudanças estruturais importantes, foi possível perceber permanências e também criações de novas formas sociais, que se entrelaçam nas narrativas e elaborações dos próprios membros desta família. Da dissertação, é possível apreender um modo de perceber a história da família por seus próprios membros, e também perceber como refletem sobre o processo, como identificam dificuldades e como informam a posição familiar na política local e também em outras escalas de poder. A análise da família Gaudêncio permite recusar a visão de uma política imobilizada, presa ao passado, já que os próprios entrevistados narram transformações e os modos que elaboraram para compreendê-las. Mas essas mudanças só podem ser apreendidas no quadro das permanências e dos capitais acumulados.

Com este trabalho, portanto, não foi minha pretensão esgotar os questionamentos e, nem tampouco, dar uma resposta fachada aos questionamentos por mim levantados.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Manual de História oral, 3ª.ed., RJ: Editora FGV, 2005.

ALVES, Alessandro Cavassin. A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853- 1889): a força política das famílias tradicionais. Curitiba: Nova Letra, 2015.

ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.

BORBA, Berilo Ramos. Antonio da Costa Romeu, Patriarca dos Brito e Gaudêncio do Cariri Paraibano. Revista do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica – João Pessoa: Sal da Terra, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. [org. Renato Ortiz; trad. de Paula Montero e Alicia Auzmendi]. São Paulo, Ática, 1983.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas – SP, Papyrus, 1996.

_____, Linguagem e Poder Simbólico. In: A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. O poder simbólico, 4ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

_____. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001a.

_____. Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 11ª ed.

_____. Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 13º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. A economia das trocas simbólicas. Tradução de Sergio Miceli. 7º ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond: Fortaleza: BNB, 2008.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos, 20 anos depois. ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desenvolvidas. Raízes: revista de Ciências Sociais e Economicas. UFCG, PPCS/UFCG. Vol 22, nº 1(jan – jun / 2003. Campina Grande UFCG/PPCS, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados, V.40, n.2 (1997), pp. 229-249.

CASTRO, J. de. *Geografia da fome – O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

DUQUE, J. G. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. Coleção mossorensense, vol. CXLIII, Mossoró: s.n., 1980a.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. 49ª ed. São Paulo: Global, 1975.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GURJÃO, E. de Q. *Morte e vida das oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001

IBGE, *Censo demográfico 2016*. Disponível em: www.ibge.gov.br acesso em 17 de janeiro de 2016.

JANOTTI, M. L. *O coronelismo: uma política de compromissos*. Brasiliense, 6ª ed. São Paulo, 1987.

JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Thesaurus, 1977.

LANG, B. S. G. *História oral: procedimentos e possibilidades*. In: *Desafios da pesquisa em ciências sociais*. Textos CERU. FFLCH/USP, no.8, série 2, 2001.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: ed. Nova Fronteira; 1997.

LEWIN, Linda. *Política de parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MAIA, Kaliane de Freitas. O “Agronegócio sertanejo”. (Re) pecuarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB, Semiárido Nordeste). 2013. 219f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2013.

MALVEZZI, R. *Semi-árido - uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. 2ª ed. João Pessoa: A União, 1978.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá; MEDEIROS, Martinho Dinoá. *Ramificações genealógicas do Cariri paraibano*. Brasília: CEGRAF, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *História oral: uma metodologia para o estudo da memória*. UFRN, Biblioteca setorial do CCHLA, 2005.

_____. *História oral: uma metodologia para o estudo da memória*. CNPQ, 2001-2003.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. 4.ª ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MONTEIRO, José Marciano. *Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto- Rêgo em Queimadas/Paraíba*. Dissertação de Mestrado, PPGCS: Campina Grande, 2009. (168p.)

_____, José Marciano. *A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)*. Campina Grande – PB, 2016. 289 f., il. color. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

MOREIRA, Márcio Macêdo. *Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos Cariris velhos da Paraíba (1930- 1960)*. João Pessoa, 2012. 221f. : il. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semi-árido Paraibano. Revista NERA, ano 17710, n.10, 2007.

_____. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamentos e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever”. In: O trabalho do Antropólogo. 2ª edição. Brasília, Paralelo 15, São Paulo, Editora UNESP, 2000. (p. 17 a 37)

ORTIZ, R. (org.), (1983). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PINTO, Louis. Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social. [Tradução de Luiz Alberto Monjardim]. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Mandonismo local na vida política brasileira: (da colônia à Primeira República/ Ensaios de Sociologia Política. Publicação do Instituto de Estudos brasileiro. São Paulo, 1969.

_____, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica, in: História Geral da Civilização brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. V.1. Estrutura de poder e economia. São Paulo: Difel. 1977.

RIBEIRO, Marlene. Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCOTT, John. Les élites dans la sociologie anglo-saxonne. In: SULEIMAN, Ezra; ENDRAS, Henri. Le recrutement des élites en Europe. Paris: Editions La Découverte, 1995.

TAVARES, J. de L. Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Edição Facsimilar. Coleção Mossoroense, 1982.

TRIGUEIRO, Oswaldo. A Paraíba na primeira República. João Pessoa: A UNIÃO, 1982.

VILAÇA, Marcos Vinícius, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante. Coronel, Coronéis, 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1978.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: A história das secas no século XIX e XX. São Paulo: Ática, 2003.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: Ensaaios de Sociologia - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

ANEXOS

ANEXO I – Relação e dados sobre os Informantes

FONTES ORAIS**DADOS REFERENTES AOS ENTREVISTADOS**

1) NOME DO ENTREVISTADO: Aldo Cesar Figueiras Gaudêncio
IDADE: 36 anos
NATURALIDADE: Campina Grande
PROFISSÃO: Bacharel em Direito, advogado
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Julho e Agosto de 2016

2) NOME DO ENTREVISTADO: Álvaro Gaudêncio Neto
IDADE: 59 anos
NATURALIDADE: Campina Grande
PROFISSÃO: Promotor Público
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Julho de 2016

3) NOME DO ENTREVISTADO: Eduardo José Torreão Mota
IDADE: 54 anos
NATURALIDADE: Serra Branca
PROFISSÃO: Engenheiro Elétrico
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Setembro de 2016

4) NOME DO ENTREVISTADO: Paulo Fernando Torreão
IDADE: 65 anos
NATURALIDADE: Serra Branca
PROFISSÃO: Promotor Público
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Setembro de 2016

5) NOME DO ENTREVISTADO: Guilherme César D' Albuquerque Gaudêncio
IDADE: 43 anos
NATURALIDADE: Serra Branca
PROFISSÃO: Jornalista, advogado, empresário
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Janeiro de 2015

5) NOME DO ENTREVISTADO: Gerusa Mamede de Lima
IDADE: 86 anos
NATURALIDADE: Serra Branca
PROFISSÃO: Professora aposentada
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Janeiro de 2015

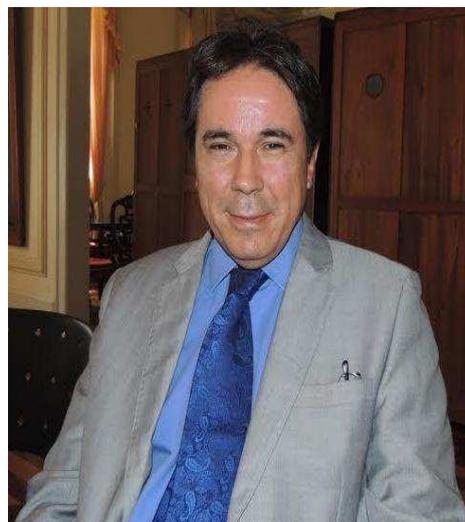
6) NOME DO ENTREVISTADO: Lindomar Pereira de Oliveira
IDADE: 66 anos
NATURALIDADE: Serra Branca

PROFISSÃO: Trabalhadora Rural
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Março de 2015

7) NOME DO ENTREVISTADO: Estelita Antonino de Sousa
IDADE: Im memória
NATURALIDADE: Serra Branca
PROFISSÃO: Professora aposentada
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Março de 2015

8) NOME DO ENTREVISTADO: Luiz José Mamede de Lima
IDADE: 52 anos
NATURALIDADE: Serra Branca
PROFISSÃO: Professor de História
REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: Março de 2015

ANEXO II – Memorial fotográfico

A) FOTOGRAFIAS DE MEMBROS DA FAMÍLIA GAUDÊNCIO ENTREVISTADOS³⁶**Guilherme Gaudêncio****Álvaro Gaudêncio Neto****Aldo Gaudêncio****Eduardo Torreão**

³⁶ Todas às fotografias dos entrevistados aqui apresentadas são de domínio público disponível em <<https://www.google.com.br/imghp?hl=pt-BR&tab=wi>>



Paulo Torreão

B) ALGUMAS PERSONALIDADES POLÍTICAS E DE INFLUÊNCIA CITADAS NA PESQUISA

OS SENADORES



Senador José Gaudêncio



Senador Amir Gaudêncio

C) FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS

TRANSPORTE DO ALGODÃO NO LOMBO DE BURRO PARA ENTREGA NA AV. CORONEL JOSÉ PEQUENO³⁷.

³⁷ Fotografia disponível na monografia de graduação em História pela UEPB de Onildo Gouveia de Sousa "Memórias de trabalhadores da cultura do algodão em Serra Branca – PB (1950-1980)". Fotografia reproduzida pelo fotografo José Inaldo. Disponível em <http://historicospontos.blogspot.com.br/2011/04/memorias-e-historias-de-benedito-do.html>.



Fonte: <http://historicospontos.blogspot.com.br/2011/04/memorias-e-historias-de-benedito-do.html>.

ANTIGO CENTRO COMERCIAL DE ALGODÃO



Fonte: Google imagens disponível em < <http://www.cidade-brasil.com.br/foto-serra-branca.html>>

ANTIGA RESIDÊNCIA DE AIMAR GAUDÊNCIO EM SERRA BRANCA, ONDE OCORRIAM REUNIÕES E ENCONTROS POLÍTICOS CONFORME DEPOIMENTO DE GUILHERME GAUDÊNCIO.



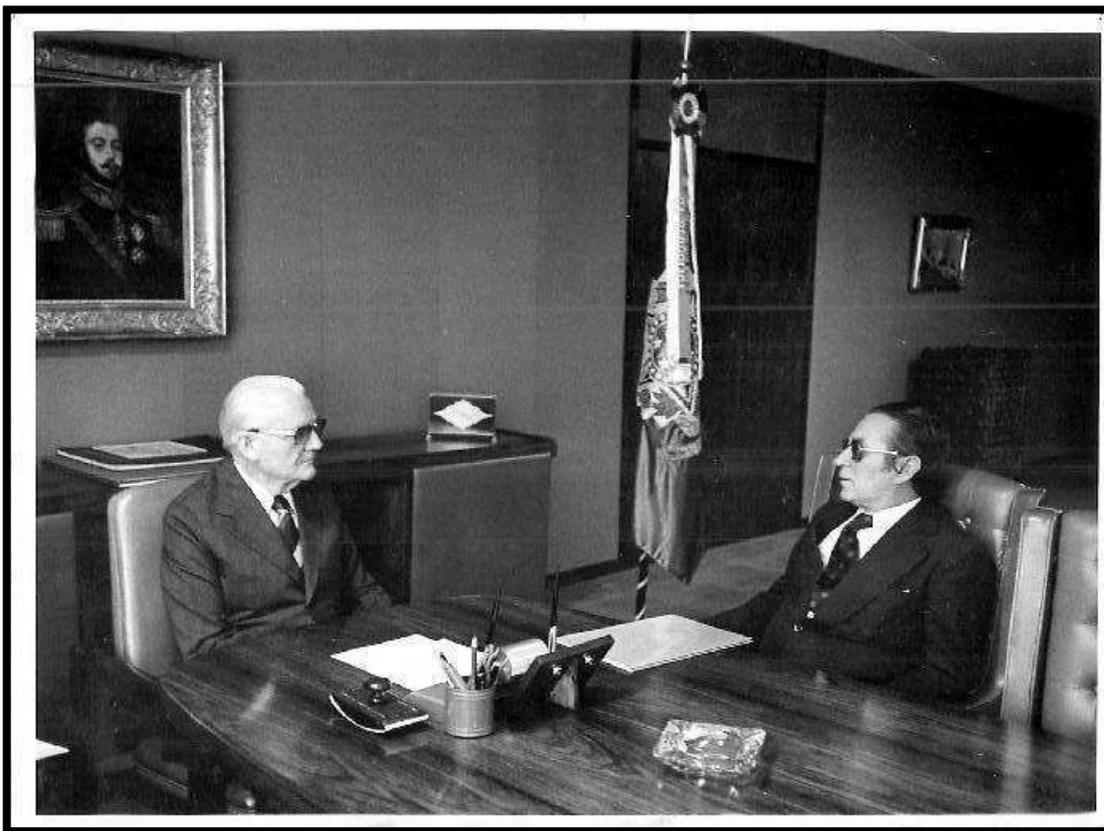
Fonte: Arquivo pessoal

ÁLVARO GAUDÊNCIO INALGURANDO AGÊNCIA DOS CORREIOS



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

ÁLVARO GAUDÊNCIO E ERNESTO GEISEL



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

ÁLVARO GAUDÊNCIO NA INAUGURAÇÃO DO BANCO DO BRASIL EM SERRA BRANCA



Fonte: Arquivo pessoal de Aldo Gaudêncio

D) VISITA DE CAMPO

ATUAL SEDE DA FAZENDA LAGOA DE CIMA ZONA RURAL DE COXIXOLA



Fonte: Arquivo pessoal

ANTIGA SEDE DA FAZENDA LAGOA DE CIMA – ZONA RURAL DE COXIXOLA



Fonte: Arquivo pessoal

GALPÕES DA INDUSTRIA AGROPASTORIL DE LAGOA DE CIMA MUNICIPIO DE COXIXOLA



Fonte: Arquivo pessoal